

**TELEBRAS**

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2022****1 Mensagem da Administração**

Recriada como empresa operacional em 2009, a Telebras é, na prática, uma das mais longevas empresas públicas brasileiras, tendo completado 50 anos de sua criação em 2022. Com estratégia voltada para a execução de políticas públicas, segurança nacional e gestão sustentável, sua atuação impulsionou o desenvolvimento em áreas como a Educação, Saúde, Segurança e Economia.

Com foco nas atribuições estabelecidas pelo Decreto nº 9.612/2018, em 2022 a Telebras atuou intensivamente no planejamento da gestão da rede privativa do Governo Federal. Como parte deste planejamento iniciou o processo de atualização dos equipamentos de rede e deu continuidade a implementação do Serviço de Criptografia de Estado, que será certificado pelo Governo para operar nas diferentes camadas da rede privativa, inclusive nas redes de terceiros com as quais a Telebras tenha acordo de compartilhamento.

Como operadora do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC) entrou em uma nova fase. Dos 25 mil pontos contratados pelo Governo para o programa Gesac (com nova denominação de *Wi-Fi Brasil*), ultrapassou 21 mil pontos instalados, nos 26 Estados e no Distrito Federal. Dentre esses pontos, mais de 16 mil foram instaladas em escolas, impactando mais de 4 milhões de alunos em todo o território nacional.

No atendimento ao mercado privado de fibra, fechou o ano com 80 ISPs regionais ligados em sua rede, mantendo a relevância no atendimento onde não existem outras opções e reforçando a condição de neutralidade da sua rede, uma vez que não compete pelo consumidor final.

Diversificando seu portfólio de produtos e serviços e com uma gestão eficiente dos recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais, a Telebras encerrou 2022 com uma receita operacional bruta de 403,5 milhões de reais, 17,2% superior à de 2021. Em 2023 a Telebras seguirá mantendo o foco na execução de políticas públicas e segurança nacional.

A Administração**2 Perfil de Atuação**

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, sediada no Setor de Indústrias Gráficas – SIG, quadra 4, lotes 75, 83, 125 e 175, bloco A, salas 211 a 224, Edifício Capital Financial Center, CEP 70610-440, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresarial de economia mista e de capital aberto, listada na Bolsa de Valores B3, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 1 de julho de 1972, autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, por meio do Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2011. Rege-se, portanto, pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis.

Em conformidade com a Lei nº 13.978/2020, Lei Orçamentária Anual, a Telebras foi incluída no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), passando a ser classificada como empresa estatal dependente.

A Telebras atua em conformidade com a Lei nº 9.612/18, conforme descrito a seguir:

“Art. 12. As políticas públicas de telecomunicações de que trata este Decreto substituem, para todos os fins legais, o Programa Nacional de Banda Larga e o Programa Brasil Inteligente, mantidas as seguintes atribuições da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras:

I - implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal;

II - prestação de apoio e suporte às políticas públicas de conexão à internet em banda larga para universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público;

III - provisão de infraestrutura e de redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por entidades sem fins lucrativos; e

IV - prestação de serviço de conexão à internet em banda larga para usuários finais, apenas em localidades onde inexistia oferta adequada daqueles serviços.

§ 1º A Telebras exercerá suas atividades nos termos da legislação.

§ 2º Os sistemas de tecnologia de informação e comunicação destinados às atividades de que tratam os incisos I e II do caput são considerados estratégicos para fins de contratação de bens e serviços relacionados à implantação, à manutenção e ao aperfeiçoamento.

§ 3º A implementação da rede privativa de comunicação da administração pública federal de que trata o inciso I do caput consistirá na provisão de serviços, infraestrutura e redes de suporte à comunicação e à transmissão de dados, na forma da legislação em vigor.

§ 4º O Ministério das Comunicações definirá as localidades onde inexistia a oferta adequada de serviços de conexão à internet em banda larga a que se refere o inciso IV do caput.

§ 5º A Telebras permanece autorizada a usar, fruir, operar e manter a infraestrutura e as redes de suporte de serviços de telecomunicações de propriedade ou posse da administração pública federal e a firmar o correspondente contrato de cessão, na hipótese de uso de infraestrutura detida por entidade da administração pública federal indireta.

§ 6º As ações executadas ou em execução com fundamento nos programas indicados no caput não serão prejudicadas pela entrada em vigor deste Decreto.

§ 7º A rede privativa de comunicação da administração pública federal, de que trata o inciso I do caput, de abrangência nacional, será composta por segmentos de rede móvel e fixa, incluída rede satelital, e observará as seguintes condições:

I - prover capacidade de rede adequada para o atendimento das demandas de órgãos e de entidades da administração pública federal e de órgãos de segurança pública e das forças armadas, com níveis de prioridade, segurança e criptografia adequados às necessidades desses órgãos e entidades; e

II - utilizar, em caráter primário, faixas de radiofrequências designadas pela Anatel para a consecução das atividades de segurança pública, defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, incluídas as realizadas por entes federativos, e para atendimento aos órgãos públicos federais, em especial aquelas previstas em editais de licitação de radiofrequências.

§ 8º Para fins da consecução das atribuições dispostas nos incisos I e III do caput, fica facultado compartilhar infraestruturas passivas e ativas, incluídos os recursos espectrais, com outras redes, observado o incentivo à competição, conforme o disposto na alínea “c” do inciso I do caput do art. 2º.

§ 9º A Anatel expedirá as autorizações para a exploração de serviços de telecomunicações adequadas aos diferentes usos do segmento de rede móvel da rede privativa de comunicação da administração pública federal, de que tratam o inciso I do caput e o § 7º, e as respectivas autorizações de uso de radiofrequências.

Em consonância com suas atribuições legais, a Telebras atua como agente executor de políticas públicas de telecomunicações visando à inclusão digital dos cidadãos, com o propósito de levar conectividade e internet de alta capacidade e excelente qualidade às localidades não atendidas ou com baixo atendimento, bem como atender às demandas de soluções em serviços de conexão para a Administração Pública, cumprindo sua função social.

Em 2022, a Telebras revisou seu Plano Estratégico Institucional para o quinquênio 2023 a 2027, atualizando as diretrizes que direcionam esforços essenciais para a execução das políticas públicas de

telecomunicações, com resultados capazes de atender as expectativas da sociedade, dos clientes e dos acionistas, majoritários e minoritários.

3 Finanças**3.1 Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas**

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2020 e 2022 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R\$ mil	Exercícios findos em:							
	2022				2021			
	Valor	AV%	AH% - 2021	AH% - 2020	Valor	AV%	AH% - 2020	AH% - 2019
Rubricas	Valor	AV%	AH% - 2021	AH% - 2020	Valor	AV%	AH% - 2020	AH% - 2019
Ativo Circulante	1.528.710	37,9%	4,9%	16,1%	1.457.061	35,5%	10,7%	23,6%
Ativo Não Circulante	2.506.701	62,1%	-5,1%	-14,4%	2.641.993	64,5%	-9,8%	-15,3%
Realizável a Longo Prazo	152.413	3,8%	-0,9%	-30,2%	153.772	3,8%	-29,5%	-45,2%
Investimentos	75.195	1,9%	-14,7%	-16,5%	88.152	2,2%	-2,1%	9,0%
Imobilizado	2.253.712	55,8%	-4,8%	-13,0%	2.368.459	57,8%	-8,6%	-13,5%
Intangível	25.381	0,6%	-19,7%	-9,0%	31.610	0,8%	13,4%	56,7%
Ativo Total	4.035.411	100,0%	-1,6%	-4,9%	4.099.054	100,0%	-3,4%	-4,6%
Passivo Circulante	321.615	8,0%	-0,6%	6,9%	323.710	7,9%	7,6%	38,5%
Passivo Não Circulante	2.050.398	50,8%	-12,5%	-14,2%	2.344.586	57,2%	-1,9%	-3,0%
Passivo Exigível	2.372.013	58,8%	-11,1%	-11,8%	2.668.296	65,1%	-0,8%	0,6%
Patrimônio Líquido	1.663.398	41,2%	16,3%	7,1%	1.430.758	34,9%	-7,9%	-13,1%
Passivo Total	4.035.411	100,0%	-1,6%	-4,9%	4.099.054	100,0%	-3,4%	-4,6%

Fonte: Demonstrações Contábeis Individuais da Telebras

Tabela 3-1 Principais rubricas patrimoniais

Indicadores Financeiros	Medida	2022	2021	2020
Liquidez Corrente	Índice	7,14	8,42	6,35
Liquidez Geral	Índice	3,19	2,87	2,29
Composição do Endividamento	%	40,21%	30,96%	30,90%
Grau de Endividamento	%	13,04%	13,46%	15,60%
Participação de Capital de Terceiros	%	15,00%	15,69%	18,50%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de despesas antecipadas, receitas diferidas e adiantamento para futuro aumento de capital foram reclassificadas para o patrimônio líquido.

Tabela 3-2 Indicadores financeiros

Ativo Circulante – O Ativo Circulante no final do ano de 2022 apresentou aumento de 4,9% e 16,1% em relação aos anos de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento em relação aos exercícios comparados é explicado pelos aumentos das disponibilidades financeiras, dos tributos a recuperar/compensar e do contas a receber.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou redução de 5,1% na comparação com o ano de 2021 e de 14,4% em relação a 2020. Esse comportamento é reflexo dos seguintes eventos: i) transferências realizadas para o Circulante de valores relativos ao Superavit de Previdência Privada e Despesas Antecipadas; ii) pela baixa de ativo imobilizado no exercício de 2022 no montante de R\$ 16.643 em consequência do inventário realizado pela Companhia; e iii) pela depreciação e Amortização do imobilizado e intangível.

Passivo Circulante: O comportamento desta rubrica na comparação entre o exercício de 2022 e os exercícios de 2021 e 2020, apresentou uma estabilidade em relação ao exercício de 2021 (-0,6%) e um aumento na comparação com 2020 (6,9%).

Passivo Não Circulante - O Passivo não Circulante apresentou redução de 12,5% e 14,2% na comparação com os exercícios de 2021 e 2020, respectivamente. Esse comportamento é justificado pelas transferências para o Circulante em função dos vencimentos que ocorrerão no decorrer dos próximos 12 meses, principalmente das rubricas de Empréstimos e Financiamentos, de Receitas Diferidas e de Credores por Perdas Judiciais, e pela transferência de recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para o Patrimônio devido ao processo de aumento de capital no exercício de 2022.

Patrimônio Líquido – O exercício de 2022, quando comparado aos exercícios de 2021 e 2020, demonstra um aumento de 16,3% e 7,1%, respectivamente. Esse comportamento é explicado, basicamente, pelo aumento de capital realizado no exercício de 2022, no montante de R\$ 367,2 milhões, apesar do prejuízo apurado no exercício no valor de R\$ 127,7 milhões.

3.2 Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2022 comparado com os exercícios de 2021 e 2020 está apresentado a seguir com explicações sobre as principais variações ocorridas entre os períodos apresentados.

R\$ mil	2022	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	403.502	344.222	328.961
Serviços de Comunicação Multimídia	322.614	283.497	274.871
Locação de Capacidade Satelital	36.481	36.481	36.480
Aluguéis e Locações	22.056	16.246	16.640
Compartilhamento de Receita	15.463	7.099	970
Outras Receitas	6.888	899	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(55.662)	(58.569)	(62.138)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(55.280)	(58.161)	(61.934)
Descontos Incondicionais/Outros	(382)	(408)	(204)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	347.840	285.653	266.823
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(143.475)	(98.245)	(123.747)
Meios de Conexão e Transmissão	(127.646)	(116.669)	(112.780)
Serviços de Terceiros	(109.246)	(84.088)	(93.021)
Pessoal	(97.129)	(85.729)	(95.880)
Aluguéis, Locações e Seguros	(48.463)	(48.186)	(28.633)
Equivalência Patrimonial	(6.500)	(6.273)	(3.621)
Tributos	(4.791)	(5.804)	(3.753)
Compartilhamento de Instalações	(4.345)	(3.538)	(3.753)
Material	(2.019)	(3.903)	(151)
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.361)	(644)	(708)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.042	515	1.053
Outras Despesas Operacionais	(29.062)	(20.792)	(9.120)
Outras Receitas Operacionais	286.045	276.866	226.620
EBITDA	204.365	187.408	143.076
Margem EBITDA	58,8%	65,6%	53,6%
Depreciação e Amortização	(242.086)	(254.336)	(214.811)
EBIT	(37.721)	(66.928)	(71.735)
Resultado Financeiro	(89.991)	(59.891)	(34.491)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(127.712)	(126.819)	(106.226)
Prejuízo por Ação (R\$)	(1,4784)	(1,8687)	(1,5653)

Tabela 3-3 Resultado da Telebras



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

3.2.1 Receita Operacional Líquida

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	403.502	344.222	328.961	17,22%	22,66%
Serviços de Comunicação Multimídia	322.614	283.497	274.871	13,8%	17,4%
Locação de Capacidade Satelital	36.481	36.481	36.480	0,0%	0,0%
Aluguéis e Locações	22.056	16.246	16.640	35,8%	32,5%
Compartilhamento de Receita	15.463	7.099	970	117,8%	1494,1%
Outras Receitas	6.888	899	-	666,2%	100,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-55.662	-58.569	-62.138	-5,0%	-10,4%
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	-55.280	-58.161	-61.934	-5,0%	-10,7%
Descontos Incondicionais/Outros	(382)	-408	-204	-6,4%	87,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	347.840	285.653	266.823	21,8%	30,4%

Tabela 3-4 Receita Operacional Líquida

Em 2022, a receita líquida atingiu 347,8 milhões (R\$ 285,7 milhões em 2021 e R\$ 266,8 em 2020), crescimento de 21,8% e 30,4% em relação aos anos de 2021 e 2020, respectivamente. O aumento é explicado: i) pela expansão da banda ativada e faturada em 2022; e ii) pelo reconhecimento do montante de R\$ 19,7 milhões relativo ao reajuste com efeito retroativo do contrato entre a Telebras e a DATAPREV.

O comportamento da receita bruta por serviço no exercício de 2022 em relação aos exercícios de 2021 e 2020 foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): No exercício de 2022, esta receita apresentou crescimento de 13,8% e 17,4% em relação aos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente. Esse comportamento é justificado pelos seguintes eventos: i) aumento dos circuitos/pontos vinculados à geração de receita; ii) crescimento da banda larga faturada no período; e iii) reconhecimento do montante de R\$ 19,7 milhões relativo ao reajuste com efeito retroativo do contrato entre a Telebras e a DATAPREV.

Locação de Capacidade Satelital: este serviço permaneceu estável entre os exercícios apresentados.

Aluguéis e Locações – Outras: compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e aluguel de infraestrutura do segmento satelital (contrato de parceria com a Viasat). Em 2022, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 22,1 milhões (R\$ 16,2 milhões em 2021 e R\$ 16,6 milhões em 2020), aumento de 35,8% e 32,5%, respectivamente.

Compartilhamento de Receita: No exercício de 2022, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 15,5 milhões (R\$ 7,1 milhão em 2021 e R\$ 1,0 milhão em 2020). O crescimento é explicado pelo maior volume de recursos recebidos da Viasat no período, devido ao crescimento do faturamento da empresa parceira.

Outras Receitas: Representa o valor reconhecido relativo aos serviços prestados de instalação e manutenção do programa *Wi-Fi* Brasil. O montante reconhecido no ano de 2022 foi de R\$ 6,9 milhões (R\$ 0,9 milhão em 2021).

3.2.2 Custos e Despesas Vinculadas às Funções: Custo dos Serviços Prestados, Comercialização dos Serviços e Despesas Gerais e Administrativas (Exceto Depreciação e Amortização)

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Meios de Conexão e Transmissão	(127.646)	(116.669)	(112.780)	9,4%	13,2%
Serviços de Terceiros	(109.246)	(84.088)	(93.021)	29,9%	17,4%
Pessoal	(97.129)	(85.729)	(95.880)	13,3%	1,3%
Aluguéis, Locações e Seguros	(48.463)	(48.186)	(28.633)	0,6%	69,3%
Tributos	(4.791)	(5.804)	(3.753)	-17,5%	27,7%
Compartilhamento de Instalações	(4.345)	(3.538)	(3.621)	22,8%	20,0%
Materiais	(2.019)	(3.903)	(151)	-48,3%	1237,1%
PISP	(1.361)	(644)	(708)	111,3%	92,2%
PECLD	1.042	515	1.053	102,3%	-1,0%
Total	(393.958)	(348.046)	(337.494)	13,2%	16,7%

Tabela 3-5 Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização)

Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram no exercício de 2022 o montante R\$ 394,0 milhões (R\$ 348,0 em 2021 e R\$ 337,5 milhões em 2020), crescimento de 13,2% e 16,7% em relação aos exercícios comparados, respectivamente.

As principais ocorrências entre os períodos referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Meios de Conexão e Transmissão: apresentou aumento de 9,4% em relação ao ano de 2021 e 13,2% na comparação com o ano de 2020. Esse crescimento é justificado pelo reconhecimento do reajuste retroativo relativo ao contrato de Cessão de Fibras Ópticas, firmando entre a Telebras e a Petrobras no exercício de 2022. Os principais componentes dessa rubrica são os custos com Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), que tiveram redução de 4,9% e 2,7% na comparação com os anos de 2021 e 2020, respectivamente, atingindo R\$ 55,3 milhões em 2022 (R\$ 58,1 milhões em 2021 e R\$ 56,8 milhões em 2020), e custos com Backbone, que apresentaram crescimento de 22,4% na comparação com ano 2021 e 28,2% em relação ao ano 2020, totalizando R\$ 71,2 milhões (R\$ 58,1 milhões em 2021 e R\$ 55,5 milhões me 2020).

Pessoal: Em 2022, os custos e despesas com Pessoal tiveram aumento de 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e de 1,3% na comparação com o ano de 2020. O acréscimo é reflexo: i) da concessão do aumento de 10,56% em função do dissídio coletivo julgado a favor dos colaboradores da Telebras. O reajuste foi retroativo ao mês de novembro de 2021 e foi pago em agosto de 2022; e ii) pela contratação de novos colaboradores para reposição da força de trabalho, que foram aprovados em concurso público.

Serviços de Terceiros: No exercício de 2022, os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram crescimento de 29,9% na comparação com o exercício de 2021 e de 17,4% em relação ao exercício de 2020. Esse comportamento é justificado basicamente pelo aumento dos custos com manutenção da planta (34,4% em relação a 2021 e 22,4% na comparação com 2020). Outro evento que impactou esse aumento foi o estorno da provisão de custos com manutenção dos equipamentos da Viasat realizado no primeiro semestre de 2021, que foram revisados e considerados como custos de locação de equipamentos. O montante desta reclassificação de manutenção para locação foi de R\$ 7,2 milhões.

3.2.3 Depreciação e Amortização

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Depreciação e Amortização	(242.086)	(254.336)	(214.811)	-4,8%	12,7%

Tabela 3-6 Depreciação e Amortização

O comportamento da depreciação e amortização no exercício de 2022 em relação aos exercícios de 2021 e 2020, apresentou uma redução na comparação com o ano de 2021 de 4,8% devido à realização de baixas do Ativo Imobilizado no montante de R\$ 16,5 milhões como resultado da realização do processo de inventário da Companhia concluído no ano de 2022. Com relação ao exercício de 2020 ocorreu um aumento de 12,7% em função do volume elevado de transferências por conclusões de obras e projetos e a consequente entrada em operação dos ativos objetos dessas obras de projetos. O valor transferido principalmente no ano de 2021 foi de R\$ 714,5 milhões.

3.2.4 Resultado de Equivalência Patrimonial

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.500)	(6.273)	(3.621)	3,6%	79,5%

Tabela 3-7 Resultado de Equivalência Patrimonial

Os Resultados negativos de Equivalência Patrimonial apurados nos anos de 2022, 2021 e 2020 refletem a

participação da Telebras (49%) nos resultados negativos gerados nesses anos pela coligada Visiona. Em 2022, a coligada apresentou um prejuízo líquido de R\$ 13,1 milhões (R\$ 12,8 milhões em 2021 e R\$ 7,4 milhões em 2020).

3.2.5 Outras Receitas / Despesas Operacionais

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Outras Receitas Operacionais					
Subvenções Recebidas (i)	272.115	250.357	216.657	8,7%	25,6%
Recuperação de Tributos (ii)	3.041	9.087	3.395	-66,5%	-10,4%
Ganhos sobre o Passivo (iii)	474	15.501	3	-96,9%	15700,0%
Outras Receitas Operacionais	10.415	1.921	6.565	442,2%	58,6%
Total	286.045	276.866	226.620	3,3%	26,2%
Outras Despesas Operacionais					
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(5.189)	(1.801)	(2.844)	188,1%	82,5%
Tributos (iv)	(5.397)	(15.533)	(2.373)	-65,3%	127,4%
Baixa de Ativo Imobilizado (v)	(16.643)	-	-	100,0%	100,0%
Outras Despesas Operacionais	(1.833)	(3.058)	(3.903)	-40,1%	-53,0%
Total	(29.062)	(20.392)	(9.120)	42,5%	218,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	256.983	256.074	217.500	0,4%	18,2%

Tabela 3-8 Outras Receitas / Despesas Operacionais

Em 2022, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R\$ 257,0 milhões (R\$ 256,1 milhões 2021 e R\$ 217,5 milhões em 2020). As principais variações ocorridas entre os períodos comparados foram as seguintes:

i) **Subvenções Recebidas:** A partir de 1 de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente, e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios e investimentos. Esses recursos estão sendo reconhecidos pela Companhia com base no CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. No ano de 2022, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 272,1 milhões (R\$ 250,4 milhões em 2021 e R\$ 216,7 milhões em 2020), sendo composto da seguinte forma:

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Pessoal	107.288	107.104	116.986	0,2%	-8,3%
Outros Custeios	134.385	98.200	74.014	36,8%	81,6%
Investimentos	30.442	45.053	25.657	-32,4%	18,6%
Total	272.115	250.357	216.657	8,7%	25,6%

Tabela 3-9 Subvenções Recebidas

(ii) **Recuperação de Tributos:** A diminuição na comparação entre os anos 2022 e 2021 é justificada pelo reconhecimento, no exercício de 2021, dos valores relativos aos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições. O valor reconhecido em 2021 foi de R\$ 6,1 milhões. Em relação ao exercício de 2020, houve uma redução de 10,4%.

(iii) **Ganho na Baixa de Passivos:** A redução na comparação entre os exercícios de 2022 e 2021 é explicada pelo reconhecimento no exercício de 2021 dos seguintes eventos: i) baixa relativa à prescrição dos valores objeto do processo de grupamento de ações realizado no exercício de 2011, devido à prescrição do direito de os acionistas não controladores exercerem o direito de reclamar tais valores. O valor baixado foi de R\$ 13,1 milhões; ii) baixa de valores relativos a fornecedores em função da conciliação de valores, esta baixa foi de R\$ 0,8 milhão; e iii) baixa de R\$ 1,3 milhão relativa a valores de passivo de tributos realizada durante o processo de conciliação de contas.

(iv) **Tributos:** A diminuição é explicada pelo registro da baixa de créditos tributários relativos ao ICMS CIAP e ICMS sobre transferências de ativos, devido à impossibilidade de recuperação/compensação perante os fiscos Estaduais no exercício de 2021. O montante baixado foi de R\$ 13,5 milhões. Em relação ao ano de 2020, ocorreu um aumento de 127,4%.

(v) **Baixa de Ativo Imobilizado:** Refere-se ao montante do Valor Contábil relativo à baixa de bens do ativo imobilizado, como resultado dos trabalhos de inventário dos bens da Telebras.

3.2.6 Resultado Financeiro

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Receitas Financeiras					
Juros sobre Aplicação Financeira (ii)	108.348	24.877	33.284	335,5%	225,5%
Juros sobre Tributos	8.743	6.460	4.078	35,3%	114,4%
Juros sobre Superavit Previdência Privada (i)	4.132	17.374	22.298	-76,2%	-81,5%
Juros sobre Depósitos Judiciais	3.467	2.616	2.583	32,5%	34,2%
Outras Receitas	349	720	594	-51,5%	-41,2%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(5.667)	(2.580)	(2.208)	119,7%	156,7%
Total	119.372	49.467	60.629	141,3%	96,9%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iii)	(175.610)	(66.953)	(40.620)	162,3%	332,3%
Compensação Financeira - Financiamento FINEP	-	-	(21.397)	-100,0%	-100,0%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(18.483)	(25.904)	(19.383)	-28,6%	-4,6%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(7.544)	(8.847)	(5.857)	-14,7%	28,8%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(6.707)	(6.538)	(7.081)	2,6%	-5,3%
Outras Despesas	(1.019)	(1.116)	(782)	-8,7%	30,3%
Total	(209.363)	(109.358)	(95.120)	91,4%	120,1%
Resultado Financeiro	(89.991)	(59.891)	(34.491)	50,3%	160,9%

Tabela 3-9 Resultado Financeiro

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi negativo no valor de R\$ 90,0 milhões (R\$ 59,9 milhões em 2021 e R\$ 34,5 milhões em 2020), crescimento de 50,3% na comparação com o ano de 2021 e de 160,9% em relação ao ano de 2020. As principais rubricas do resultado financeiro apresentaram os seguintes comportamentos:

(i) **Juros sobre Superávit – Previdência Privada:** a rubrica apresentou redução de 76,2% e 81,5% na comparação entre o ano de 2022 e os anos 2021 e 2020, respectivamente. A diminuição é explicada pelo recebimento das parcelas mensais pagas pela administradora dos planos (SISTEL).

(ii) **Juros sobre Aplicações Financeiras:** o comportamento é reflexo da rentabilidade dos fundos nos exercícios apresentados.

(iii) **Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital:** reflete basicamente a variação da taxa SELIC sobre os aportes recebidos do controlador (a União). Outro fato que impactou a variação dessa rubrica, foram os aumentos de capitais ocorridos nos exercícios de 2022 e 2020.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

3.2.7 Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.712)	(126.819)	(106.226)	0,7%	20,2%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	(6.933)	-	-100,0%	n.d
(-) Ganho na Baixa de Passivo	(474)	(15.501)	-	-96,9%	100,0%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	16.643	-	-	100,0%	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Tributos (ICMS)	-	13.488	2.258	-100,0%	-100,0%
(+) Perda na Baixa de Ativos	-	-	2.128	n.d	-100,0%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(111.543)	(135.765)	(101.840)	-17,8%	9,5%
Margem Líquida	-32,1%	-47,5%	-38,2%	-32,4%	-16,0%
Prejuízo por Ação (R\$)	(1,2913)	(2,0050)	(1,5006)	-35,6%	-13,9%

Tabela 3-10 Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado

Em 2022, o Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado pelos eventos não recorrentes foi de R\$ 111,5 milhões (R\$ 135,8 milhões em 2021 e R\$ 101,8 milhões em 2020). A redução do Prejuízo em relação ao exercício de 2021 é explicado: i) pelo crescimento de 21,8% e 30,4% da Receita Operacional Líquida em relação aos anos de 2021 e 2020, respectivamente; ii) pelo recebimento de Subvenções Orçamentárias devido à classificação da Telebras com Empresa Estatal Dependente a partir do exercício de 2020; e iii) pelo aumento dos Custos e Despesas Operacionais em percentuais menores que o crescimento da receita.

3.2.8 EBITDA/LAJIDA

R\$ mil	2022	2021	2020	Δ 2022 X 2021	Δ 2022 X 2020
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.712)	(126.819)	(106.226)	0,7%	20,2%
(+/-) Resultado Financeiro	89.991	59.891	34.491	50,3%	160,9%
(+) Depreciação e Amortização	242.086	254.336	214.811	-4,8%	12,7%
EBITDA	204.365	187.408	143.076	9,0%	42,8%
Ajustes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(474)	(15.501)	(3)	-96,9%	15700,0%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	16.643	-	-	100,0%	100,0%
(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	(6.933)	-	-100,0%	n.d
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.006)	(4.443)	(5.263)	12,7%	-4,9%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(939)	(755)	(497)	24,4%	88,9%
(+) Baixa de Créditos Tributários	-	13.488	2.258	-100,0%	-100,0%
(+) Perdas na Baixa de Ativos	-	-	2.128	n.d	-100,0%
(+) Equivalência Patrimonial	6.500	6.273	3.621	3,6%	79,5%
EBITDA Ajustado	221.089	179.537	145.320	23,1%	52,1%
Margem EBITDA	58,8%	65,6%	53,6%	-10,4%	9,7%
Margem EBITDA Ajustado	63,6%	62,9%	54,5%	1,1%	16,7%

Tabela 3-11 EBITDA/LAJIDA

Execução da Receita Arrecadada			Em milhões de reais (R\$)		
Receita Prevista	vs	Reestimativa de	Receita Arrecadada	Receita Arrecadada	Receita Arrecadada
Receita Arrecadada		Receita	Bruta	Dedução	Líquida
			(a)	(b)	(c)
			398,23	448,79	-26,95
					(d)
					421,84
					(e = d / a)
					106%

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial e Siop, 13/1/2023

Tabela 3-12 Receita Prevista x Arrecadada

3.2.9 Execução da Despesa Pública por Categoria Econômica

Primeiramente, faz-se necessário explicar o que é executar o Orçamento Público para as unidades orçamentárias inseridas no Orçamento Fiscal. Executar o orçamento é realizar as despesas públicas nele previstas, seguindo à risca os três estágios da execução das despesas expressos na Lei nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento.

Seguem abaixo informações detalhadas da Unidade Orçamentária - Telebras:

Fonte: Siga Brasil, 6/1/2023, 17h15		Valores em R\$ Milhões					
Categoria Econômica	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	Percentual	Percentual	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e = b / a)	(f = d / c)	
3 - DESPESAS CORRENTES	543,51	538,34	414,93	394,36	99,0%	95,0%	
4 - DESPESAS DE CAPITAL	169,95	169,95	115,37	112,58	100,0%	97,6%	
Subtotal	713,46	708,29	530,30	506,94	99,3%	95,6%	
9 - RESERVA DE CONTINGENCIA	332,67	-	-	-	0,0%	0,0%	
Total	1.046,13	708,29	530,30	506,94	67,7%	95,6%	

Tabela 3-13 Execução da Despesa por Categoria Econômica

Para o exercício de 2022, a Telebras foi autorizada a executar R\$ 1.046,13 milhão de recursos orçamentários. Sendo R\$ 543,51 milhões para Despesas Correntes, R\$ 169,95 milhões para Despesas de Capital e R\$ 332,67 milhões em Reserva de Contingência. Até dezembro, a empresa empenhou R\$ 708,29 milhões, que representam 99,28% do orçamento disponível, sendo R\$ 538,34 milhões com despesas correntes e R\$ 169,95 milhões com despesas de capital.

Importante citar que o empenho é o primeiro estágio da despesa e pode ser conceituado como sendo o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente, ou não, de implemento de condição. Do valor total empenhado; R\$ 506,94 milhões foram liquidados e pagos, sendo R\$ 394,36 milhões com Despesas Correntes e R\$ 112,58 milhões com Despesas de capital. Ressalta-se que a empresa também teve execução com restos a pagar, portanto os valores apresentados não representam a totalidade dos valores pagos até o mês. Os restos a pagar serão apresentados mais adiante.

Observa-se, ainda, que parcela significativa dos gastos está relacionada às Despesas Correntes. Essas despesas visam a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral, ou seja, são dispêndios que não contribuem diretamente para a formação e/ou aquisição de bens de capital.

Fonte: Siga Brasil, 6/1/2023, 17h35

Valores em R\$ Milhões

Ação	Descrição	Categoria Econômica	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	Percentual (e = b / a)	Percentual (f = d / c)
0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	Correntes	39,80	37,66	37,12	37,12	94,6%	100,0%
0283	Amortizacao e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual	Capital	50,40	50,40	50,40	50,40	100,0%	100,0%
15UI	Implantacao de Infraestrutura de Rede de Comunicacao de Dado	Correntes	13,20	13,20	13,20	13,20	100,0%	100,0%
		Capital	109,86	109,85	58,29	58,20	100,0%	99,8%
15UJ	Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionario de Defesa e Comunicação - SGDC	Correntes	143,47	143,47	110,64	99,82	100,0%	90,2%
		Capital	6,49	6,49	5,28	2,61	100,0%	49,4%
2000	Administracao Da Unidade	Correntes	67,98	67,98	27,40	27,40	100,0%	100,0%
		Capital	3,20	3,20	1,39	1,37	100,0%	98,6%
2004	Assistencia Medica e Odontologica aos Servidores Civis, Empregados	Correntes	55,14	55,04	35,86	35,71	99,8%	99,6%
		Correntes	4,94	4,93	4,77	4,39	99,9%	92,1%
20TP	Ativos Civis da União	Correntes	109,02	107,03	102,53	93,88	98,2%	91,6%
212B	Benefícios Obrigatorios aos Servidores Civis, Empregados	Correntes	6,33	5,45	5,43	4,96	86,0%	91,4%
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Correntes	0,10	0,04	0,03	0,03	43,2%	93,3%
21C8	Operacao da Infraestrutura da Rede de Servico de Comunicação	Correntes	103,52	103,52	77,96	77,85	100,0%	99,9%
Subtotal			713,46	708,29	530,30	506,94	99,3%	95,6%
0200	Reserva De Contingencia - Financeira		332,67	-	-	-	-	-
Total			1.046,13	708,29	530,30	506,94	67,7%	95,6%

Tabela 3-14 Ações Orçamentárias

Ação 0283, Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna, visa a amortização e o pagamento de juros do financiamento firmado com a FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos, destinado ao Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, SGDC.

Ação 0022, Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais, visa o pagamento de despesas decorrentes do cumprimento de decisões judiciais, devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Ação 2000, Administração da Unidade, visa agregar as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, com fornecimento de produtos e serviços e demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.

Ação 20TP, Ativos Civis da União, visa cumprir os compromissos com a folha de pagamento dos empregados ativos civis da União.

Ação 2004, Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico hospitalar e odontológica aos empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Ação 212B, Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes:

Auxílio-Alimentação - Concessão em caráter indenizatório do auxílio-alimentação aos empregados públicos federais ativos;

Auxílio-Transporte - Pagamento pela União de auxílio-transporte destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo pelos empregados públicos federais, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa; e

Assistência Pré-Escolar - Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos empregados públicos federais que tenham filhos em idade pré-escolar.

Ação 216H, Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos, visa a ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia.

Ação 15UI, Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados para Inclusão Digital, visa proporcionar o acesso à Internet em banda larga aos cidadãos, instituições, Governo, entidades da sociedade civil e empresas. Expandir a cobertura do serviço, elevar a velocidade de transmissão e reduzir o preço final para o consumidor. Para isso, o Governo Federal instituiu o Programa CONECTA BRASIL, mediante o Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018. O principal objetivo é massificar o acesso à Internet em banda larga para os cidadãos, instituições do Governo, entidades da sociedade civil e empresas.

O resultado é a melhoria da infraestrutura de rede do Governo, de modo a criar oportunidades, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades social e regional, promover a geração de emprego e renda, ampliar os serviços de Governo eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado, promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação e aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

Ação 15UJ, Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica – SGDC, visa atender a demanda de comunicações estratégicas do Ministério da Defesa; prover cobertura em 100% do território nacional, em especial aos municípios que não serão atendidos pelo *backhaul* de rádio e fibra óptica da Telebras; e atender aos órgãos federais, estaduais e municipais.

Ação 21C8, Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação de Dados do Programa Conecta Brasil, visa a disponibilização e fornecimento dos serviços de comunicação multimídia contratados pelos clientes da Telebras, em observância às políticas públicas de telecomunicações e à finalidade e missão institucional da Telebras; monitoramento das condições de funcionamento das redes de telecomunicações terrestre e satelital; análise do desempenho operacional dos equipamentos e instalações que dão suporte às redes terrestre e satelital e avaliação de necessidades de troca de equipamentos e sistemas operacionais; realização de projetos de otimizações da infraestrutura de telecomunicações, promovendo o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das redes terrestre e satelital, mantendo a necessária disponibilidade dessas redes de telecomunicações, impedindo a degradação de sua infraestrutura e preservando os níveis mínimos aceitáveis de desempenho; atendimento a demandas ambientais e regulatórias provenientes dos processos de licenciamento e fiscalização necessárias para cumprir as condicionantes dos órgãos de controle ambiental e de regulação, respectivamente; e contratação de seguros dos ativos de telecomunicações da empresa.

Ação 0200, Reserva de Contingência – Financeira, é regulamentada pelo artigo 91 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.763, de 1980: “Art. 91. Sob a denominação de Reserva de Contingência, o orçamento anual poderá conter dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.”

3.2.10 Execução dos Restos a Pagar (Processados e Não Processados)

A empresa inscreveu em restos a pagar (RP) processados e não processados o montante de R\$ 122,50 milhões e desses cancelou R\$ 31,21 milhões. Pagou R\$ 64,56 milhões no exercício de 2022. Restando um saldo de RP a pagar de R\$ 26,74 milhões.

Dos restos a pagar, as Ações que mais foram pagas são: 15UI, 15UJ, 21C8, 2000, 20TP. As três primeiras estão relacionadas com investimentos, manutenção da rede e do satélite, a Ação 2000 está relacionada com a parte administrativa e a última com folha de pagamento de pessoal.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Fonte: Tesouro Gerencia, 11/1/2023, 16h30

Ação	Descrição	Categoria Econômica	Restos A Pagar Inscritos	Restos A Pagar Cancelados	Restos A Pagar Pagos	Valores em R\$ Milhões
						Restos A Pagar A
0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	Corrente	0,5	-	-	0,5
15UJ	Implantacao de Infraestrutura de Rede de Comunicacao de Dado	Corrente	43,8	-	9,5	34,3
		Capital	68,9	-	3,3	65,5
15UJ	Desenvolvimento e Lancamento de Satelite Geoestacionario de Defesa e Comunicação - SGDC	Corrente	40,6	-	0,3	40,2
		Capital	12,8	-	3,4	9,4
2000	Administracao da Unidade	Corrente	19,2	-	0,9	18,3
		Capital	2,0	-	-	2,0
2004	Assistencia Medica e Odontologica aos Servidores Civis, Empregados	Corrente	0,6	-	0,4	0,2
20TP	Ativos Civis da Uniao	Corrente	13,2	0,0	5,3	7,9
212B	Beneficios Obrigatorios aos Servidores Civis, Empregados	Corrente	0,5	-	0,5	0,0
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxilio-Moradia a Agentes Público	Corrente	0,0	-	0,0	0,0
21C8	Operacao da Infraestrutura da Rede de Servico de Comunicação	Corrente	25,7	-	0,2	25,4
Total			227,8	0,0	23,8	204,0

Tabela 3-15 Execução dos Restos a Pagar

3.3 Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Telebras detém participação societária na coligada VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNB, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas. A coligada tem como acionistas as empresas Embraer Defesa e Segurança Participações S.A, que detém 51% do capital social e a Telecomunicações Brasileiras S.A com 49% do capital social. O controle da VISIONA é exercido pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

4 Interesse coletivo e execução de Políticas Públicas

Em 2022, a Telebras seguiu atuando, principalmente, na política pública de telecomunicações, por meio do Programa Wi-Fi Brasil, coordenado pelo Ministério das Comunicações e operacionalizado pela Telebras. Esse Programa tem como objetivo promover a inclusão digital em todo o território brasileiro, oferecendo conexão à internet em banda larga, de alta qualidade, às localidades de difícil acesso em todas as regiões brasileiras e outros pontos localizados em comunidades em estado de vulnerabilidade social, que não têm outro meio de serem inseridos no mundo das tecnologias da informação e comunicação. Até 2022, como provedora nacional desse serviço, mais de 21 mil pontos foram instalados pela Telebras em todo o Brasil. Esses pontos instalados resultaram:

- a) na Educação:** Aproximadamente 16 mil pontos instalados em escolas, atingindo cerca de 4 milhões de alunos, possibilitando a estes alunos avançarem e melhorarem o seu desempenho escolar, por meio do acesso à informação.
- b) na Saúde:** 700 pontos instalados em Unidades de Saúde, possibilitando a informatização dessas Unidades. Esse serviço viabiliza, por exemplo, a implantação do Prontuário Eletrônico Nacional Interligado que é uma forma de melhorar a qualidade no atendimento e diagnóstico de pacientes em todo o país.
- c) na Segurança:** Foram instalados 777 pontos para Segurança Pública e 191 pontos em Postos de Fronteira, contribuindo no enfrentamento ao crime.
- d) na Economia:** O acesso à internet, além dos serviços disponíveis (cursos, vídeos e informações), contribui com a geração de renda. Como exemplo, na prestação de serviços de *delivery* e comercialização de produtos, localmente e ou para grandes redes de lojas.

5 Governança Corporativa, Relações com Investidores e Mercado

A Telebras trabalha em proposta de aprimoramento do modelo atual a partir dos referenciais de governança que orientam o setor, com destaque para os normativos e orientações emitidos pelos seguintes órgãos e instituições: Controladoria-Geral da União – CGU, Tribunal de Contas da União – TCU, Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, entre outros.

A Lei 13.303/16 – Lei das Estatais, em seu art. 13, inciso III, exige “avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês. Em cumprimento à determinação legal, em maio a Telebras conduziu as avaliações de desempenho do Conselho de Administração e Conselheiros, da Diretoria Executiva, dos Diretores membros e do Diretor-Presidente referentes ao ano de 2021. Posteriormente, em outubro e novembro, foram realizadas as avaliações do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração – CPESR e do Conselho Fiscal – CF referentes ao ano de 2022. Os dados foram coletados, consolidados e serão apresentados aos colegiados pertinentes. As demais avaliações previstas em lei serão realizadas no primeiro trimestre de 2023.

5.1 Integridade, Riscos e Conformidade

A gestão de riscos na Telebras está referenciada na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 01 de 10 de maio de 2016 e a operacionalização dos controles internos levam em conta os riscos corporativos que se pretende mitigar tendo em vista os objetivos definidos, a considerar os riscos estratégicos, relacionados aos objetivos estratégicos e às respectivas estratégias adotadas para alcançá-los e os riscos operacionais, relacionados às incertezas no que tange à eficiência, eficácia, efetividade e economicidade das operações e atividades rotineiras desenvolvidas pela Companhia.

Para auxiliar nesse processo, nossa Política de Gestão de Riscos, atualizada em 03/06/2022 (4ª versão), tem como finalidade estabelecer princípios, diretrizes e objetivos relevantes para a execução da gestão de riscos; orientar, padronizar e disciplinar as atividades ligadas à gestão de riscos; e estabelecer níveis de responsabilidade e de controle para a execução dessas atividades.

A Companhia possui um Comitê de Governança, Riscos e Controles, colegiado de alto nível relacionado à gestão de riscos, com as competências de promoção de práticas relacionadas ao tema, aderência às regulamentações, aprovação das diretrizes, dentre outras. Esse Comitê é composto pela Diretoria Executiva da Companhia.

Anualmente, a partir da lista de riscos corporativos, da análise do desempenho do negócio e da conjuntura externa e interna da Companhia, são selecionados riscos em função de sua importância para a implementação do Plano de Negócios e do Plano Estratégico, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou dos recursos demandados para seu tratamento, que são estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, em dezembro de 2022, estabeleceu os riscos estratégicos da Companhia relacionados a conhecimentos sobre tecnologias específicas, utilização da infraestrutura de telecomunicações, custos dos serviços prestados, aumento da concorrência no mercado, desalinhamento com a pauta ESG, dentre outros.

A partir de fatores de riscos, com base no valor gerado pela organização, são identificados os projetos, processos, contratos e atividades que terão seus riscos avaliados. Em dezembro de 2022, o portfólio de riscos operacionais da Companhia contava com 349 riscos operacionais ativos e monitorados.

Em relação a Gestão da Integridade Corporativa, informamos que a Telebras está alinhada com a pauta de combate à corrupção. Na busca de uma atuação focada nos princípios da ética e da transparência, a empresa implementou o Plano de Integridade, o Integra +, em sua segunda versão (para o biênio 2021-2022). Em relação a Gestão da Integridade Corporativa, informamos que no decorrer do ano de 2022, foram implementadas 23 iniciativas de integridade.

A Telebras, em esforço que envolveu todos as unidades da Companhia, atingiu no mês de novembro de 2022, o grau máximo no índice de Transparência Ativa, conforme avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU), por meio de sua Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção. Este índice reflete o cumprimento das obrigações previstas na Lei nº 12.527, de 18 de dezembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que prevê um rol mínimo de informações

de interesse coletivo ou geral que devem ser divulgadas pelos órgãos públicos, independentemente de solicitações, em seu portal na internet, no menu “Acesso à Informação”.

A Telebras, no processo de elaboração, atualização e revogação dos instrumentos normativos, encerrou o exercício de 2022 com 139 (cento e trinta e nove) instrumentos normativos vigentes, de acordo com as regras, conceitos, critérios e padrões estabelecidos na Diretriz D-254 – Características Gerais do Sistema Normativo Telebras. No exercício foram aprovados 21 (vinte e um) instrumentos normativos sendo 5 (cinco) novos e 16 (dezesesseis) atualizações, dentre eles: Estatuto Social da Companhia, Regimento Interno da Telebras, Regimento Interno do Conselho de Administração, Política de Indicação dos Órgãos Estatutários da Telebras, Política de Gestão do Conhecimento e outros.

5.2 Gestão Ambiental, Social e de Governança - ESG

A Telebras, em sua Política Ambiental, Social e de Governança (ESG) incentiva posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo e, entre outros, tem como princípios sociais:

Respeitar e promover os direitos humanos em suas ações, decisões e práticas e adotar mecanismos permanentes para identificar e monitorar atuais ou potenciais resultantes de suas atividades, servindo como base para decisões decorrentes; a aceleração do desenvolvimento econômico e social; a promoção da inclusão digital; e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Para garantir a observação efetiva desses princípios, a Empresa tem canais de denúncia internos e externos para garantir que qualquer violação seja relatada e investigada de maneira adequada. A Ouvidoria da Telebras está integrada ao sistema eletrônico Fala.BR, vinculado à Controladoria Geral da União.

Outros aspectos relevantes já promovidos pela Telebras são:

- Participação no Programa Empresa Cidadã, que se destina a prorrogar por sessenta dias a duração da licença maternidade e por quinze dias, além dos cinco já estabelecidos, a duração da licença paternidade.
- Regulamentação do regime híbrido de trabalho, por meio de diretriz, com a intenção de proteger a saúde e segurança de seus colaboradores, melhorar sua qualidade de vida e reduzir o impacto ambiental dos deslocamentos casa-escritório-casa.
- Fornecimento de ponto de internet *Wi-Fi* Brasil à população sem alternativas de acesso à rede de computadores, ampliando as opções de comunicação e assegurando o acesso a diversos serviços públicos digitais.
- Atuação em situações de emergência, com provimento de conexão à internet, essenciais ao socorro e assistência aos atingidos, tais como em Brumadinho, enchentes e deslizamentos em Petrópolis, atendimento aos Yanomamis, entre outros.

A Empresa desenvolve e incentiva iniciativas para promover e proteger os direitos humanos em suas operações. Além de estar comprometida com o avanço de suas políticas e na busca de práticas robustas, implementadas de maneira eficaz e monitoradas regularmente para garantir o cumprimento dos dispositivos regulatórios.

Em relação à sustentabilidade ambiental, a empresa já implementou ações como o Data Center Verde, o descarte de baterias de acordo com normas ambientais, a redução do consumo de energia, a remoção de copos descartáveis e a redução do consumo de papel. Estão em andamento projetos de descarte correto de eletrônicos e de soluções de geração de energia sustentável.

5.3 Relações com Investidores e Mercado

Em 2022 a Companhia realizou operação de Aumento de Capital no valor de R\$367.159.185,59 (trezentos e sessenta e sete milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Na operação, foram emitidas 18.518.328 (dezoito milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e vinte e oito) ações ordinárias (ON), ao preço de R\$ 19,8268. Com a conclusão da operação, o capital integralmente subscrito da Companhia passa para R\$ 3.474.498.085,47 (três bilhões, quatrocentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

O quadro dos principais investidores da Companhia é apresentado na tabela abaixo.

Posição Acionária	ON		PN		Total	
	Ações	% Ações	Ações	% Ações	Ações	% Ações
UNIAO FEDERAL	63.711.580	93,7271%	16.396.712	89,0763%	80.108.292	92,7361%
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS-FINEP	3.231.600	4,7541%	-	0,0000%	3.231.600	3,7410%
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	592.598	0,8718%	542.630	2,9479%	1.135.228	1,3142%
OUTROS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	439.628	0,6467%	1.468.149	7,9758%	1.907.777	2,2085%
AÇÕES EM TESOURARIA	193	0,0003%	-	0,0000%	193	0,0002%
TOTAL:	67.975.599	100,0000%	18.407.491	100,0000%	86.383.090	100,0000%

Fonte: Relatório parametrizado da base de investidores (Bradesco) - posição de 31 de dezembro de 2022

Tabela 5-1 Principais Investidores

Os acionistas e investidores que desejarem mais informações podem entrar em contato com a Assessoria de Relações com Investidores pelo e-mail investidores@telebras.com.br ou pelo telefone (61) 2027-1210.

5.4 Gestão Empresarial

5.4.1 Desempenho Estratégico

Em 2022, a reformulou seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2023 a 2027. Os direcionadores estratégicos enfatizam o atendimento às políticas de telecomunicações, segurança nacional e gestão sustentável, na diversificação do portfólio de produtos e serviços e na gestão eficiente dos recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais. Os direcionadores estratégicos atualizados, estão descritos a seguir:

Missão: Conectar o Brasil com soluções de telecomunicações e tecnológicas para a segurança e o desenvolvimento nacional, democratizando o acesso à informação.

Visão: Ser reconhecida como o provedor de comunicação segura de Estado e de soluções de telecomunicações e tecnológicas em apoio às políticas públicas.

Valores:

- **Foco no Cliente:** Nossas ações são orientadas e desenvolvidas para atender às necessidades dos clientes de forma rápida e eficiente.
- **Compromisso com Resultados:** Estamos determinados a alcançar os objetivos e metas estabelecidos.
- **Valorização do Capital Humano:** Nossa equipe é o nosso maior ativo e juntos transformamos realidades.
- **Respeito:** Respeitamos as pessoas e nossos compromissos.
- **Integridade e Ética:** Fazemos o que é certo e cumprimos o que prometemos.
- **Responsabilidade Social:** Trabalhamos para assegurar a acessibilidade e inclusão digital em todo o território nacional.
- **Ser inovador:** Exploramos e desenvolvemos soluções inovadoras de tecnologias, processos e ferramentas

Mapa Estratégico: O mapa estratégico da Telebras está estruturado em cinco perspectivas, representando o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata os principais desafios a serem enfrentados pela Telebras no alcance de sua Visão e no cumprimento de sua Missão.

- A **Perspectiva de Aprendizado e Crescimento** define a capacidade que a Telebras possui para manter seu capital intelectual com elevado grau de motivação, satisfação interna e produtividade. Abrange pessoas, tecnologia e infraestrutura.
- A **Perspectiva de Organização, Processos e Governança** define o grau de inovação nos processos de gestão, o nível de qualidade das operações e a viabilização dos objetivos.
- A **Perspectiva Clientes** define a forma de atuação no mercado e a intensidade que cada unidade de negócio apresenta em termos de captação e retenção de clientes. Mostra em quais segmentos estratégicos a organização precisará obter sucesso para viabilizar os objetivos.
- A **Perspectiva Governo e Sociedade** define o grau de efetividade das ações públicas orientados para o cidadão.
- A **Perspectiva Econômico-Financeira** define a forma de atuação da Telebras na gestão econômico-financeira para a otimização do fluxo de caixa, aumento das receitas, redução dos custos e despesas e rentabilidade dos investimentos

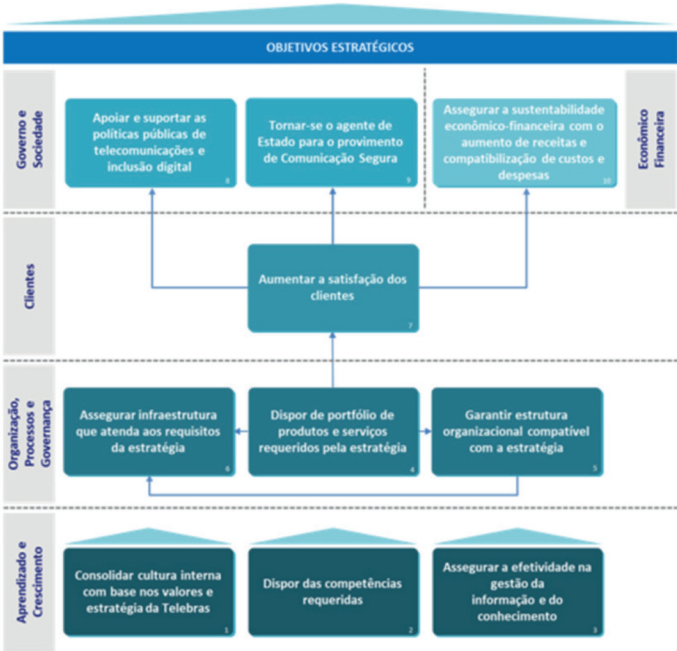


Figura 5-1 Mapa Estratégico 2023 a 2027

Painel de Gestão: é o conjunto de indicadores que traduzem de forma numérica os objetivos estratégicos. O Painel de Gestão da Telebras para o quinquênio 2023 a 2027, está representado a seguir:

PRSP	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR DE	DESCRIPTIVO	META 2023	META 2024	META 2025	META 2026	META 2027
ECONOMIA/EMPRESA	Assegurar a sustentabilidade econômico-financeira com o aumento de receitas e compensação de custos e despesas.	Margem Ebitda (sem tributação)	Monitorar a eficiência operacional de empresas	42% (A-10%)	5% (A-10%)	20% (A-10%)	30% (A-10%)	40% (A-10%)
		Margem Líquida	Monitorar a rentabilidade	44% (A-10%)	8% (A-10%)	3% (A-10%)	19% (A-10%)	25% (A-10%)
GOVERNO E SOCIEDADE	Tornar-se o agente de Estado para o provimento de Comunicação Segura	% de receita	Monitorar o crescimento das receitas advindas de produtos e serviços destinados a comunicação segura do Estado	30% (A-10%)	30% (A-10%)	30% (A-10%)	30% (A-10%)	30% (A-10%)
	Apoiar e suportar as políticas públicas de telecomunicações e inclusão digital	% de pontos ativados	Monitorar a entrega de serviços de telecomunicações e inclusão digital	30% (A-10%)	30% (A-10%)	30% (A-10%)	30% (A-10%)	30% (A-10%)
CLIENTES	Aumentar a satisfação dos clientes	NPS	Monitorar o nível de satisfação e fidelidade dos clientes	25,50%	NPS (pesquisa referente ao ano anterior + 2,5 p.p.)	NPS (pesquisa referente ao ano anterior + 2,5 p.p.)	NPS (pesquisa referente ao ano anterior + 2,5 p.p.)	NPS (pesquisa referente ao ano anterior + 2,5 p.p.)
ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E GOVERNANÇA	Assegurar infraestrutura que atenda aos requisitos da estratégia	Índice de execução dos projetos de infraestrutura	Monitorar a execução dos projetos de infraestrutura	Nota > 3	Nota > 3	Nota > 3	Nota > 3	Nota > 3
	Garantir estrutura organizacional compatível com a estratégia	Índice de execução dos projetos de estrutura organizacional	Monitorar a implementação dos projetos de estrutura organizacional	Nota > 3	Nota > 3	Nota > 3	Nota > 3	Nota > 3
	Disponibilizar portfólio de produtos e serviços requeridos pela estratégia	Disponibilidade no portfólio de produtos e serviços	Monitorar a disponibilidade dos produtos e serviços	100% de quantidade de produtos previstos para lançamento no ano de referência	100% de quantidade de produtos previstos para lançamento no ano de referência	100% de quantidade de produtos previstos para lançamento no ano de referência	100% de quantidade de produtos previstos para lançamento no ano de referência	100% de quantidade de produtos previstos para lançamento no ano de referência
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Assegurar a efetividade na gestão da informação e do conhecimento	Nível de maturidade da gestão da informação e do conhecimento	Monitorar a maturidade da gestão da informação e do conhecimento	Nível > 3	Nível > 4	Nível > 5	Nível > 5	Nível > 5
	Disponibilizar as competências requeridas	Gap de Competências	Monitorar a redução do GAP de competências	30% de redução do GAP de competências em relação ao ano anterior (A-10%)	30% de redução do GAP de competências em relação ao ano anterior (A-10%)	30% de redução do GAP de competências em relação ao ano anterior (A-10%)	30% de redução do GAP de competências em relação ao ano anterior (A-10%)	30% de redução do GAP de competências em relação ao ano anterior (A-10%)
	Consolidar cultura interna com base nos valores e na estratégia da Telebras	Índice de Cultura Organizacional	Monitorar a cultura organizacional	1ª Pesquisa de Cultura realizada no final de 2023 + 100% - Pesquisa de Cultura realizada no final de 2022/23	1ª Pesquisa de Cultura realizada no final de 2023 + 100% - Pesquisa de Cultura realizada no final de 2022/23	1ª Pesquisa de Cultura realizada no final de 2023 + 100% - Pesquisa de Cultura realizada no final de 2022/23	1ª Pesquisa de Cultura realizada no final de 2023 + 100% - Pesquisa de Cultura realizada no final de 2022/23	1ª Pesquisa de Cultura realizada no final de 2023 + 100% - Pesquisa de Cultura realizada no final de 2022/23

Tabela 5-2 Painel de Gestão 2023 a 2027

O desempenho estratégico é acompanhado mediante o monitoramento do resultado da execução da estratégia refletido nos indicadores estratégicos, que por sua vez, fornecem informações que permitem avaliar o alcance das metas e sinalizar a necessidade de ações corretivas.

5.4.2 Gestão de Processos

No ano de 2022, a ação de **mapeamento de processos** apresentou grandes avanços. Em fevereiro, a Diretoria Executiva aprovou o Plano de Priorização dos Processos de Negócio a serem institucionalizados que foi executado durante todo o ano, resultando em 48 processos de trabalho e 7 processos de negócios mapeados. Outra realização de 2022 foi a emissão do Portfólio de Processos da Telebras. O documento apresenta o desmembramento da Cadeia de Valor da empresa em 71 processos de negócio finalísticos e de apoio, que representam o conjunto de rotinas promovidas pelas diversas áreas da empresa para alcançar seus resultados.

A cadeia de valor analítica da Telebras, está representada a seguir:

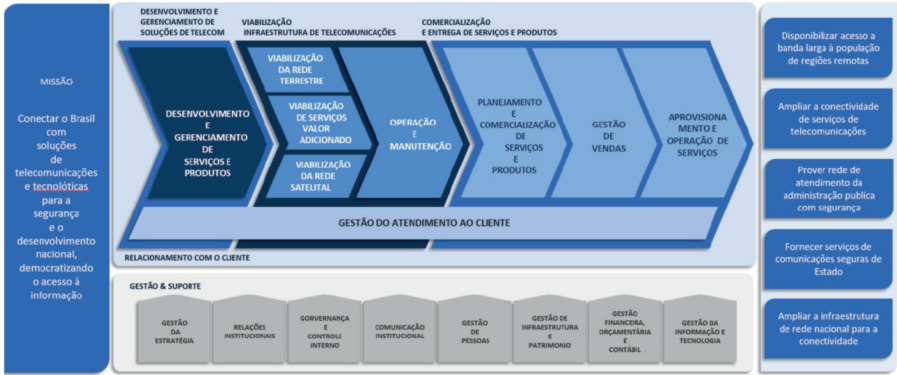


Figura 5-3 Cadeia de Valor Analítica

5.4.3 Gestão de Projetos

Em 2022, foram executados vários projetos e ações estratégicas, com impacto direto nos resultados econômico-financeiros, competências organizacionais, cultura, gestão da informação e do conhecimento, processos, desenvolvimento de serviços e infraestrutura, satisfação dos clientes, políticas públicas e segurança. Estes projetos visam ao atingimento dos Objetivos Estratégicos da Companhia.

Adicionalmente, esforços da Gestão de Projetos continuaram expressivos na Perspectiva de Aprendizado e Crescimento que focam em diagnosticar a situação da organização em seus temas específicos, além de extrair e detalhar a visão futura desejada, permitindo a identificação de gaps. Sob esta base, ações, programas e projetos assertivos e oportunos dessa perspectiva deverão ser formulados no ano de 2023.

6 Os Negócios da Telebras

6.1 Conjuntura Econômica Setorial

O mercado de telecomunicações em 2022 apresentou um crescimento significativo, fruto da retomada dos investimentos, início da implementação do 5G e aumento da demanda de Banda Larga em decorrência da pandemia.

Segundo a IPC Maps o mercado de telecomunicações teria movimentado R\$ 175 bilhões em 2022. O montante representa crescimento de 10% em relação à 2021 e de 32% ante 2019. A consultoria levou em consideração serviços de telefonia, pacotes de TV, telefone e internet, e compra de celulares e acessórios. O avanço em telecomunicações é bem mais robusto do que a expectativa de consumo geral das famílias em 2022, conforme o estudo, que analisou 22 setores da economia. O IPC mostrou também que foram criadas 1,2 mil novas empresas no setor a partir de 2021, com acréscimo de 2% em um ano, para quase 58 mil.

Para a Conexis, entidade que representa grandes operadoras de telefonia, “a pandemia alterou a cesta de consumo da sociedade, e a conectividade tornou-se vital”, observou o presidente-executivo da Conexis, Marcos Ferrari, ao jornal Valor Econômico.

De acordo com a Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), as empresas previam gastar neste ano cerca de R\$ 20 bilhões com serviços de infraestrutura para operadoras, prestadores de pequeno porte e provedores, um avanço de 10% a 20% ante 2021.

Atualmente, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, 98% dos brasileiros acessam a internet via celular.

Para vencer a commoditização de suas redes, as empresas de telecomunicações devem transformar seu negócio tradicional. Em vez de criar uma rede de “melhores esforços”, pelas quais os clientes pagarão cada vez menos e exigirão cada vez mais capacidades, as empresas de telecomunicações precisam considerar as necessidades subjacentes que os clientes realmente têm. Com esse entendimento, as operadoras deverão construir (e cobrar por esses novos produtos) redes “inteligentes” com as dimensões de desempenho específicas para satisfazer os trabalhos para os tipos definidos de clientes e suas aplicações realmente utilizadas. Dependendo da aplicação, as redes podem ser fortalecidas e adaptadas para maximizar a segurança, a resiliência, a taxa de transferência e a priorização de sinais, minimizando a indisponibilidade, a latência e a taxa de erros. Nesse aspecto, as operadoras podem explorar o mercado de ponta, no qual a oportunidade de crescimento, altas margens de contribuição e diferenciação ainda existem, através do oferecimento de serviços de “rede de segurança”. As novas redes 5G, por exemplo, seguirão essa tendência agregando redes inteligentes e IA no bojo das suas arquiteturas.

Por último, apresentamos a evolução do serviço SCM onde vemos a permanência de crescimento de *market share* das empresas chamadas “competitivas”, operadoras de porte médio resultantes de crescimento e fusões de ISPs nos últimos cinco anos. Elas têm sido fundamentais na universalização dos serviços de banda larga no país e tem contado com a Telebras com serviços de infraestrutura para implementação dos seus *backbones* nacionais.

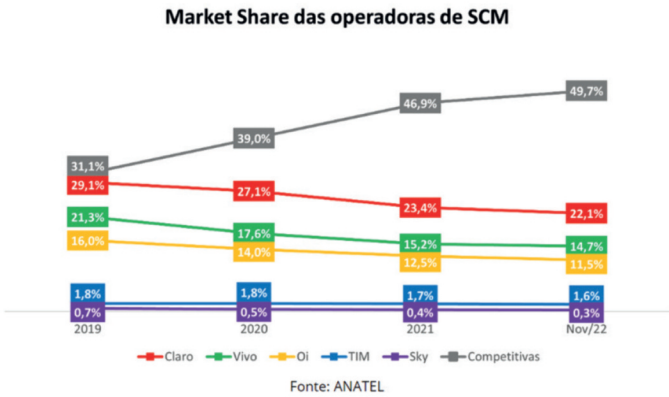


Figura 6-1 Rede Nacional



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

6.2 Vendas

No primeiro ano em que a economia brasileira apresenta sinais de recuperação após o período da pandemia, as áreas de vendas da Telebras (sede e Escritórios Regionais) tiveram como principal meta o aumento da receita anual, chegando ao final de 2022 com um total de 3.188 links terrestres e 21.338 links satelitais ativos.

O Programa de Governo Eletrônico — Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) teve um crescimento significativo no ano de 2022, sendo demandado o atendimento de cerca de 25.000 instituições beneficiadas, dentre elas, mais de 18.000 escolas de ensino básico e fundamental. Com esse crescimento, o acesso à Internet com velocidades de 10 e 20 megabits por segundo (Mbps) chegará a mais de 10.000 novas localidades onde não havia nenhuma ou pouca conexão à Internet, sendo que, em cerca de 1.400 destas localidades, também está instalado um acesso Wi-Fi Gratuito, pelo qual a população pode acessar a Internet sem custos, diminuindo o abismo digital que ainda existe em nosso país.

Os Acordos de Cooperação Técnica – ACTs que viabilizaram a prestação do Programa GESAC pela Fundação Banco do Brasil e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE já possibilitou a chegada da Internet gratuita, patrocinada por estas empresas, em mais de 300 localidades.

Em 2022, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) confiou à Telebras a responsabilidade de evoluir a sua rede corporativa, de aproximadamente 1.700 pontos em todo o território nacional, de uma topologia baseada na tecnologia MPLS (*Multiprotocol Label Switching*) para uma topologia baseada na tecnologia SD-WAN (*Software-Defined Wide Area Network*), totalmente baseada na rede IP. As migrações tiveram início ainda em 2022 e têm previsão de término até o final de 2023, quando todas Agências da Previdência Social estarão conectadas com o estado da arte das redes corporativas de longa distância.

Além do INSS, a Telebras teve novos contratos ou contratos renovados com, dentre outros, o Banco Central do Brasil (BACEN), Centro de Inteligência do Exército (CIE), Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério da Defesa (MD), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério das Comunicações (MCOM), Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), Polícia Federal, Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UnIRio) e Presidência da República.

Em um cenário de acirrada oferta de links a preços altamente competitivos, a região nordeste impõe um desafio ao Escritório Regional de Fortaleza, fazendo valer a qualidade do link Telebras como diferencial. Em 2022, buscou-se a manutenção dos clientes atuais, bem como a expansão da carteira comercial. Clientes novos como a Sinal Telecom e a Navegue Mais Telecomunicações Ltda. contribuíram para atingir a capacidade plena das cidades de Imperatriz/MA e Sítio Novo no Maranhão/MA, uma vez que também houve a ampliação do circuito da OnCABO em Imperatriz/MA. Com a oferta da modalidade de vendas por equipagem, houve o fechamento de contratos de grande capacidade na região, interligando Imperatriz/MA à Barueri/SP e Tucuruí/PA à Fortaleza/CE, totalizando 120Gb de banda contratada, ambos em fase de implantação. Quanto ao satélite, além de diversas negociações em curso com órgãos estaduais e municipais, foram implementados os primeiros circuitos com a BK Telecomunicações no estado de Sergipe.

Na área de abrangência do Escritório Regional de Belém, o esforço contínuo para manutenção de receitas brutas foi elevado pelo novo cenário nacional de redução das alíquotas de ICMS para telecomunicações, mas que acabou sendo convertido em expansão da carteira por meio da ampliação do número de circuitos terrestres, refletidos principalmente na efetivação de novos contratos de venda com equipagem com clientes privados, resultando em acréscimo da capacidade da rede regionalmente, como nos casos da ampliação dos circuitos de serviço ponto-a-ponto para a empresa WSP Telecom (Altamira/PA), Compuservice (Macapá/AP) e A.C. Ferreira (Manaus/AM). O destaque desse esforço na área satelital/governo se deu com a exitosa renovação do contrato com a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA, perfazendo atualmente atendimento de 11 circuitos em 8 municípios do interior do estado do Pará.

Da mesma forma o Escritório Regional de Porto Alegre em sua área de atuação, manteve suas investidas para retenção e ampliação da carteira existente, assim como, empenho no aumento da penetração em localidades com menor nível de vendas, sendo os principais casos de retenção com ampliação de contrato e respectiva receita Ceriluz (Ijuí/RS), Sulnet (Santa Rosa/RS) e Provedor Universal (Santa Vitória do Palmar/RS). Quanto a novos contratos, o destaque é a Bignet Foz (Foz do Iguaçu/PR), contrato que eleva a penetração da empresa no mercado paranaense. Ainda sobre ampliação de penetração de mercado destacamos a venda 21 pontos de Satélite em Castro/PR.

Durante o ano de 2022, foi intensificada a atuação do Escritório Regional de São Paulo nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Sem alteração no quadro de pessoal, essa intensificação recolocou em ordenamento o alinhamento da Telebras com os clientes desses Estados (Governo e privado) de forma progressiva e constante ao longo do ano, gerando a abertura de mais de 800 novas oportunidades de negócios que se consolidarão a partir de 2023. Como parte dessa ação pela primeira vez participamos da ABRAMULTI, evento de provedores de Minas Gerais, plantando uma importante semente neste estado brasileiro.

Todas as áreas de vendas da Telebras possuem exemplos significativos em termos de possibilidades de vendas que estão reprimidas e não se consolidaram durante o ano de 2022 devido à incapacidade de equipagem da rede da Telebras e que será viabilizado durante o ano de 2023, em razão das atualizações planejadas. Mantido o foco das áreas de vendas e atenção aos clientes envolvidos, será possível o atendimento às demandas destes clientes, convertendo-as em vendas e receitas para a Telebras.

No ano de 2022 foi celebrada importante parceria com o Exército Brasileiro para integração de redes com a Telebras e ampliação da Rede Privativa da Administração Pública Federal, tendo como foco inicial atividades na região amazônica, de modo a ampliar a conectividade do Estado e da população. Também foram renovadas as cooperações técnicas com outras entidades da Administração Pública: Governo de Rondônia, Ministério da Economia, Procergs. Destaca-se também a assinatura de Contrato de Parceria Empresarial com a Padtec, que possibilita ágil ampliação dos atendimentos da Telebras, mantendo seu *backbone* iluminado exclusivamente com tecnologia brasileira. Adicionalmente, foi celebrada nova parceria com a Energisa, com o objetivo de garantir as infraestruturas necessárias para as operações de Telecomunicações no Mato Grosso do Sul. Por fim, ressalta-se também o estabelecimento de aditivo contratual à parceria estratégica com a Viasat de modo a atender a políticas públicas de Wi-Fi comunitário em todo o território nacional.

Com relação ao atendimento aos clientes, foi realizada licitação para o *Call Center* da Telebras, ampliando e modernizando os recursos de acesso para os clientes da empresa através do *WhatsApp Business* e de recursos de atendimento multimeios (*omnichannel*).

6.3 Inovação e Desenvolvimento de Produtos e Serviços

Sob ponto de vista de Planejamento de Marketing e Produtos a empresa focou seus esforços em consolidar o SD-WAN no seu portfólio operacionalizando a esteira de produção deste serviço na companhia. Também trabalhou no sentido de criar um plano de desenvolvimento de produtos alinhado a oferta de uma Rede Privativa Segura com os produtos ligados a segurança de rede, como o SCSE – Sistema de Criptografia Segura de Estado, por exemplo. Muito do que foi planejado e estudado no ano só virá ser lançado em 2023.

Para cumprir o previsto no Estatuto Social da Telebras com maior efetividade, foi definido, no Plano Diretor Técnico-Operacional da Telebras para o quinquênio de 2020 a 2024, a implantação de uma Gerência de Inovação (GI), ligada à Diretoria Técnico Operacional – DTO, fundamental para garantir a existência de um ambiente de Inovação Aberta na empresa bem como para sistematizar o desenvolvimento tecnológico inovador em pesquisa aplicada.

Na 460ª Reunião do Conselho de Administração, em 30 de julho de 2020, foi aprovado o novo Regimento Interno da Telebras, com criação da Gerência de Inovação - GI, que assumiu os compromissos relacionados à Inovação até então conduzidos pela Gerência de Planejamento Controle e Inovação - GPIC. Entre outras ações complementares, foi elaborada a minuta de Política de Inovação Telebras que, uma vez aprovada, alçará a Telebras ao patamar de Instituição Científica e Tecnológica - ICT pública, ampliando o leque de oportunidades de negócios e de otimização da rede de telecomunicações da empresa.

Com o objetivo de apoiar a evolução da rede da Telebras e desenvolver novos projetos, com tecnologias inovadoras, a GI pesquisou e realizou o processo de aquisição da assinatura anual da ferramenta IEEE *DiscoveryPoint for Communications* (IDPC) com acesso a todos os colaboradores da Telebras. Essa biblioteca digital reúne dados e informações dos principais fóruns internacionais de telecomunicações, como o Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE), o Setor de Normalização das Telecomunicações da União Internacional de Telecomunicações (ITU-T), da Força-Tarefa de Engenharia de Internet (IETF).

Esses fóruns internacionais são responsáveis pela padronização e regulamentação de toda a base de telecomunicações instalada no mundo e os principais vetores de desenvolvimento tecnológico do setor. O IDPC oferece ainda acesso a normas, cursos online, artigos científicos e tecnológicos, livros digitais, revistas técnicas e a informações relacionadas aos principais eventos tecnológicos mundiais patrocinados por operadoras, indústrias, empresas integradoras, representantes, entes reguladores, centros de pesquisa e universidades. A Telebras não possuía nenhuma fonte de pesquisa segura e avançada para desenvolver seus novos projetos e evoluir as redes terrestre e satelital existentes.

A GI desenvolveu, em parceria com uma empresa privada, o equipamento denominado T3SAT - Terminal Transportável Telebras SAT –, que garante maior elasticidade ao atendimento de serviços satelitais. Essa solução visa à oferta de produtos e serviços de telecomunicações em banda larga a clientes Telebras, em modo nômade, em qualquer ponto do território nacional, por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, na banda Ka. Em 2021, foram comercializadas 74 unidades para órgãos federais. Foi desenvolvido pela GI um novo Terminal Transportável Telebras SAT (T3SAT 2.0), mais avançado, com menor peso e tamanho, para atender aos novos requisitos da Diretoria Comercial. Esse novo produto está em fase de contratação junto a um parceiro tecnológico que vai industrializar o produto.

Os testes de prova de conceito com a solução LTE 4G da empresa Trópico, viabilizaram a entrada da Telebras no projeto Semear, em parceria com CPqD, Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Governo do estado de São Paulo. A Telebras vai fornecer capacidade, através do SGDC, para estabelecer a conexão entre os pontos de coleta de dados dos sensores IoT, para processamento em datacenter, onde os dados são processados.

Foi realizado o evento de inauguração do primeiro DAT (Distrito Agro Tecnológico) do projeto Semear, em São Miguel Arcanjo/SP, onde a Telebras ofertou o satélite SGDC como solução de conectividade para as regiões sem cobertura de operadoras privadas. A Gerência de Planejamento de Marketing (GPM) está trabalhando em um modelo de negócio com o CPqD para fornecimento da conectividade satelital para os futuros Distritos Agro Tecnológicos, (DAT). Esse projeto inseriu a Telebras no AGRO 4.0 com tecnologias como: IoT, Inteligência Artificial e *Blockchain*. Após pesquisa de novas soluções satelitais a GI, em parceria com as empresas AEL e a empresa israelense Elbit, realizaram testes de prova de conceito no produto SATCOM *on-the-move*, E-LynX-Sat, da Elbit, para voz/dados, utilizando conectividade em banda Ka do Satélite SGDC.

Foi realizada apresentação da solução ao Ministério da Defesa. Os testes de prova de conceito foram iniciados na data de 28/11/2022, e finalizados em 04/12/2022. Foram realizadas apresentações também para a Força Nacional de Segurança e para a Polícia Federal, com o objetivo de comercializar essa solução de segurança utilizando o Link satelital do SGDC. A Telebras participou da 7ª Mostra BID Brasil (Base Industrial de Defesa Brasil), realizada no período de 1 a 8/12/2022, apresentando, juntamente com a Elbit e a AEL, a solução E-LynX –Sat ao Exército, à Polícia Federal e à Força Nacional de Segurança com participação da gerência de Vendas (GV) e gerência de Planejamento e Marketing (GPM). A GPM está definindo com a empresa AEL um modelo de negócio para comercialização da solução utilizando o SGDC.

A GI pesquisou uma nova solução, testada em prova de conceito, de VSAT portátil para transmitir dados na taxa simétrica de 30kbps que possibilita oferta de conectividade IoT, M2M e telefonia via Smartphone da empresa israelense HISKY. O modelo de negócio está em andamento sob a supervisão da GPM.

Foi definido pela GI um modelo compatível de produto Telebras, para viabilizar a instalação e comercialização da plataforma de sensoriamento remoto, WebVis, da empresa Visiona, no Datacenter da Telebras. O modelo de negócio está sendo tratado pela Gerência de Planejamento e Marketing – GPM com a Visiona. A plataforma de sensoriamento remota já está instalada e em operação no datacenter da Telebras.

A GI participou como suporte ao CPqD da implantação do sistema de energia solar, SIGFI (Sistemas Individuais de Geração com fontes intermitentes), desenvolvido pelo CPqD, para energizar uma VSAT do satélite SGDC e levar conectividade e serviço de internet para a Escola de São Gabriel da Cachoeira – AM. Essa localidade não possuía nenhuma fonte de energia elétrica. A GI está trabalhando junto às empresas que produzem esse sistema de energia solar para homologar a solução para as escolas do projeto GESAC que não possuem energia elétrica.

Para viabilizar o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços para a rede terrestre e satelital da Telebras, bem como avaliar novas soluções de segurança da informação, estão sendo negociadas parcerias com o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações) e as empresas, Padtec e Kryptus. Foi publicado o Decreto nº 11.299/2022, no Diário Oficial da União (DOU) que dispõe sobre as Políticas Públicas de Telecomunicações, e destina à Telebras a gestão exclusiva da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF).

O novo Decreto também define que a Telebras faça uso, em caráter primário, de faixas de radiofrequências que serão designadas pela Anatel para realização das atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado.

Considerando a oportunidade estratégica em fornecer o Serviço de Comunicação Segura de Estado, dentro do escopo do projeto da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, configura-se condição ideal para a Telebras a parceria com o centro de pesquisa (CPqD) e as empresas nacionais Kryptus e Padtec, que dispõem de tecnologia e capacidade técnica para o desenvolvimento dos produtos, em conjunto com a Telebras, quais sejam, hardware, software e serviços, de forma a manter o projeto restrito e com total controle de sigilo e segurança, mas, por outro, lado dividindo a capacidade de desenvolvimento e implantação com os parceiros de forma a aumentar as chances de sucesso e atingir o mais alto grau de eficiência e qualidade técnica. Estão em andamento os testes de prova conceito nos produtos de criptografia, em evolução, da empresa nacional Kryptus e empresa internacional Thales.

Esses testes de conformidade e de interoperabilidade são orquestrados por meio de requisitos desenvolvidos pela Gerência de Inovação da Telebras. Dentro desta perspectiva foi assinado Memorando de Entendimentos com os três parceiros considerados estratégico se que configuram o conjunto de empresas capacitadas para o desenvolvimento da melhor solução possível no momento, ficando cada qual responsável pelas áreas que possa agregar mais valor ao projeto como um todo.

A solução de criptografia da empresa internacional Thales está na etapa de testes no Laboratório de Inovação da Telebras com objetivo de homologar um segundo fornecedor para o projeto SCSE (Serviço de Comunicação Segura de Estado).

A Gerência de Inovação (GI), coordenou a elaboração do documento de planejamento do projeto da rede de Serviço de Comunicação Segura de Estado, (SCSE), contemplando a elaboração dos requisitos para desenvolvimento de um produto de criptografia, integrando as soluções de hardware da empresa Kryptus, o software de gerência do CP QD, implantação da Padtec e requisitos da Telebras, bem como o estudo de análise e viabilidade financeira.

Considerando o projeto da Rede Móvel Segura do DF, (RMSDF), dentro do contexto da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), a GI dedicou um recurso especializado em comunicações móveis para fornecer o apoio necessário para o planejamento e o suporte ao desenvolvimento do projeto dentro das fases de operação dessa rede previstas para a Telebras.

Foi iniciado um estudo para definição das bandas de radiofrequências utilizadas, em parceria com o Exército Brasileiro. A Telebras está trabalhando com o Ministério da Defesa em uma proposta de Termo de Cooperação Técnica - TCT, para utilização de faixas de frequência restritas da Defesa. A GI tem participação no grupo de trabalho da Rede Móvel, para estudo e definição de outras estratégias relacionadas à rede. Foi desenvolvido projeto técnico para montagem do laboratório de Inovação. O laboratório já está operacional e está sendo utilizado como infraestrutura para a realização de PoC (Prova de Conceito) da solução de criptografia para o projeto de Serviço de Comunicação Segure de Estado (SCSE), bem como para testes de soluções inovadoras e de novos produtos adquiridos para as redes, terrestre e satelital. O Laboratório está sendo equipado para atender a todas as tecnologias de rede da Telebras. No momento, já é possível testar equipamentos alimentados com energia AC e DC, assim, será possível energizar os equipamentos da rede óptica e rede IP em operação na rede e homologar novos equipamentos.

Além disso, a Telebras possui um representante da Gerência de Inovação no Comitê Consultivo de Fotônica – CCFOTO, instituído pelo Decreto Presidencial no 10.137, de 28 de novembro de 2019. Há, também, um representante da Gerência de Inovação na Câmara do AGRO 4.0, que é uma Instância de articulação entre o Governo Federal e o setor produtivo. Do Conselho Superior dessa Câmara, participam o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI. A função da Câmara do AGRO 4.0 é formular diretrizes para promover a inovação e o desenvolvimento produtivo no agronegócio.

7 Evolução da Rede de Telecomunicações

7.1 Rede Terrestre

A rede da Telebras é composta por um *backbone* nacional de 28.880 km de fibras ópticas percorrendo todas as regiões do País para a prestação de seus serviços de conectividade. Essas fibras estão, em sua maioria, em cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) existentes nas linhas de transmissão das concessionárias de energia, mas, também, em gasodutos e rodovias estaduais e federais, sendo, aproximadamente:

- 2.433,5 km de fibras próprias;
- 17.623,7 km do sistema Eletrobras;
- 2.229,5 km da Petrobras; e
- 6.593,5 km de outras parcerias ou de swap.

Encontra-se em planejamento a implantação de 3.611 km de novos trechos de fibra óptica, com a perspectiva de utilização de linhas do sistema Eletrobras. Esses totais não incluem os trechos de última milha contratados de fornecedores diversos nos pontos atendidos pela Telebras em que não dispõe de rede metropolitana.

O mapa a seguir ilustra em azul a rede nacional em operação e em vermelho o planejamento para ampliação da rede nos anos de 2019 a 2026.

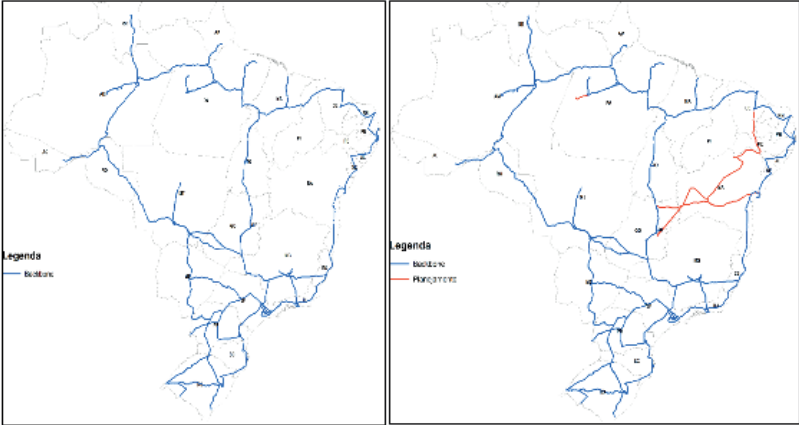


Figura 7-1 Rede Nacional

Encontram-se em fase de contratação a energização definitiva de 19 estações Telebras que ainda são alimentadas pelas cedentes. Foram migradas para a energização definitiva as estações cedidas pela Petrobras de Guararema e ETEL Cacimbas.

Foram emitidas Notas Técnicas de Planejamento com orientações para implantação e complementação das redes ópticas metropolitanas de cidades das 5 regiões do Brasil, visando substituir a contratação de circuitos Exploração Industrial de Linhas Dedicadas - EILDs - por atendimento por meio de redes próprias. Em seguida, foram iniciados os estudos para elaboração dos Termos de Referência - TR para as 5 regiões.

O processo de licitação para substituição e ampliação da Solução *Anti-DDoS* da Telebras teve o pregão eletrônico realizado em 2021 e o contrato foi assinado com a empresa a INB Tecnologia LTDA no começo de 2022. Durante o ano, foram realizadas as instalações físicas dos equipamentos nas estações envolvidas, com as respectivas ativações lógicas. Em outubro de 2022, o sistema entrou em operação para mitigações a serem realizadas em Brasília Geral, Adrianópolis e Fortaleza.

O atendimento às Emendas Parlamentares que previam implantar redes GPON (*Gigabit Passive Optical Network*) para provimento de acessos banda larga em sete municípios, a saber, Soledade (RS), Palmeira dos Índios (AL), Paulo de Frontin (RJ), Guapimirim (RJ), Campo Alegre (SC) e Sapucaia do Sul (RS), foi interrompido devido à impossibilidade legal de transferência ao município da infraestrutura implantada. Estes atendimentos foram retomados em 2022, a partir da publicação da Portaria MCOM 4.019, de 05/11/2021, a qual permite a transferência ao município da infraestrutura implantada. O primeiro município a ser atendido será Soledade/RS, mediante a implantação de rede óptica passiva. Os demais municípios serão atendidos em sequência.

Em 14 de dezembro de 2022 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre Exército Brasileiro (EB) e Telebras, com o propósito de atender a interesses relacionados ao Projeto Amazônia Conectada (PAC) e Projeto Amazônia Integrada Sustentável (PAIS). Mediante este TCT a Telebras adicionará à sua rede o direito de uso de 1.824 Km de cabos de fibra óptica, com capacidade para até 40 canais de 100 Gbps, proporcionando aumento da abrangência da Rede da Telebras na Região Norte do Brasil. Isto permitirá assegurar maior qualidade, disponibilidade e capacidade dos serviços de Internet às localidades dessa região, bem como, apoiar a implementação de políticas públicas de inclusão digital em localidades antes não atendidas.

Foi realizada a contratação para o fornecimento da solução SD-WAN para a Telebras com o fornecedor Teltec, representante do fabricante Fortinet. A rede encontra-se operacional desde o mês de outubro de 2022. Com isso, os circuitos do cliente INSS já começaram a serem migrados, estando ela também apta a atender futuros clientes que demandem essa tecnologia.

Foi dada continuidade à implantação do Projeto 100 Gbps que consiste na implantação de dois canais de 100 Gbps em diversos trechos da rede DWDM ao longo do *backbone*. Esse Projeto foi viabilizado por meio de uma parceria com a organização RNP. Já foram finalizados 65% dos trechos previstos em projeto. Também foram feitas diversas ampliações de circuitos no Backbone DWDM para novos atendimentos pela modalidade de vendas com equipagem para os clientes

Com relação à infraestrutura, 70% da instalação dos novos racks de espelhamento óptico foi concluída. No *backbone* IP/MPLS, foram implantados fisicamente 55% dos roteadores previstos no projeto, já tendo sido iniciado o processo de migração dos equipamentos antigos para os novos.

A Rede Terrestre Telebras fechou 2022 com um potencial de cobertura de 511 municípios atendidos diretamente e 1.454 municípios atendidos indiretamente por meio de seus clientes provedores de acesso à internet.

7.2 Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

Lançado em maio de 2017, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, é o primeiro satélite de alta capacidade com cobertura em todo território nacional com a mesma qualidade de sinal. Sua tecnologia avançada permite à Telebras massificar o acesso à internet em banda larga via satélite em todo o Brasil.

O SGDC é utilizado com finalidades civil e militar. No uso civil destina-se ao atendimento de comunidades digitalmente isoladas como, por exemplo, escolas, centros de saúde, postos de fronteira, aldeias indígenas e outros pontos de interesse coletivo. O uso militar é exclusivo do Ministério da Defesa.

O sistema de comunicação via satélite também inclui os Centros de Operações Espaciais, as Estações de Acesso, as Estações de Monitoramento e Controle e os Terminais de Usuário.

Os Centros de Operações Espaciais (COPE-P, principal em Brasília, e COPE-S, secundário no Rio de Janeiro) coordenam o posicionamento orbital correto do SGDC visando a sua segurança no espaço, de maneira única, utilizando informações de posicionamento de outros satélites próximos à sua posição orbital e de lixo espacial em rota com possibilidade de colisão.

O Centro de Operações Espaciais Principal, localizado em Brasília (COPE-P), possui o mais alto nível de disponibilidade e confiabilidade para a infraestrutura de uma instalação de missão crítica. Por isso ele é classificado como tolerante a falhas conforme a norma norte-americana ANSI/TIA, sendo certificado TIER IV pela *Uptime Institute*.

Isto posiciona o centro no mais alto nível de resiliência a qualquer paralisação de infraestrutura. Quaisquer componentes ou sistemas podem ser retirados de serviço – seja por defeito, manutenção, reparo ou substituição – sem que haja impacto aos processos de tecnologia da informação dos ambientes críticos.

As Estações de Acesso (EA) ou Gateways, permitem a comunicação entre os elementos da rede em terra e o satélite. Elas têm a função de monitorar, analisar e controlar a comunicação das estações terrenas de forma adequada para a transmissão de dados, de acordo com os padrões comissionadas no satélite, a fim de otimizar os recursos em função das demandas dos usuários.

Essas estações estão localizadas nas cidades de Campo Grande (MS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA). O COPE-P, em Brasília (DF), e o COPE-S, no Rio de Janeiro (RJ), além de servir ao comando e controle do SGDC, também atuam como estações de acesso. Tendo em vista que o SGDC possui uma configuração multifeixes, por conta do reuso de frequências, o controle dos 67 feixes que cobrem o território brasileiro é distribuído de forma quase equalitária entre as estações de acesso localizadas em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Campo Grande (MS) e Florianópolis (SC). A estação de acesso de Salvador (BA) é uma estação backup que pode assumir o controle de comunicação de usuários de qualquer uma das outras 4 estações. As estações de acesso são geograficamente distribuídas porque buscam a melhor utilização do reuso das frequências de comunicação.

As Estações de Monitoramento e Controle são responsáveis por auxiliar no monitoramento em tempo real dos parâmetros do satélite. As estações de acesso, além de realizar o controle da comunicação das estações de usuários (VSAT), também realizam as funções de monitoramento dos parâmetros de comunicação do satélite. Todas essas informações são centralizadas na estação de Brasília (DF), que junto com as informações de comando e controle (telemetria) realizam o controle total de todo o sistema satelital do SGDC. As Estações de Monitoramento e Controle individuais estão presentes nos estados de Rondônia, Acre, Piauí, Roraima, Campo Grande, Santa Catarina, Paraíba, Brasília, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro

Os Terminais de Usuário – também conhecidos como VSAT – são as estações de pequeno porte que, instalados nas localidades remotas, acessam o satélite para ter acesso Internet banda larga. Os Terminais de Usuário enviam ao satélite as solicitações de acesso Internet dos usuários e recebem de volta as informações solicitadas, que são enviadas pelas Estações de Acesso, as quais possuem acesso direto à Rede Nacional de Banda Larga da Telebras. O acesso à Internet banda larga é provido pela Rede Nacional de Banda Larga da Telebras.

A figura 6.2 apresenta cada um dos componentes do sistema de comunicações via satélite da Telebras.

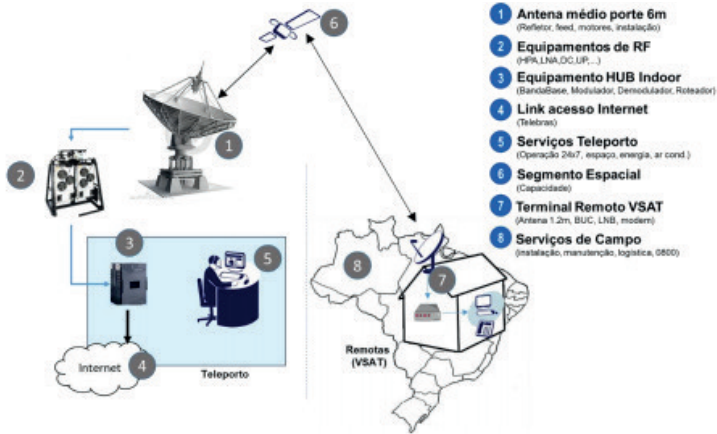


Figura 7.2 - Componentes do sistema de comunicação via satélite

7.3 Circuitos GESAC

A figura a seguir apresenta os valores referentes aos totais do último exercício. Constata-se, que no ano de 2022 foram demandados 10.739 pontos pelo MCom, instalados 10.544 pontos Gesac, recebidos 9.190 TIPP's e aceitos/homologados 7.259 TAPP's.



Tabela 7.3 Totais GESAC exercício 2022

Em relação ao Gesac acumulado, até dezembro de 2022 foram demandados 26.623 pontos para instalação. Desses, 25.524 (95,87%) foram instalados e 20.802 estão em operação. Dos 1.099 restantes, 343 estão em *backlog* (1,29%). Isso se deve principalmente a um alto grau de dificuldade de acesso, necessitando, em muitos casos, de locação de veículos especiais tais como: viaturas com tração 4x4, barcos, voadeiras e até aviões, o que demanda tempo para o planejamento e a elaboração dos orçamentos para instalação.

A figura abaixo apresenta a visão mensal dos status do acumulado das instalações de pontos satelitais no âmbito do Gesac, conforme demanda do MCom. Ao final de dezembro de 2022, dos 25.524 pontos Gesac instalados, 24.154 pontos foram recebidos pela Telebras, por meio da aceitação dos respectivos Termos de Instalação de Ponto de Presença (TIPP), o que corresponde a 94,63% dos instalados. Desse total de pontos recebidos, 20.802 estão em operação, dos quais, 20.744 foram aceitos/homologados e geraram, por consequência, os respectivos Termos de Aceitação de Ponto de Presença (TAPP) e 7 aguardam análise.

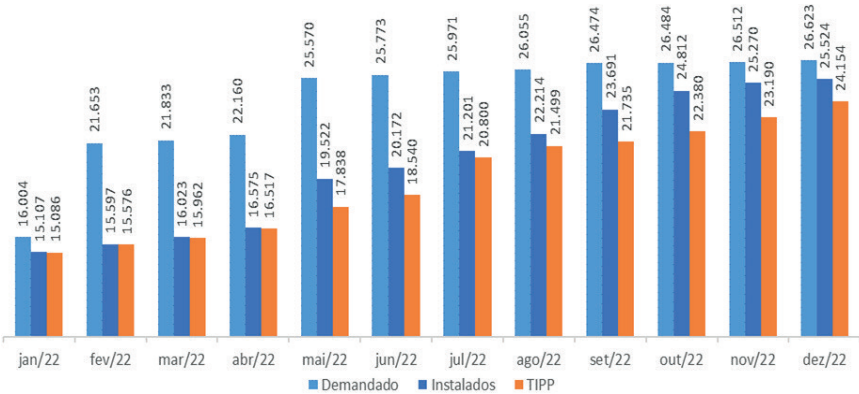


Tabela 7.4 - Instalações Acumuladas GESAC



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A figura abaixo apresenta o acompanhamento do projeto GESAC acumulado no tempo, com base na previsão inicial.

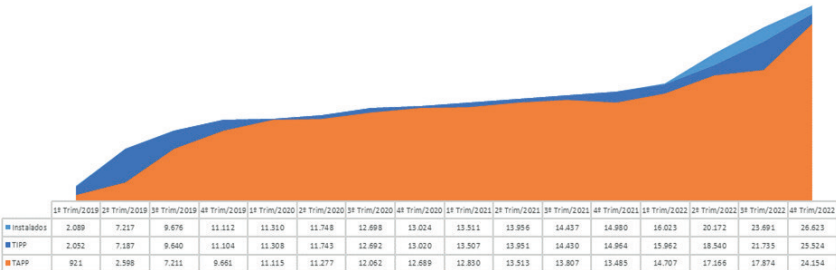


Tabela 7.5 - Projeto GESAC

7.4 Operação e Manutenção

A operação e manutenção da Rede Nacional de Telecomunicações da Telebras compreende a manutenção da planta em campo, com equipes distribuídas em todo o território nacional e a operação centralizada no Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC, localizado em Brasília. O CIGR/NOC é responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação, configuração e gerenciamento proativo de clientes e circuitos de rede, com os respectivos níveis de serviço.

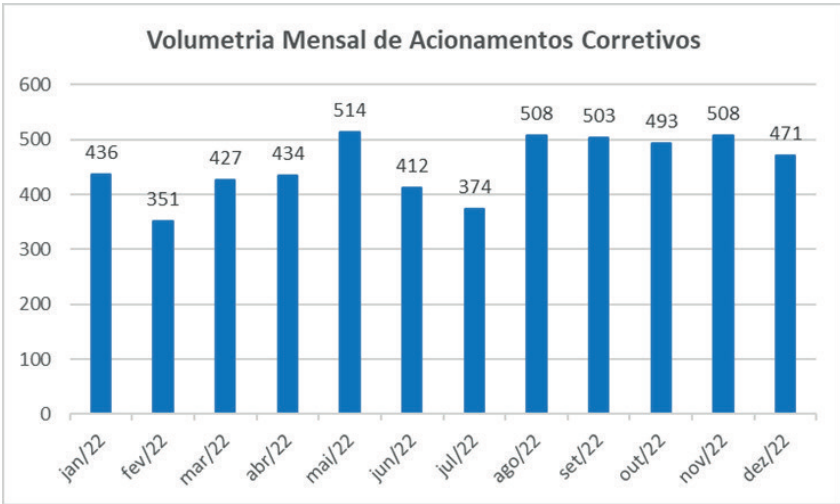


Tabela 7.6 - Volumetria mensal de acionamentos corretivos

No final de 2022, a quantidade de equipamentos gerenciados na Rede Nacional da Telebras era de 4.230 elementos, uma pequena redução em relação ao ano de 2021, com um decréscimo de 4,06%.

Durante 2022, houve um acréscimo de 9% na volumetria mensal de acionamentos corretivos em relação a 2021, com uma média mensal de 453 acionamentos. Em 2019, houve uma média mensal de 615 acionamentos, em 2020 caiu para cerca de 500 acionamentos e em 2021 este número caiu de novo para uma média de 415 acionamentos mensais. Este aumento de 9% na volumetria média mensal pode ser correlacionado com a retração da pandemia da COVID-19, pois houve o retorno das atividades e abertura de locais, e retomada da atividade econômica em geral.

7.5 Tecnologia da Informação

Em 2022 deu-se continuidade ao amadurecimento dos procedimentos de TI - Tecnologia da Informação, buscando a evolução dos processos de governança e gestão e o atendimento contínuo no aperfeiçoamento dos negócios da Companhia como descrito a seguir.

A ferramenta de Gestão documental, o SIGA-DOC, continuou sendo de grande apoio operacional responsável pela tramitação de processos e documentos ocorre de forma digital. Em números, foram produzidos mais de 120.000 processos e documentos e disponibilizados inúmeros modelos de documentos durante o ano.

Na solução de relacionamento com clientes - CRM (*Customer Relationship Management*), durante o ano, foram disponibilizadas melhorias no âmbito de novos serviços, como o WIFI Brasil. Em números, foram quase de 17.000 oportunidades, 16.000 contratos/circuitos registrados e 67.500 Ordens de Serviços emitidas em 2022.

No que tange a novos produtos foi disponibilizada uma aplicação móvel para ser utilizada em conjunto com o produto T3SAT para propiciar a correta configuração e o apontamento da antena.

Durante o ano, também foram disponibilizadas novas funcionalidades nos sistemas: SAP, Portal de Clientes e no Site Institucional, que trouxeram melhorias para execução das atividades institucionais da empresa.

7.6 Segurança da Informação e Comunicações

Em 2022, a Telebras intensificou a monitoração de sua rede e focou na atualização de diversos normativos com enfoque a segurança da informação e com relação a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD entre eles uma atualização da Política de Segurança da Informação. No que tange conscientização os empregados foram incentivados a realizar treinamentos além do envio de pílulas mensais sobre os mais variados temas se segurança com enfoque em criar a uma cultura institucional.

8 Gestão de Pessoas

Nesta seção são apresentadas as informações sobre o quadro de pessoal, remunerações, acordo coletivo de trabalho, concurso público, avaliação de desempenho e capacitação dos empregados da Companhia.

8.1 Planos de Previdência e Seguridade Social

A Telebras é patrocinadora de três planos de previdência complementar que são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social:

- Plano de Benefícios da Sistel - PBS-A (CNPB: 1991.0010-29);
- Plano PBS-Telebras (CNPB: 2000.0019-47); e
- Plano Telebrasprev (CNPB: 2002.0039-47).

O PBS-A é estruturado na modalidade de benefício definido, sendo patrocinado, dentre outras empresas, pela Telebras. É composto por participantes oriundos do antigo Sistema Telebras, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000. O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual, conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios.

O plano de Benefícios PBS-Telebras é estruturado na modalidade de benefício definido, sendo patrocinado, exclusivamente, pela Telebras. O plano está em extinção, fechado à entrada de novos participantes. Ele oferece rendas vitalícias de aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-reclusão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios.

O plano de Benefícios Telebrasprev é estruturado na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado, exclusivamente, pela Telebras. O plano está em extinção, fechado a entrada de novos participantes. Trata-se de um plano de contribuição variável, com os Benefícios Programados e os Benefícios de Risco estruturados na modalidade de benefício definido. Os benefícios de risco oferecidos no plano são auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante. Os benefícios programados são aposentadoria ordinária, aposentadoria antecipada, ambas são reversíveis em pensão.

8.2 Quadro de Pessoal e Remuneração

A Telebras encerrou 2022 com um quadro de pessoal interno composto por 475 (quatrocentos e setenta e cinco) colaboradores, divididos em: 302 (trezentos e dois) efetivos, 49 (quarenta e nove) ad nutum, 3 (três) requisitados, 68 (sessenta e oito) estagiários e 7 (sete) jovens aprendizes. Dentre os empregados efetivos, 15 (quinze) encontram-se cedidos para compor a força de trabalho em outros órgãos da Administração Pública e 31 (trinta e um) compõem o quadro transitório (cedidos).

Quadro de pessoal - Dezembro 2022

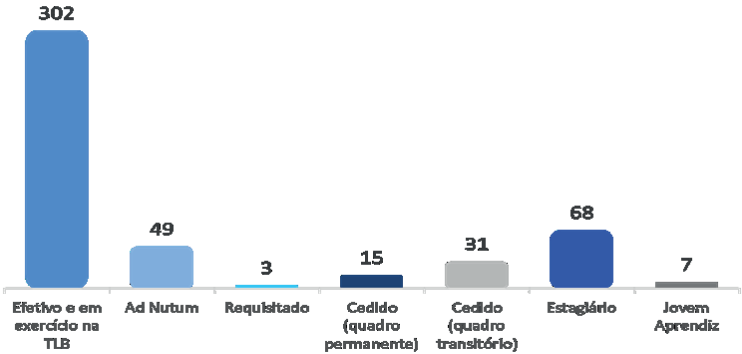


Tabela 8.1 Quadro de pessoal em dezembro/2022

Percebe-se um aumento na quantidade de colaboradores durante o ano de 2022. A diferença entre os meses de dezembro e janeiro é de 52 colaboradores, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Gráfico 8-1 Quadro de Colaboradores

Comparando os dados do quadro de pessoal entre os meses de dezembro de 2021 e dezembro de 2022, observa-se:

- Acréscimo de 8,2% no número de empregados efetivos;
- Acréscimo de 4,3% no número de empregados ad nutum;
- Decréscimo de 3,1 no número de cedidos do quadro transitório; e
- Acréscimo de 66,7% no número de cedidos do quadro permanente

QUADRO DE PESSOAL	DEZ/22	NOV/22	Δ %	DEZ/21	Δ %
Efetivo	302	303	-0,3%	279	8,2%
Ad Nutum	49	49	0,0%	47	4,3%
Requisitado	3	3	0,0%	3	0,0%
Cedido (quadro permanente)	15	13	15,4%	9	66,7%
Cedido (quadro transitório)	31	32	-3,1%	32	-3,1%
Estagiário	68	73	-6,8%	46	47,8%
Jovem Aprendiz	7	7	0,0%	3	133,3%
TOTAL	475	480		419	

Tabela 8-2 Comparativo do quadro de empregados em efetivo exercício – 2021/2022

Até 31 de dezembro de 2022 as admissões e desligamentos ocorreram conforme segue:

Admissões 2022	Admissões	Desligamentos
Ad Nutum	7	5
Conselheiro	7	6
Efetivo	45	1
Estagiário	77	17
Jovem Aprendiz	5	50
Total Geral	141	79

Tabela 8-3 Admissões e Desligamentos em 2022



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

8.3 Remuneração

Em 31 de dezembro de 2022, a maior e a menor remuneração que foram pagos aos empregados do quadro de pessoal da Companhia, foram de R\$ 31.941,34 e R\$ 3.763,90, respectivamente. O salário médio foi de R\$ 12.868,46.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2022, foi de R\$ 38.748,78, a menor foi de R\$ 35.226,16 e a média foi de R\$ 36.106,82.

8.4 Acordo Coletivo de Trabalho

A negociação para o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2022 não foi exitosa, sendo decidido por intermédio de Dissídio Coletivo de Trabalho, cuja sentença normativa foi assinada em 21/07/2022, com vigência para o período de 1º/11/2020 a 31/10/2021.

A negociação para o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2022/2023, até a presente data, não foi concluída.

8.5 Concurso Público

O segundo concurso público, realizado pela Telebras em 2013, teve vigência até 6 de maio de 2017 com 75 (setenta e cinco) vagas declaradas para provimento, sendo 27 (vinte e sete) vagas para Especialistas em Gestão de Telecomunicações -EGT, para admissão em Brasília, 44 (quarenta e quatro) vagas para os Escritórios Regionais, além de 4 (quatro) vagas para Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, para Brasília-DF. Desse concurso, foram admitidos 190 (cento e noventa) candidatos classificados, sendo que, até o final do exercício de 2022, desligaram-se 85 (oitenta e cinco) empregados concursados admitidos.

O terceiro concurso público, realizado pela Telebras em 2015, teve vigência até 16 de fevereiro de 2020 com 41 (quarenta e uma) vagas declaradas para provimento, sendo 37 (trinta e sete) vagas para Especialistas em Gestão de Telecomunicações -EGT e 4 (quatro) vagas para Técnicos em Gestão de Telecomunicações – TGT, sendo todas as vagas destinadas para Brasília-DF. No período de 2015 até o final de 2021 foram admitidos 175 (cento e setenta e cinco) candidatos classificados, dos quais 20 (vinte) eram cotistas negros e 3 (três) eram candidatos na condição de pessoa com deficiência. Desse concurso, do total de 176 (cento e setenta e seis) admitidos e 48 (quarenta e oito) se desligaram da empresa até o final de 2022.

Em 25 de novembro de 2021, foi publicado o Edital de Abertura do 4º Concurso Público da Telebras realizado pela Gerência de Gestão de Pessoas, com 09 vagas declaradas em Edital mais o cadastro reserva. As provas foram aplicadas em 20 de fevereiro de 2022, contemplando provas objetivas, discursivas e de títulos para nível superior e provas objetivas para nível médio. Ao todo foram 8.374 candidatos inscritos e 522 candidatos aprovados. A homologação do concurso público ocorreu em 14 de junho de 2022 e até o 31 de dezembro de 2022, foram convocados 68 candidatos com 45 novos empregados admitidos até esta data, todos Especialistas em Gestão de Telecomunicações – EGT com lotação no DF.

Nos três concursos, 2013, 2015 e 2021, foram admitidos 411 (quatrocentos e onze) empregados concursados, até dezembro de 2022, dos quais se desligaram 133 (cento e trinta e três), cerca de 32,36% do total.

8.6 Avaliação de Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho por Competências e Resultados, realizado em 2022, teve como objetivo diagnosticar o desempenho dos empregados no período de 01 de abril a 30 de setembro de 2022 e promover o seu desenvolvimento na carreira.

No exercício de 2022, foram concedidas Promoções Horizontais por Antiguidade e por Mérito. Participaram do processo de avaliação 350 (trezentos e cinquenta) empregados, sendo 300 (trezentos) elegíveis. Ao final, 28 (vinte e oito) empregados foram contemplados com Promoção Horizontal por Antiguidade e 86 (oitenta e seis) por Mérito. Dentre os empregados eleitos à Promoção Horizontal por Mérito, 10 (dez) foram contemplados com um nível salarial, 68 com dois níveis salariais e 8 com 3 níveis salariais.

8.7 Capacitação

A Telebras investiu 4.074 horas em capacitação para os empregados, apresentando uma média anual de 10 horas de capacitação por empregado.

O gráfico abaixo apresenta o indicador de horas médias mensais de capacitação por empregado em 2022:



Gráfico 8-2 Média de horas de capacitação por mês

9 Licitações e Contratos

Em 2022, ocorreram contratações para aquisição de bens, produtos e serviços, no valor de R\$ 425.869.941,08 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e oito centavos), distribuídos conforme tabela abaixo:

Contratos de Aquisição e Serviços por Modalidade	R\$ Mil	%
Pregão Eletrônico SRP	R\$ 44.034.082,48	10,34%
Pregão Eletrônico	R\$ 291.980.712,50	68,56%
Inexigibilidade	R\$ 13.948.664,92	3,28%
Dispensa	R\$ 410.282,99	0,10%
Afastamento	R\$ 75.496.198,19	17,73%
Total	R\$ 425.869.941,08	100%

Tabela 9-1 Contratos de aquisição e serviços por modalidade

Os casos de inexigibilidade explicam-se pelas contratações por notória especialização, tais como capacitações e outros serviços especializados; e por inexistência de concorrência, como no fornecimento de energia elétrica e extensões de rede elétrica. Em relação às contratações por dispensa em razão das aquisições de pequeno valor, as quais justificam-se com base nos I, II, IV e V, todos do Art. 112, RELIC e Incisos I, II, IV e V, todos do Art. 29, Lei nº 13.303/2016. Por fim, no tocante aos afastamentos de licitação, destaca-se que estes casos se enquadram no Inciso I do § 3º do Art. 28, da Lei nº 13.303/2016.

10 Auditoria Externa

A Telebras esclarece que, em 25 de outubro de 2022, contratou pelo período de três anos a empresa *Consult* – Auditores Independentes, para a prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado. O valor total dos honorários contratados para esse serviço, conforme contrato firmado entre as partes, foi de R\$ 160,5 mil.

Na contratação dos serviços de auditoria independente, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A *Consult* – Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balances Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	352.611	272.839	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	15	12.418	11.318
Contas a Receber	5	105.869	86.437	Fornecedores	18	106.843	58.790
Tributos a Compensar/Recuperar	6	169.089	145.659	Receitas Diferidas	24	110.057	152.867
Depósitos Judiciais	7	7.114	8.204	Tributos Indiretos	19	5.698	10.671
Aplicações Financeiras	11	822.352	822.352	Empréstimos e Financiamentos	23.1	47.175	48.933
Superávit - Previdência Privada	8	-	82.966	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	23.2	4.788	4.246
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	9.1	1.945	1.945	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	20	12.565	14.284
Outros Ativos Realizáveis	9.2	69.730	36.659	Credores por Perdas Judiciais	21	17.170	17.564
Total do Circulante		1.528.710	1.457.061	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	1.747	2.043
Não Circulante				Outras Obrigações	25	3.154	2.994
Aplicações Financeiras	11	72.479	66.459	Total do Circulante		321.615	323.710
Tributos a Compensar/Recuperar	6	9.225	4.379	Não Circulante			
Depósitos Judiciais	7	41.311	37.845	Empréstimos e Financiamentos	23.1	89.635	144.769
Dividendos a Receber	10	5.456	5.456	Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	23.2	11.869	11.106
Outros Ativos Realizáveis	9.2	23.942	39.633	Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	20	51.285	47.448
		152.413	153.772	Credores por Perdas Judiciais	21	137.253	154.244
Investimentos	12	75.195	88.152	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	16	23.909	22.813
Imobilizado	13	2.253.712	2.368.459	Grupamento de Ações	17	680	680
Intangível	14	25.381	31.610	Receitas Diferidas	24	346.566	383.047
Total do Não Circulante		2.506.701	2.641.993	Recursos Capitalizáveis	22	1.389.201	1.580.479
				Total do Não Circulante		2.050.398	2.344.586
				Patrimônio Líquido	26		
				Capital Social		3.474.498	3.107.339
				Prejuízos Acumulados		(1.837.560)	(1.709.848)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		26.571	33.378
				Ações em Tesouraria		(111)	(111)
				Total do Patrimônio Líquido		1.663.398	1.430.758
Total do Ativo		4.035.411	4.099.054	Total do Passivo		4.035.411	4.099.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Demonstrações do Resultado				Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2022	2021		2022	2021	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	347.840	285.653				
Custos dos Serviços Prestados	28	(535.312)	(515.576)				
Lucro Bruto		(187.472)	(229.923)	Prejuízo do Exercício	(127.712)	(126.819)	
Receitas / (Despesas) Operacionais		149.751	162.995				
Comercialização dos Serviços	28	(21.216)	(19.009)	Outros Resultados Abrangentes	(6.807)	4.338	
Despesas Gerais e Administrativas	28	(79.516)	(67.797)				
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(6.500)	(6.273)	Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado:	(6.457)	4.340	
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	29	256.983	256.074	Equivalência patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	(6.457)	4.340	
Outras Receitas Operacionais		286.045	276.866				
Outras Despesas Operacionais		(29.062)	(20.792)				
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(37.721)	(66.928)	Itens que não serão reclassificados para o Resultado:	(350)	(2)	
Resultado Financeiro	30	(89.991)	(59.891)	Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(350)	(2)	
Receitas Financeiras		119.372	49.467				
Despesas Financeiras		(209.363)	(109.358)				
Prejuízo do Exercício		(127.712)	(126.819)	Resultado Abrangente Total	(134.519)	(122.481)	
Prejuízo Básico e Diluído por Ação em Reais:	26.5						
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		(1,4784)	(1,8687)				
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		(1,4784)	(1,8687)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.107.339	(1.583.029)	29.040	(111)	1.553.239
Resultados Abrangentes Total:	-	(126.819)	4.338	-	(122.481)
Prejuízo do Exercício	-	(126.819)	-	-	(126.819)
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	4.338	-	4.338
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	4.340	-	4.340
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.107.339	(1.709.848)	33.378	(111)	1.430.758
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.107.339	(1.709.848)	33.378	(111)	1.430.758
Transações de Capital com Acionistas:	367.159	-	-	-	367.159
Aumento de Capital	367.159	-	-	-	367.159
Resultados Abrangentes Total:	-	(127.712)	(6.807)	-	(134.519)
Prejuízo do Exercício	-	(127.712)	-	-	(127.712)
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	(6.807)	-	(6.807)
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	-	-	(6.457)	-	(6.457)
Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	(350)	-	(350)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.474.498	(1.837.560)	26.571	(111)	1.663.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(127.712)	(126.819)
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	242.087	254.336
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3.361)	1.441
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	7.542	8.847
Fiscais		
Receita Diferida	(106.458)	(82.962)
Equivalência Patrimonial	6.500	6.273
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	175.610	66.953
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.332	982
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	18.483	25.904
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(3.467)	(2.616)
Despesas Financeiras - Juros a Apropriar CPC (R2)/IFRS 16	939	755
Apropriação de Juros - Empréstimos e Financiamentos	6.708	6.339
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.042)	(515)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(63)	(119)
Reversão de Provisão de Tributos Municipais	-	(585)
Baixa de Ativo Imobilizado	16.643	-
Ganho na Baixa de Passivo	-	(15.501)
Baixa de Créditos Tributários	-	13.488
Recuperação de Créditos - Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS	-	(6.933)
	362.453	276.087
Mutações Patrimoniais:		
Contas a Receber de Clientes	(18.390)	8.750
Tributos a Recuperar	(28.276)	(15.084)
Depósitos Judiciais	1.091	(598)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.100	(953)
Fornecedores	(38.491)	(20.123)
Outras Contas Ativas e Passivas	(24.499)	(28.884)
	(107.465)	(56.892)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	63	119
Recebimento de Receitas Diferidas	27.168	102.745
Pagamento por Adesão ao Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(1.531)	(5.885)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro	(939)	(755)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(4.878)	(6.353)
Pagamento de Compensação Financeira - Financiamento FINEP	(8.322)	(6.648)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.063)	(2.741)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(19.670)	(20.974)
	(10.172)	59.508
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	117.104	151.884
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(53.270)	(40.006)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(53.270)	(40.006)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Principal - Arrendamento Mercantil Financeiro	(4.832)	(4.440)
Pagamento de Principal de Acordos Judiciais	(16.199)	(10.269)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(50.400)	(50.400)
Recebimento Parcela - Superávit Previdência Privada	87.098	82.187
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	271	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	15.938	17.078
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	79.772	128.956
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	352.611	272.839
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	272.839	143.883
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	79.772	128.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Receitas	631.313	567.197
Prestação de Serviços	329.120	283.988
Subvenções Orçamentárias Recebidas	272.115	250.357
Outras Receitas	10.829	16.777
Construção de Ativo Próprio	18.207	15.560
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.042	515
Insumos Adquiridos de Terceiros	(261.238)	(208.931)
Custos dos Serviços Vendidos	(224.055)	(194.421)
Materiais	(124)	(28)
Serviços de Terceiros	(7.143)	(6.568)
Serviços Técnicos Administrativos	(7.661)	(3.674)
Perdas	(9)	(350)
Outras Despesas	(22.246)	(3.890)
Valor Adicionado Bruto	370.075	358.266
Retenções	(242.087)	(254.336)
Depreciação	(235.755)	(249.590)
Amortização	(6.332)	(4.746)
Valor Adicionado Líquido Produzido	127.988	103.930
Valor Adicionado Recebido em Transferência	183.859	99.260
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre Resultado	(6.500)	(6.273)
Receitas Financeiras	116.297	45.588
Aluguéis	73.999	59.826
Dividendos	63	119
Valor Adicionado Total a Distribuir	311.847	203.190
Distribuição do Valor Adicionado	311.847	203.190
Empregados	103.019	89.388
Remuneração Direta	61.055	55.036
FGTS	6.481	5.153
Benefícios Sociais	12.705	11.284
Outros Encargos Sociais	19.443	16.246
Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.332	785
Mão-de-Obra Temporária - Serviços Prestados - PF	1.003	884
Impostos, Taxas e Contribuições	74.445	79.605
Federais	32.387	22.368
Estaduais	41.476	57.951
Municipais	582	(714)
Remuneração de Capitais de Terceiros	262.095	161.016
Remuneração do Capital de Terceiros	209.284	109.289
Aluguéis, Locações e Licença de Uso	27.530	26.610
Seguros	25.281	25.117
Remuneração de Capitais Próprios	(127.712)	(126.819)
Prejuízos do Exercício	(127.712)	(126.819)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Companhia ou Telebras”), sediada no SIG Qd. 4, Bl. A, 3º andar – Edifício Capital Financial Center – Brasília-DF, endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9 de novembro de 1972, de acordo com a Lei nº 5.792, de 01 de julho de 1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV nº 118/2011, publicado no DOU em 07 de abril de 2011), portanto rege-se pela Lei nº 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis à Companhia.

1.2 Inclusão da Telebras nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União e classificação da Companhia como uma estatal dependente a partir do exercício de 2020.

Em 8 de agosto de 2019, a Telebras recebeu ofício da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia (ME), informando que seria incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União a partir do exercício de 2020.

Em 15 de agosto de 2019, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI) informou que a Telebras havia sido incluída, pelo ME, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União. A justificativa para a inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) se deveu à classificação da Telebras como uma empresa estatal dependente do OFSS para o exercício de 2020 e que esta inclusão já constava no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (“SIOP”), referente ao PLOA de 2020.

Ainda, como consequência desse fato, foi solicitado pela SEST que a Companhia realizasse a avaliação da conveniência e oportunidade de realizar o fechamento do capital junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Telebras em 15 de agosto de 2019 apresentou nos autos do processo TC 007.142/2018-8 uma peça

ao Tribunal de Contas da União (TCU), na qual requereu, além de seu ingresso no processo, que fosse esclarecido à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à SEST que, na tomada de decisão quanto à dependência da Telebras, avaliasse os impactos com tempo razoável antes de qualquer enquadramento, de forma a tomar uma decisão bem-informada. A Telebras foi admitida como *amicus curie*, entretanto, até o momento, não houve resposta daquela Corte de Contas.

Também, em 23 de agosto de 2019, a Telebras encaminhou uma carta ao Secretário Executivo da SEST, chamando a atenção para a ausência de ato administrativo declaratório e requerendo nova consideração dos impactos decorrentes da transformação da Telebras em estatal dependente já para o exercício de 2020.

Diante da impossibilidade de fechamento do capital da Telebras, previamente ao status de dependência, a Telebras encaminhou ao MCTI um comunicado, datado de 25 de outubro de 2019, que tratava de avaliar a configuração da Companhia como estatal dependente, bem como o fechamento de seu capital, a partir do exercício de 2020, mediante um cronograma para a implantação de fases e procedimentos que tornassem a Empresa Estatal Dependente, considerando, ainda, que estudos estão sendo realizados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI).

No âmbito desse processo, encaminhado pelo MCTI ao ME, a Telebras enviou consulta ao controlador, a União, acerca de eventual intenção de fechar o capital da Companhia, pois, em uma análise preliminar, foi verificado que eventual fechamento deve ser precedido por uma oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado, por preço justo, nos termos do § 4º do artigo 4º da Lei nº 6.404/76.

A referida oferta pode ser feita pela própria Companhia ou por seu controlador, sendo que, no caso de a formulação da oferta pública de aquisição ser feita pela Companhia, esta deve possuir saldo de lucros ou reservas suficientes para a operação (alínea ‘b’ do § 1º do artigo 30 da Lei nº 6.404/76).

Em virtude de a Telebras, até a presente data, não possuir os referidos recursos, a decisão por eventual fechamento de capital somente poderá ser efetivada mediante deliberação do acionista controlador a quem caberá formular a oferta pública para adquirir a totalidade das ações em circulação no mercado.

Em 17 de janeiro de 2020 foi sancionada a Lei nº 13.978 (Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2020), a qual incluiu a Telebras no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a definição de empresa estatal dependente é uma empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.3 Inclusão da Telebras no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Em 29 de agosto de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 27, de 21 de agosto de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. A Resolução formaliza a decisão do Conselho no Programa de Parcerias de Investimentos, ocorrida em sua 10ª reunião, de opinar pela qualificação da Telebras para estudos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A Resolução submete ao Presidente da República a deliberação pela qualificação da Telebras no âmbito do PPI.

A qualificação da Telebras tem a finalidade de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como propor ganhos de eficiência e resultado para a Companhia, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira.

1.4 Adequação da Telebras à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A implantação da LGPD na Companhia é objeto de acompanhamento pelo Comitê de Auditoria (COAUD) desde agosto de 2019, quando, sob supervisão da Diretoria de Governança e de Relações com Investidores, foi designado um Grupo de Trabalho Multidisciplinar, que apresentou avaliação diagnóstica e proposta de adequação da Telebras à LGPD.

Em decorrência deste trabalho, foi instituído o Projeto de Implementação da LGPD na Telebras, cujos desdobramentos incluem o Relatório de Gestão de Riscos Associados à LGPD, a publicação de Cartilha Explicativa para o público interno, a designação de Encarregado (DPO) e do Comitê de Governança de Dados Pessoais (CGDP).

As principais atividades realizadas pela Companhia, visando adequá-la à referida lei, foram as seguintes:

- i) aprovação, pelos Diretores da Companhia e pelo Conselho de Administração, da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC);
- ii) atualização da avaliação de riscos relacionados à LGPD;
- iii) realização do mapeamento do fluxo geral de tratamento de dados pessoais da Telebras, contemplando os ciclos de tratamento, de governança e gestão de incidentes;
- iv) realização de capacitação para todos os colaboradores com o curso de Introdução à LGPD, ministrado pela ENAP, e para os colaboradores diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais com o curso de Proteção de Dados Pessoais no Setor Público, também realizado pela ENAP;
- v) realização do projeto de desenvolvimento de ferramenta de Gestão Integrada de Dados Pessoais, com prazo de conclusão em julho de 2023; esse projeto encontra-se na fase de conclusão do Estudo Técnico Preliminar;
- vi) instituição de Comitê com a finalidade de adequar a Telebras, de forma a atender às normas que tratam da restrição de acesso a documentos e informações e realizar as ações necessárias a essa adequação normativa para que a Companhia esteja apta a gerir o conjunto documental de caráter sigiloso, que inclui o trato de informações pessoais. O Comitê promove campanha permanente de divulgação de orientações e informações sobre a LGPD e produziu NT sobre publicação, em Transparência Ativa, de dados pessoais em Atas e Contratos, além de elaborar os Termos de Uso e Aviso de Privacidade referentes ao sítio institucional da Telebras; e
- vii) publicação do Plano de Resposta a Incidentes de Segurança de Dados Pessoais e do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais.

1.5 Homologação do Aumento de Capital da Companhia

Em 27 de dezembro de 2022, durante a 113ª Assembleia Geral Extraordinária, foi homologada a operação de Aumento de Capital da Companhia, no valor de R\$367.159.185,59 (trezentos e sessenta e sete milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), com a emissão de 18.518.328 (dezoito milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e vinte e oito) ações ordinárias (ON), ao preço de emissão de R\$ 19,8268, nos termos da Proposta da Administração aprovada pela 112ª Assembleia Geral de Acionistas e rerratificada na 113ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Após o aumento, o capital social totalmente integralizado da Companhia passa de R\$3.107.338.899,88 (três bilhões, cento e sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) para R\$ 3.474.498.085,47 (três bilhões, quatrocentos e setenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) representado por 86.383.090 (oitenta e seis milhões, trezentos e oitenta e três mil e noventa) ações, sendo 67.975.599 (sessenta e sete milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove) ações ordinárias e 18.407.491 (dezoito milhões, quatrocentos e sete mil, quatrocentos e noventa e uma) ações preferenciais, todas nominativas, na forma escritural e sem valor nominal.

1.6 Assinatura de Memorando de Entendimento – Telebras e Viasat

Em 16 de fevereiro de 2022, a Companhia assinou Memorando de Entendimento com as empresas Viasat Brasil Serviços De Comunicações Ltda e Viasat Inc.

A partir da assinatura do Memorando de Entendimento, as empresas firmam o compromisso de: explorar possibilidades de conectar via satélite regiões não atendidas por outras tecnologias; investigar tecnologias voltadas para a implementação de serviços de telemedicina via satélite em áreas rurais e/ou de difícil acesso; examinar oportunidades de aplicação de soluções completas em telemedicina para postos de saúde; estudar oportunidades de uso dos satélites da constelação Viasat 3 para perseguição do atendimento de Políticas Públicas voltadas à conexão de escolas; explorar oportunidades de colaboração no desenvolvimento e construção de futuros satélites; e, explorar oportunidades para a criação de novos postos de trabalho voltados à indústria espacial brasileira.

1.7 Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG)

A importância e a relevância das estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG), para o alcance, pela Telebras, de seus objetivos corporativos e sociais por intermédio da adoção das melhores práticas nesses temas, colaborou para que o Conselho de Administração solicitasse uma análise da perspectiva atual da Telebras sobre o assunto. Tal informação foi apresentada pela Gerência de Integridade, Riscos, Controles Internos e Conformidade em junho de 2021, na qual houve deliberação acerca da atualização da "Política Ambiental de Responsabilidade Social" contemplando os aspectos do ESG.

Em decorrência da deliberação, a Gerência de Integridade, Riscos, Controles Internos e Conformidade (GIRC) desenvolveu a Política Ambiental, Social e de Governança (ESG), que tem como objetivos:

- a) Estabelecer princípios e diretrizes orientadores das ações da Telebras no que diz respeito à responsabilidade socioambiental e de governança.
- b) Instituir o desenvolvimento do Programa de ESG da Telebras, com a finalidade de promover a detecção e aprimoramento das práticas relacionadas ao tema na Companhia.
- c) Implementar uma cultura prevencionista do gerenciamento de riscos relacionados às questões ESG necessárias ao atendimento dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir um ambiente de responsabilidade socioambiental e de governança, com forte mobilização e participação ativa dos gestores.
- d) Reforçar, a todos os colaboradores da Companhia, conceitos e princípios que deverão ser adotados relativos à responsabilidade ambiental, social e de governança.

A atualização da Política permitiu à Telebras comunicar o compromisso com um conjunto de ações e práticas que visam educar, informar e preparar todos os membros e agentes para agirem de acordo com os princípios da ESG. Para a promoção eficaz das ações direcionadas ao tema, é imprescindível tornar explícito os princípios, as diretrizes e os principais conceitos relacionados ao tema, visando dirimir os riscos de atitudes não condizentes com os valores da Companhia. A referida Política foi apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração em julho de 2021 e publicada em agosto de 2021.

A discussão se aprofundou, com análises por parte da Gerência de Integridade, Riscos, Conformidade e Controle Interno (GIRC), que foram submetidas à Diretoria Executiva, em janeiro de 2022, e ao Comitê de Auditoria Interna da Telebras em reunião ordinária realizada em janeiro de 2022, na qual aprovou-se a inclusão do tema Estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança no conjunto de itens com potencial risco estratégico.

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2022, o Comitê CESG-Telebras, órgão não regimental de caráter perene, responsável pela proposição e acompanhamento da implementação de políticas e normas internas referentes às estratégias de Gestão Ambiental, Social e de Governança (ESG), atuando como órgão proponente de políticas de ESG, de assessoramento técnico da Diretoria Executiva da Telebras e de seu Conselho de Administração.

1.8 Celebração de Contrato com o Instituto Nacional do Seguro Social

Em 25 de maio de 2022, a Telebras firmou contrato com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia federal com sede em Brasília, Distrito Federal, instituída com fundamento no disposto no Artigo. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, atualmente vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência.

O Contrato nº 31/2022 tem como principal escopo o fornecimento de solução corporativa de rede de dados de longa distância - WAN, para acesso à Internet e interligação das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, localizadas em todo território nacional e contempla serviços de gerenciamento, monitoração e de segurança da rede corporativa de dados.

O contrato teve início em 25 de maio de 2022 e é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

O valor global estimado para o contrato é de R\$ 179.056, valor este meramente estimativo, de forma que os pagamentos dependerão dos quantitativos de serviços prestados.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.9 Gestão da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal

O Decreto nº 11.299/2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 22 de dezembro de 2022, altera o Decreto nº 9.612/ 2018, que dispõe sobre as Políticas Públicas de Telecomunicações, e destina à Telebras gestão exclusiva da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), que será construída pela Entidade Administradora da Frequência (EAF), denominada Siga Antenado, constituída de acordo com a Portaria 1.924/2021 do Ministério das Comunicações (MCom), e incorporada no edital do 5G.

O novo Decreto também definiu que a Telebras faça uso, em caráter primário, de faixas de radiofrequências que serão designadas pela Anatel para realização das atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, sendo facultado à Telebras “compartilhar infraestruturas passivas e ativas, incluídos os recursos espectrais, com outras redes, observado o incentivo à competição”.

A Telebras objetiva garantir a continuidade dos projetos de investimento que vêm sendo conduzidos pela Companhia, ressaltando o papel fundamental da Companhia no desenvolvimento das políticas públicas de telecomunicações em todo o Brasil, especialmente no mercado de atacado e nas áreas carentes de infraestrutura de acesso, bem como na implementação da Rede Privativa de Comunicações da Administração Pública Federal.

1.9.1 Composição da Rede Privativa

A Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal, conforme o art. 2ª, Inciso VIII e § 10 da Portaria nº 1.924/2021 do MCom e o edital do 5G, é composta por:

Rede móvel - consiste na construção de uma rede de comunicações críticas, com padrão tecnológico igual ou superior ao 4G LTE Release 10 do 3GPP (organização que visa a colaboração entre os vários órgãos de padronização de telecomunicações), utilizando a faixa de radiofrequências que será consignada pela Anatel, para atendimento a atividades de Segurança Pública, Defesa, serviços de socorro e emergência, resposta a desastres e outras atribuições críticas de Estado, incluindo as realizadas pelos entes federados, bem como disponibilizar 150 mil terminais de usuários para os órgãos públicos federais.

Dentre os requisitos estabelecidos, essa rede deve ter cobertura na área urbana do Distrito Federal, nas principais rodovias e aeroporto e permitir a integração com os sistemas legados de Segurança Pública, Forças Armadas e de infraestrutura, quando houver viabilidade técnica e econômica, conforme critérios a serem definidos pelo Gaispi (grupo que faz a coordenação das atividades de limpeza da faixa de 3,5 GHz, entre outras obrigações do edital de 5G).

Rede fixa - consiste na implantação de redes terrestres ópticas, complementares à rede de governo já existente (ou seja, à rede terrestre já existente da Telebras), e deve observar, dentre os requisitos estabelecidos, ser composta por backhuls, redes metropolitanas, redes de acesso, pontos de presença de rede e atender pelo menos 6.500 pontos de governo, dos quais ao menos 80% por meio de redes de acesso óptica a serem implantadas.

Funcionalidade de Criptografia – a Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal deve ser dimensionada para o atendimento a 80 mil dispositivos de criptografia de dados para usuários da Rede Fixa e para sites da Rede Móvel com plataforma de controle e gerência de criptografia, e permitir a realização de auditoria de segurança de seus elementos de hardware, software e firmware integralmente no Brasil, em laboratórios especializados credenciados.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis Individuais.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (2.2) a seguir.

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (2.3).

Não houve mudanças relevantes nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão dessas Demonstrações Contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 08 de março de 2023.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é representada pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

As aplicações financeiras são realizadas no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, conforme legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. (Nota Explicativa 4)

2.2.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: i) valor justo por meio do resultado; ii) custo amortizado; e iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo por meio do resultado, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações classificadas pelo custo amortizado são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações da categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (Notas Explicativas 4 e 11)

2.2.4 Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de comunicação multimídia estão avaliadas pelo valor do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às locações e aluguéis de equipamentos e meios de conexão. (Nota Explicativa 5)

2.2.5 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Na avaliação do valor a ser constituído de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado. (Nota Explicativa 5)

2.2.6 Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis Individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto (quando aplicáveis), assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis de controladas (quando aplicável) são consolidadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto (quando aplicável) são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. (Nota Explicativa 12)

2.2.7 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia. Os custos de empréstimos e financiamentos, quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados no custo inicial desses ativos. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual é revisada anualmente pela Companhia. (Nota Explicativa 13)

2.2.8 Ativo de direito de uso

Representam os imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país e locação de equipamentos de informática. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (Nota Explicativa 23.2), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.2.9 Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- (ii) a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros;
- (iv) estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- (v) o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento do produto e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

A Companhia possui Direitos sobre Autorizações pagos à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização teve início em julho de 2018 com a entrada em operação do satélite. (Nota Explicativa 14).

2.2.10 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (*Impairment test*)

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos da Telebras deverá ser revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, deverá ser constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa ("UGC") é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo ou

UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model*" ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

(i) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio (quando aplicável) é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

(ii) Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(iii) Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Receitas: as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado.

Custos e despesas operacionais: os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital: os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

2.2.11 Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil (quando aplicável) são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na Companhia, o ajuste a valor presente é aplicado nas operações de arrendamento mercantil (Direito de Uso de Ativos), conforme CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. Não há na avaliação da Companhia nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

2.2.12 Instrumentos financeiros

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 5), Aplicações financeiras (Nota Explicativa 11), Superávit – Previdência Privada (Nota Explicativa 8), Dividendos a receber (Nota Explicativa 10), Fornecedores (Nota Explicativa 18), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 23.1), Operações de Arrendamento Mercantil (Nota Explicativa 23.2) e Credores por Perdas Judiciais (Nota Explicativa 21), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

2.2.12.1 Ativos financeiros

2.2.12.1.1 Classificação, reconhecimento, mensuração e baixas

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Telebras se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.2.12.1.2 Categorias

2.2.12.1.2.1 Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros classificados pelo custo amortizado compreendem o saldo de Contas a Receber de Clientes (Nota Explicativa 5), Superávit – Previdência Privada (Nota Explicativa 8), Dividendos a Receber (Nota Explicativa 10) e Aplicações Financeiras - Garantia e Renda Fixa (Nota Explicativa 11). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

2.2.12.1.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos pela Companhia tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais, em que, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nesta categoria.

Esta categoria é composta pelo saldo de Aplicações Financeiras representadas por Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia, que são títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 11). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

2.2.12.1.2.3 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nesta categoria, como também os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esta categoria compreende o saldo de caixa, bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 4). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.



TELEBRAS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

2.2.12.2 Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.2.12.3 Passivos financeiros

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em Outros Resultados Abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros, os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 23.1), Operações de arrendamento mercantil (Nota Explicativa 23.2), Fornecedores (Nota Explicativa 18) e Outras contas a pagar.

2.2.13 Instrumentos financeiros derivativos

A Telebras não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 (doze) meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. (Nota Explicativa 18).

2.2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais (quando aplicável) e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. (Nota Explicativa 23.1)

2.2.16 Operação de arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. (Nota Explicativa 23.2)

2.2.17 Provisões

2.2.17.1 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos (quando cabível), sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. (Nota Explicativa 20)

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. (Nota Explicativa 30)

2.2.17.2 Benefícios a empregados

2.2.17.2.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago aos planos de bonificação, em espécie ou em participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação, em função de serviço prestado pelo empregado, que possa ser estimada de maneira confiável.

2.2.17.2.2 Benefícios pós-emprego

Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia em benefício de seus empregados são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia conta com planos de benefícios definidos e contribuições variáveis, além do Plano de Assistência Médica ao Aposentado.

No plano de Contribuição Variável: modalidade de plano em que o valor do Benefício Programado é calculado atuarialmente com base no montante acumulado na conta individual do Participante durante o período contributivo, apurado pelas contribuições vertidas pelo Participante e pela Patrocinadora, conforme disposto no regulamento do Plano, além da rentabilidade no período de capitalização.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e as perdas resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando aplicável.

O ativo, quando reconhecido no balanço, corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

2.2.17.3 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

O programa de indenização por serviços prestados (PISP) foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os colaboradores que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho (Nota Explicativa 16).

O programa, ainda em vigor, contempla benefícios aos colaboradores a serem concedidos, quando se desligarem da empresa. O programa é constituído das seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- i) indenização pecuniária: 12 (doze) vezes o salário e anuênio percebidos pelo colaborador no mês de seu desligamento, acrescido de 1% (um por cento) por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;
- ii) indenização à alimentação: 12 (doze) vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- iii) indenização de assistência médica: 12 (doze) vezes o valor mensal de um plano de saúde; e
- iv) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de 12 (doze) meses.

2.2.18 Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou

calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.2.19.1 Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

2.2.19.2 Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebrás.

2.2.19.3 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como “Dividendos adicionais propostos”, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

2.2.20 Reconhecimento de receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia.

A receita é reconhecida quando o valor puder ser mensurado de maneira confiável, desse modo é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação serão mensurados, os riscos e benefícios serão substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estas são prestadas. As receitas de aluguéis e as locações são cobradas e registradas de acordo com as bases contratuais. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados, como também aluguéis, locações de equipamentos e meios de conexão são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

2.2.21 Reconhecimento de despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo à sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

2.2.22 Receitas e Despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras, variação monetária sobre depósitos judiciais e outros ganhos financeiros. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, juros sobre adiantamento para futuro aumento de capital, juros sobre provisão para riscos prováveis, credores por perdas judiciais e outras transações financeiras. (Nota Explicativa 30)

2.2.23 Subvenções e Assistências Governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita no resultado de fruição do benefício. (Nota Explicativa 29)

A Companhia na condição de Empresa Estatal Dependente, recebe recursos financeiros da Lei Orçamentária Anual (LOA), através de repasses do Tesouro Nacional para pagamento dos gastos com pessoal, custeios em geral e investimentos. No caso dos recursos para investimentos, esses serão, posteriormente, reclassificados de lucros acumulados para constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

Em situação em que o resultado do exercício for inferior à parcela recebida de subvenções governamentais para investimentos e, nesse caso, não puder ser constituída a reserva em sua totalidade como parcela de lucros, esta será constituída à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

2.2.24 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Corrente e Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. É considerada, ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O Imposto Corrente e o Imposto Diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, ou em outros resultados abrangentes.

O Imposto Corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto Diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos, passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O Imposto Diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, pois se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Administração da Companhia decidiu pela não constituição de ativo fiscal diferido até que a Telebras passe a apresentar lucro tributário futuro de forma consistente. (Nota Explicativa 6)

2.2.25 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (Nota Explicativa 26.5)

2.2.26 Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

2.2.27 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS 7 por meio do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais, (ii) atividades de investimento e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, como também pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e de juros sobre o capital próprio.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

GOVERNO FEDERAL



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir.

2.3.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. (Nota Explicativa 5)

2.3.2 Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos estão demonstradas nas Notas Explicativas 13 e 14, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar dependendo da região onde se encontram instalados.

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

2.3.3 Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, aos gastos e às despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

2.3.4 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota Explicativa 20.

O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, assim como refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e pelos advogados externos (quando cabível). É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

2.3.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado. (Nota Explicativa 3.3)

2.3.6 Benefícios pós-emprego

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde, como também o valor a ser fornecido a cada ano, como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (Nota Explicativa 31).

2.4 Normas e interpretação novas e revisadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.4.1 Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. A Administração da Companhia espera que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro, caso a Companhia venha a apresentar essas demonstrações e caso essas transações ocorram.

2.4.2 Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos

requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020.

2.4.3 Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

2.4.4 Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- i) uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; e
- ii) os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

2.4.5 Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas.

As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- i) um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento;
 - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo; e
- ii) o efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3.GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1.Fatores de risco

A administração tem total responsabilidade pelo estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos, observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas realizadas pela Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia.

Essa política trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades da Companhia.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.1. Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os níveis de capital de giro líquido.

3.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociada entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

3.1.2.1. Inadimplência das contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: notificações de débito e de cobrança, política de negociação de débitos, interrupção dos serviços e negação do cliente, inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, e cobrança Judicial.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

3.1.2.2. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimentos financeiros, que é gerido pela Administração da Companhia, é mitigado pela seleção dos investimentos considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimentos vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente devido às restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem, através da Resolução nº 3.284/2005, do Banco Central do Brasil, que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia. Possíveis reduções são detectadas com antecedência, permitindo que a Companhia adote medidas visando mitigar o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Passivos Financeiros não Derivativos	Valor	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	106.843	106.843	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	136.810	47.175	89.635	0	-
Arrendamento Mercantil Financeiro	16.657	4.788	9.492	2.261	116
Credores por Perdas Judiciais – FUNCEF	62.563	5.687	11.375	17.063	28.438
Credores por Perdas Judiciais – PREVI	91.860	11.483	22.966	34.449	22.962
Total	414.733	175.976	133.468	53.773	51.516

3.1.4. Risco de mercado

3.1.4.1. Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, sejam corrigidos com taxas prefixadas.

As principais rubricas das informações contábeis intermediárias sujeitas a risco de taxa de juros são: caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros, pois são devido às limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.284/2005, para aplicação de recursos disponíveis para investimentos, tornando a exposição da Companhia para este tipo de risco baixo. Os investimentos financeiros são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

3.1.5. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, como também a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração é gerenciar o risco operacional, para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, além de buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia vem trabalhando para ampliar e melhorar a infraestrutura de rede de fibras ópticas (*backbone*), visando aumentar sua área de atuação, bem como a carteira de clientes corporativos. Além da rede terrestre, a Telebras também viabilizou o segmento satelital com a utilização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), o qual tem potencializado a geração de receita através da prestação de serviços neste segmento.

Todas essas ações aliadas às de marketing têm por objetivo proporcionar à Telebrás o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um *backbone* nacional de qualidade e de tecnologias modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da Companhia.

3.2. Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – (IFRS 7 - IASB), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração realizou a análise de sensibilidade apenas para o instrumento financeiro de Credores por Perdas Judiciais, pois, quanto aos demais, entende-se que a Companhia não está exposta a riscos significativos que possam impactar de forma relevante os negócios da Telebras, conforme exposto nos itens acima.

Dessa forma, no que se refere ao risco de elevação da inflação, a Administração estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, o INPC será de 4,90%, conforme projeção divulgada em publicação do IPEA – Carta de Conjuntura 57 – Nota Conjunta 27 do quarto trimestre de 2022. Assim, foi realizada análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da Inflação	Indexador	Valor Contábil	Cenários Projetados - 31/12/2023		
			Provável	Possível 25%	Remoto 50%
			4,90%	6,13%	7,35%
Credores por Perdas Judiciais					
PREVI	INPC	91.860	96.361	97.486	98.612
FUNCEF	INPC	62.563	65.629	66.396	67.162
Passivo Exposto		154.423	161.990	163.882	165.774
Efeito da Variação do INPC			(7.566)	(9.458)	(11.350)

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3.1. Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas (quando couber), ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas (quando couber) devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus Equivalentes de caixa (Aplicações financeiras de liquidez imediata) pelo seu valor justo. Esses Equivalentes de caixa são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Instrumentos Financeiros:	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Equivalentes de Caixa	VJR (i)	Nível 2	285.346	285.346	26.411	26.411
Caixa e Bancos	VJR (i)	Nível 1	67.265	67.265	246.428	246.428
Custo Amortizado						
Contas a Receber	Custo Amortizado		105.869	105.869	86.437	86.437
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		5.456	5.456	5.456	5.456
Superávit – Previdência Privada	Custo Amortizado		0	0	82.966	82.966
Aplicações Financeiras – Garantia e outros	Custo Amortizado		70.534	70.534	886.516	886.516
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes						
Aplicações Financeiras (Ações)	VJORA (ii)	Nível 1	1.945	1.945	2.295	2.295
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores	Custo Amortizado		106.843	106.843	58.790	58.790
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	Custo Amortizado		136.810	136.810	193.702	193.702
Financiamento - Arrendamento Mercantil Financeiro (iii)	Custo Amortizado		16.657	16.657	15.352	15.352
Credores por Perdas Judiciais	Custo Amortizado		154.423	154.423	171.808	171.808

(i) VJR – Valor justo por meio do resultado.

(ii) VJORA – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Valor líquido dos Juros a Incorrer no valor de R\$ 1.842.

4.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações Financeiras	285.346	26.411
Limite de Saque com Vinculação de Pagamentos	66.930	246.372
Caixa e Banco Conta Movimento	335	56
Total	352.611	272.839

4.1. Limite de saque com vinculação de pagamentos

Nesta conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira (Cofin) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para atender às despesas com vinculações de pagamentos, sendo então divididas nas seguintes categorias: Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais, Categoria de Gasto com Custeio/Investimento e Categoria de Gasto com Investimentos (Obras).

A função da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento é registrar o valor do limite de saque da Conta Única da União, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira para atender às despesas com vinculação de pagamentos que foram processadas e liquidadas, conforme processamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

A utilização desta conta pela Telebras surgiu devido à condição de a Companhia ter se tornado uma Empresa Estatal Dependente, conforme divulgado na Nota Explicativa 1.2.

4.2. Aplicações financeiras

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimentos extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005, do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF, Extra Comum.

Os fundos possuem prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da Companhia, e as remunerações são atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

A remuneração média dos fundos nos últimos 12 (doze) meses foi de 11,90% a.a.

5. CONTAS A RECEBER

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Serviço de Comunicação e Multimídia / Aluguéis e Locações e Outros	109.717	91.327
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)	-	22.437
Total a Receber Bruto	109.717	113.764
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.848)	(27.327)
Total a Receber Líquido	105.869	86.437

i) No segundo trimestre de 2022, a Administração da Companhia realizou a baixa efetiva do valor registrado



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

no contas a receber da Telebras relativo às glosas efetuadas pelo Ministério das Comunicações, cuja origem foram serviços prestados durante a realização da Copa do Mundo de 2014. O montante dessa baixa foi de R\$ 22.437.

A decisão pela baixa do valor veio acompanhada de abertura de processo judicial na tentativa de recebimento do valor que vinha sendo discutido na esfera administrativa.

5.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
A vencer (Faturados e Não Faturados)	74.543	70.950
Vencidos	35.174	42.814
Até 30 dias	4.131	5.398
31 a 60 dias	4.347	1.727
61 a 90 dias	1.531	604
91 a 120 dias	985	145
121 a 150 dias	1.358	70
151 a 180 dias	237	1.084
Acima de 180 dias	22.585	33.786
Contas a Receber – Bruto	109.717	113.764
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.848)	(27.327)
Contas a Receber – Líquido	105.869	86.437

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía valores a receber de Entidades do Governo Federal que representavam mais de 10% das contas a receber líquidas.

5.2. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece o valor da estimativa de perdas com base no modelo de perdas esperadas. No cálculo são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas, bem como os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais, a fim de confirmar a sua aderência. As perdas estimadas são reconhecidas no resultado.

A composição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com o critério de constituição, é apresentada a seguir:

6.1. Movimentação do período

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos tributos a compensar e/ou a recuperar no exercício de 2022.

Natureza/Tributo	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Ocorrências no Período						Saldo em 31 de dezembro de 2022
		Adições / Retenções	Transfe-rências	Compensação de Pagamentos	Pgto a Maior / Indevidos	Atual. Monetária	Baixa para Resultado	
Pagamento a maior ou Indevido	1	7	-	-	-	1	-	9
Retenções de Órgãos Públicos	14.870	12.347	(14.871)	-	-	-	-	12.346
Retenções sobre Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.408	22.030	(3.904)	-	-	-	-	23.534
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	21.000	-	18.775	(13.847)	-	4.483	-	30.411
Prejuízos Fiscais a Recuperar	135.547	-	-	-	-	-	-	135.547
Diferenças Temporárias	36.715	-	-	-	-	-	-	36.715
Provisão para Perdas - Prejuízos Fiscais e Diferenças Temporárias	(172.263)	-	-	-	-	-	-	(172.263)
Subtotal - Imposto de Renda	41.278	34.384	-	(13.847)	-	4.484	-	66.299
Retenções de Órgãos Públicos	3.097	2.581	(3.098)	-	-	-	-	2.580
Saldo Negativo a Compensar/Restituir	4.502	-	3.098	-	-	843	(30)	8.413
Base Negativa de CSLL	48.797	-	-	-	-	-	-	48.797
Diferenças Temporárias	13.218	-	-	-	-	-	-	13.218
Provisão para Perdas - Base Negativa CSLL e Diferenças Temporárias	(62.015)	-	-	-	-	-	-	(62.015)
Subtotal - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	7.599	2.581	-	-	-	843	(30)	10.993
Pagamento a maior ou Indevido	-	144	-	-	-	-	-	144
Retenções de Órgãos Públicos	7.897	586	-	(599)	-	623	(330)	8.177
Retenções sobre Serviços	72	123	-	(194)	-	-	-	1
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	309	-	(309)	-	-	-	-
Subtotal – PIS	7.969	1.162	-	(1.102)	-	623	(330)	8.322
Pagamento a maior ou Indevido	1	664	-	-	-	-	-	665
Retenções de Órgãos Públicos	36.417	1.319	-	(1.543)	-	2.876	(1.518)	37.551
Retenções sobre Serviços	304	566	-	(870)	-	-	-	-
Retenções sobre Ativo Imobilizado	-	1.423	-	(1.423)	-	-	-	-
Subtotal – Cofins	36.722	3.972	-	(3.836)	-	2.876	(1.518)	38.216
Pagamento a maior ou Indevido	28	-	-	-	-	-	-	28
Subtotal – INSS	28	-	-	-	-	-	-	28
Pagamento a maior ou Indevido	3.527	-	-	(299)	976	-	(339)	3.865
Créditos sobre Compras - Serviços de Telecom	16.131	2.713	-	(4.295)	-	-	-	14.549
Sobre Aquisições do Imobilizado	36.654	7.741	1.201	(8.436)	-	-	(1.256)	35.904
Outras – Operações	130	8	-	-	-	-	-	138
Subtotal – ICMS	56.442	10.462	1.201	(13.030)	976	-	(1.595)	54.456
TOTAL	150.038	52.561	1.201	(31.815)	976	8.826	(3.473)	178.314

6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

Faixas de Vencimentos	Valor a Receber sem Exclusões	Exclusões da Base de Cálculo		Valor a Receber após Exclusões	% Inadimplência por Faixa	Valor da PECLD
		Parceiros (i)	Adiantamento de Clientes (ii)			
Não Faturado	57.556	(2.830)	(20.430)	34.296	1,65%	566
A Vencer	9.893	-	-	9.893	1,65%	163
Vencidos:	42.268	(21.363)	(11.144)	9.761		3.119
Até 30 dias	14.746	(3.013)	(7.791)	3.942	1,65%	65
De 31 a 60 dias	2.433	(1.013)	(623)	797	9,97%	79
De 61 a 90 dias	1.428	(786)	(138)	504	19,87%	100
De 91 a 120 dias	861	(50)	(193)	618	30,28%	187
De 121 a 150 dias	1.030	(802)	-	228	45,92%	105
De 151 a 180 dias	271	(46)	-	225	57,56%	130
+ de 180 dias	21.499	(15.653)	(2.399)	3.447	71,14%	2.453
Totais	109.717	(24.193)	(31.574)	53.950		3.848

(i) Valor excluído da base de cálculo está relacionado a operações de permutas não monetárias realizadas entre a Telebras e seus parceiros.

(ii) Valor referente ao adiantamento realizado pelo Ministério das Comunicações relativo aos programas GESAC e Wi Fi Brasil.

A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da exploração das atividades.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, no exercício de 2022, é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.327
Constituição de PECLD no exercício	6.465
Reversões de perdas no exercício	(7.507)
Baixa de contas a receber pelo critério de perdas efetivas	(22.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.848

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar	66.299	41.278
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	38.216	36.722
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	10.993	7.599
Programa de Integração Social - PIS	8.322	7.969
Instituto Nacional de Previdência Social – INSS	28	28
Tributos Federais:	123.858	93.596
ICMS a Recuperar	54.456	56.442
Tributos Estaduais:	54.456	56.442
Total	178.314	150.038
Circulante	169.089	145.659
Não Circulante	9.225	4.379



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Composição:	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IRPJ e da CSLL	(127.712)	(127.712)	(126.819)	(126.819)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	(49.553)	(49.553)	(48.803)	(48.803)
Adições permanentes	12.879	12.879	11.687	11.687
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	6.500	6.500	6.273	6.273
Depreciação - Arrendamento Mercantil (Direito de Uso)	5.006	5.006	4.443	4.443
Despesas Financeiras Arrend. Mercantil (Direito de Uso)	938	938	755	755
Outras Adições	435	435	216	216
Exclusões permanentes	(62.432)	(62.432)	(60.490)	(60.490)
Subvenções Recebidas - Investimentos	(30.442)	(30.442)	(45.053)	(45.053)
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.063)	(2.063)	(2.741)	(2.741)
Dividendos Recebidos/Juros sobre Capital Próprio Recebidos	(63)	(63)	(119)	(119)
Recuperações de Baixas de Contas a Receber	(125)	(125)	-	-
Baixas por Perdas Efetivas com Contas a Receber	(22.437)	(22.437)	(3.694)	(3.694)
Pagamento Contraprestação Arrend. Mercantil (Direito de Uso)	(5.771)	(5.771)	(3.008)	(3.008)
Baixa de Provisão para PISP por Pagamento	(1.531)	(1.531)	(5.875)	(5.875)
Adições/(Exclusões) Temporárias:	20.517	20.517	14.042	14.042
Adições temporárias:	36.574	36.574	23.719	23.719
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	12.732	12.732	10.648	10.648
Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.332	2.332	774	774
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	6.465	6.465	8.802	8.802
Provisões – Custeios	15.045	15.045	3.495	3.495
Exclusões temporárias:	(16.057)	(16.057)	(9.677)	(9.677)
Reversão de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(8.550)	(8.550)	(360)	(360)
Reversão de Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.507)	(7.507)	(9.317)	(9.317)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	(156.748)	(156.748)	(161.580)	(161.580)

6.3. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e resultado ajustado negativo de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, até que passe a apresentar lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Composição:	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	15.963	15.433	5.747	5.556
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	8.448	7.755	3.041	2.792
Provisão PISP	6.797	7.683	2.447	2.766
Provisões - Custo	12.543	8.782	4.516	3.161
Prejuízo fiscal/Resultado Ajustado Negativo de CSLL	620.027	580.840	206.915	207.080
Total	663.778	620.493	222.666	221.355

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e o resultado ajustado negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável.

6.4. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins

A Telebras, acompanhando as discussões em torno da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PIS/Cofins, discutida no Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, RE 574.706, ajuizou ação de rito comum ordinário, em face da Fazenda Nacional, para que fosse declarada a inexistência de relação jurídica obrigacional tributária da Telebras de recolher PIS e Cofins sobre os valores de ICMS, desobrigando-se ao recolhimento das referidas contribuições sobre o imposto estadual. Pleiteou, ainda, a restituição e a compensação dos pagamentos efetuados indevidamente nos últimos 05 (cinco) anos, devidamente atualizados/corrigidos pela taxa Selic.

O processo foi distribuído para a 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, sob nº 1010276-63.2018.4.01.3400.

Foi proferida sentença favorável à Telebras, na qual foram julgados procedentes os pedidos para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que autorize a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, assim como para condenar a Fazenda Nacional a restituir, via compensação ou repetição, os valores indevidamente recolhidos a esse título nos 05 (cinco) anos que antecedem o ajuizamento da ação. Salienta-se que os juros de mora e a correção monetária tomarão como índice exclusivo a taxa Selic, que deve incidir a partir da data de cada pagamento indevido.

A Fazenda Nacional apelou e o processo foi remetido para o TRF da 1ª Região, no qual foi distribuído para a 8ª Turma, Relator Desembargador Federal Novély Vilanova.

O processo teve decisão monocrática, no qual o Relator deu provimento parcial à apelação da Fazenda Nacional para que: (i) a repetição/compensação do indébito (ICMS destacado na nota fiscal) se proceda a partir de 15 de março de 2017; e (ii) a compensação do indébito observe a lei vigente na data em que for efetivada, após o trânsito em julgado. A decisão do Relator seguiu a modulação dos efeitos do julgado definido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos Embargos de Declaração do RE nº 574.706-PR. A decisão do TRF1ª Região transitou em julgado. O processo retornou à 3ª Vara Federal de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal.

A Telebras realizou o levantamento dos valores a que tem direito de se creditar e fez o reconhecimento contábil desse crédito. O montante atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.340, sendo R\$ 1.841 para o PIS e R\$ 8.499 para a Cofins.

Com a devolução do processo à Primeira Instância, a Telebras propôs o cumprimento de sentença, nos termos dos artigos 534 e seguintes do Código de Processo Civil, baseado nos valores levantados.

7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às provisões para riscos prováveis está assim distribuída:

Natureza:	31/12/2022			31/12/2021		
	Vinculados	Não Vinculados	Vinculados	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(A)	(A)	(A)	(B)	(A+B)
Cível/Societário	1.726	44.078	45.804	2.993	40.814	43.807
Trabalhista	1.176	159	1.335	1.342	202	1.544
Tributária	479	807	1.286	119	579	698
Total	3.381	45.044	48.425	4.454	41.595	46.049
Circulante	1.635	5.479	7.114	3.216	4.988	8.204
Não Circulante	1.746	39.565	41.311	1.238	36.607	37.845

7.1. Movimento dos depósitos judiciais

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício de 2022, está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	46.049
Adições	1.171
Baixas por Decisão Desfavorável à Telebras	(2.262)
Atualização Monetária	3.467
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.425
Circulante	7.114
Não Circulante	41.311

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens de provisões para riscos prováveis referem-se a diversos processos em que a Telebras figura como ré ou autora.

Do total dos depósitos não vinculados de R\$ 48.425 em 31 de dezembro de 2022, R\$ 38.445 (R\$ 21.005 era o valor original, quando do acordo parcial com a Previ) refere-se a depósito realizado em litígio com a Previ, que foi parcialmente firmado e que gerou um valor controverso em relação ao total para liquidação do processo. A Telebras entendeu, na época, que o valor cobrado pela Previ era superior àquele que ela entendia como correto. Assim, efetuou um depósito judicial que corresponde à diferença apurada (R\$ 21.005) e avaliou o risco de perda da ação como remota.

8. SUPERÁVIT DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA - PLANO PBS-A e PBS TELEBRAS

Em dezembro de 2019, a Previc aprovou a distribuição do superávit dos planos de Benefícios PBS-A e PBS Telebras, que são patrocinados pela Telebras e outras Companhias que foram criadas a partir do processo de privatização do Sistema Telebras. A parte do superávit destinada à Telebras foi de R\$ 202.549 e está sendo repassada pela administradora dos planos (SISTEL) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais. As parcelas vincendas serão corrigidas com base na rentabilidade dos planos.

A movimentação dos recursos a receber relativos aos superávits dos planos no exercício de 2022 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	82.966
Atualização Monetária	4.132
Recebimentos no Período	(87.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

9. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

9.1. Valores a receber de colaboradores cedidos

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a outros Órgãos Governamentais. Os valores a receber referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores a receber referentes à cessão de Colaboradores da Telebras às entidades governamentais estão apresentadas no quadro a seguir:

Órgãos/Entidades:	31/12/2022	31/12/2021
Órgãos Governamentais	1.945	1.945
Total	1.945	1.945
Circulante	1.945	1.945

9.2. Outros ativos realizáveis

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a Fornecedores de Operação e Manutenção (i)	30.123	35.837
Glosas sobre Serviços a Recuperar de Clientes (ii)	35.156	1.718
Despesas Pagas Antecipadamente	17.274	29.153
Tributos Retidos e Recolhidos a Recuperar de Clientes	6.034	6.161
Cauções e Retenções	3.667	2.106
Adiantamento a Empregados	1.337	1.246
Estoques de Materiais de Consumo	47	38
Outros	34	33
Total	93.672	76.292
Circulante	69.730	36.659
Não Circulante	23.942	39.633



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

(i) Inclui o valor de R\$ 29.524 (R\$ 35.238 em 31 de dezembro de 2021) correspondente ao adiantamento realizado à empresa Viasat Brasil Serviços de Comunicação Ltda (subsidiária da Viasat Inc.), cujo objetivo foi o de acelerar o início da prestação dos serviços em banda larga, conforme acordo contratual firmado entre a Telebras e a Viasat.

ii) Valor relativo às glosas realizadas por serviços prestados pela Telebras e que estão em processo de discussão com os clientes com vistas à reversão da decisão.

10. DIVIDENDOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 5.456 (R\$ 5.456 em de dezembro de 2021).

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Fundo Caixa Extramercado Comum IRFM-1 (iv)	412.234	412.234
BB Extramercado FAE2 FI (iv)	410.118	410.118
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	37.565	34.036
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	32.969	30.128
Aplicações em Ações e Fundo de Investimentos (iii)	1.945	2.295
Total	894.831	888.811
Circulante	822.352	822.352
Não Circulante	72.479	66.459

(i) A Telebras realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), em função de ação judicial com sentença transitada em julgado. (Nota Explicativa 21)

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF, de acordo com a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado e está vinculada ao mecanismo de garantia da operação de crédito com a FINEP até a liquidação da obrigação. A remuneração está atrelada ao índice IMA-B. (Nota Explicativa 23.1)

(iii) Representa investimentos em títulos mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento na Amazônia (FINAM) e que são negociados na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iv) Em dezembro de 2019, a União destinou à Companhia o montante de R\$ 822.352, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme a Lei Orçamentária então vigente.

Em 7 de julho de 2022, foi publicada a portaria SOF/ME nº 6.104, que autoriza à Telebras a realizar investimentos com a utilização desses recursos durante exercício de 2022, no montante de R\$ 10.436.

12. INVESTIMENTOS

12.1. Informações das investidas

A Companhia detém participação societária na coligada, cujas informações são apresentadas a seguir:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada), constituída em 14 de junho de 2011, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A coligada tem como acionistas as empresas Embraer Defesa e Segurança Participações S.A, que detém 51% do capital social e a Telecomunicações Brasileiras S.A com 49% do capital social. O controle da VISIONA é exercido pela Embraer Defesa e Segurança Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, o capital social da coligada é de R\$ 75.000, com um total de 75.000.000 de ações ordinárias emitidas. Deste montante, a Telebras detém 36.750.000 de ações.

12.2. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investida:	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRAS	Valor Contábil	
						31/12/2022	31/12/2021
Visiona Tecnologia Espacial S.A	75.000	153.459	49,00	49,00	36.750.000	75.195	88.152
Total						75.195	88.152

12.3. Informações econômicas e financeiras resumidas

Investida:	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo Exigível	Receita Líquida	Ativo	Passivo Exigível	Receita Líquida
Visiona Tecnologia Espacial S.A	172.463	19.004	11.476	199.141	19.240	10.697

12.4. Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investida:	31/12/2022		31/12/2021	
	Prejuízo Líquido do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial	Prejuízo Líquido do Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(13.140)	(6.500)	(12.801)	(6.273)

12.5. Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Composição:	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.152
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício 2022	(6.439)
Resultado de Equivalência Patrimonial do Exercício 2021 - Complemento	(61)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(6.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.195

12.6. Informações contábeis das coligadas

12.6.1. Visiona Tecnologia Espacial S.A

Balanço Patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante	91.268	65.874
Não Circulante	81.195	133.267
Realizável a Longo Prazo	218	619
Investimento	78.609	129.905
Imobilizado	2.299	2.508
Intangível	69	235
Total	172.463	199.141
Passivo		
Circulante	7.099	7.448
Não Circulante	11.905	11.792
Patrimônio Líquido	153.459	179.901
Total	172.463	199.141

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Líquida	11.476	10.697
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(9.042)	(7.939)
Lucro Bruto	2.434	2.758
Despesas Operacionais	(12.573)	(9.537)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(15.146)	(9.468)
Equivalência Patrimonial	4.021	2.078
Resultado antes do Resultado Financeiro	(21.264)	(14.169)
Resultado Financeiro	8.124	1.368
Prejuízo Líquido do Período	(13.140)	(12.801)

13.IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e registrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que consideram a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que o valor contábil dos bens esteja superior ao valor de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 2.253.712 (R\$ 2.368.459 – em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos da Companhia não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (*Impairment*).

Os especialistas da Companhia (engenheiros), estabeleceram através de laudo, que a vida útil econômica do satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas Satélite (SGDC) é 17 (dezesete) anos a partir da entrada de operação, que ocorreu de julho de 2018.

No quarto trimestre de 2022, a Telebras concluiu a realização do inventário dos ativos da Companhia, e em consequência desse trabalho, realizou a baixa de ativos no montante de R\$ 16.643 (Valor Contábil).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados em garantias do contrato de financiamento junto à FINEP. O valor de liquidação dos bens dados em garantia é de R\$ 64.246, conforme laudo de avaliação.

A Companhia não possui bens dados em garantia, relativos à penhora ou aval em defesa de processos judiciais.

13.1. Movimentação do imobilizado

Composição:	Imobilizado									
	Bens e Instalações em Serviço							Direito de Uso de Ativo	Imobilizado em Andamento	Total
	Instalações Prediais - Benf. em Prop. de Terceiros	Mobiliário	Infraestrutura	Equip. de Data Center	Equip. de Tecnologia de Informação	Equip. de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos			
Custo de Aquisição										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	346.243	4.457	252.191	3.653	17.915	2.669.157	1.850	42.397	51.996	3.389.859
Adições - CPC 6(R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	6.135	-	6.135
Aquisições/Adições								-	129.895	129.895
Transferências	(48.653)	3	3.650	79	575	89.749	(586)	-	(43.336)	1.481
Baixas	(11.243)	(1.667)	(16.075)	(156)	(1.314)	(58.071)	(108)	-	-	(88.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	286.347	2.793	239.766	3.576	17.176	2.700.835	1.156	48.532	138.555	3.438.736
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(86.779)	(3.904)	(76.310)	(3.156)	(13.677)	(808.130)	(1.850)	(27.594)	-	(1.021.400)
Depreciação CPC 6 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	(5.006)	-	(5.006)
Depreciação e Amortização	(19.783)	(112)	(19.718)	(220)	(1.540)	(189.515)	-	-	-	(230.888)
Transferências	6.091	-	(9.378)	-	117	2.863	586	-	-	279
Baixas	11.243	1.604	10.105	156	1.268	47.507	108	-	-	71.991
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(89.228)	(2.412)	(95.301)	(3.220)	(13.832)	(947.275)	(1.156)	(32.600)	-	(1.185.024)
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2022	197.119	381	144.465	356	3.344	1.753.560	-	15.932	138.555	2.253.712
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2021	259.464	553	175.881	497	4.238	1.861.027	-	14.803	51.996	2.368.459
Taxa Anual de Depreciação	16,60%	10,00%	De 5,0% a 20,0%	20,00%	20,00%	De 10,0% a 20,0%	20,00%	De 6,6% a 20,0%		



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

13.2. Bens totalmente depreciados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem reconhecido no imobilizado o valor de R\$ 203.291 (R\$ 216.439 em 31 de dezembro de 2021), referente a bens totalmente depreciados. Estes estão registrados nos seguintes grupos:

Ativos:	31/12/2022	31/12/2021
Equipamentos de Transmissão e Comunicação de Dados	139.505	161.292
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	32.676	42.583
Equipamentos de Infraestrutura	16.731	673
Equipamentos de Tecnologia da Informação	8.513	7.027
Equipamentos Data Center	2.963	-
Mobiliários	1.748	3.014
Ferramentas e Instrumentos	1.156	1.850
Total	203.292	216.439

13.3. Seguros

A Telebras possui contratos de seguro e de garantia estendida para cobrir possíveis perdas que venham a ocorrer com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, e com os equipamentos localizados em solo. As características desses contratos são apresentadas a seguir:

Entidades	Natureza	Valor Contratado	Valor do Prêmio	Valor Indenizável	Vigência
Mapfre Seguros	Seguro		7.900	1.124.583	03/08/2022 a 03/08/2023
Visiona Internacional BV	Garantia Estendida	27.171			08/12/2021 a 08/12/2023

14. INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzidos das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que os valores contábeis dos bens intangíveis estão superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 25.381 (R\$ 31.610 em 31 de dezembro de 2021), conforme quadro abaixo.

Composição:	Intangível			
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Direitos de Uso	Total
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.704	3.946	1.449	54.099
Transferências	242	-	-	242
Baixas	(22)	-	-	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.924	3.946	1.449	54.319
Amortização Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(20.554)	(1.151)	(784)	(22.489)
Amortização do Exercício	(5.643)	(329)	(360)	(6.332)
Transferências	(139)	-	-	(139)
Baixas	22	-	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(26.314)	(1.480)	(1.144)	(28.938)
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2022	22.610	2.466	305	25.381
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2021	28.150	2.795	665	31.610
Taxa de Amortização	20,00%	8,33%	20,00%	

Em 31 de dezembro de 2022, esses ativos não apresentavam indícios de perdas ao valor recuperável (Impairment).

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesta rubrica são registradas as obrigações com pessoal, inclusive as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações. (Nota Explicativa 25)

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Encargos Sociais a Pagar	12.405	11.308
Benefícios Sociais a Pagar	10	8
Salários e Honorários a Pagar	3	2
Total	12.418	11.318
Circulante	12.418	11.318

16. PROVISÃO PARA PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, a Telebras tem reconhecido no seu passivo exigível provisão para o Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP). Esta provisão foi constituída para fazer frente à indenização dos colaboradores que são elegíveis para o seu recebimento quando do desligamento da Companhia. Os colaboradores elegíveis ao recebimento são aqueles que não tiveram seus vínculos empregatícios rescindidos após o processo de cisão da Telebras e que fizeram adesão ao plano conforme prazo estabelecido à época. Em 31 de dezembro de 2022, o número de inscritos no programa totaliza 75 colaboradores e o montante provisionado é de R\$ 25.656 (R\$ 24.856 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação do PISP no exercício de 2022 está apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.856
Atualização da Provisão no Período	2.332
Baixa por Adesão	(1.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.656
Circulante	1.747
Não circulante	23.909

17.GRUPAMENTO DE AÇÕES (Leilão de frações)

Representa os valores arrecadados com a realização dos leilões das frações de ações após o processo de grupamento. Em junho de 2021, a Companhia realizou baixa no valor de R\$ 13.086 relativo ao valor arrecadado no grupamento de ações realizado no ano de 2011. A baixa ocorreu devido à prescrição do direito dos acionistas objeto daquele grupamento reclamarem o valor que lhes era devido. Após a baixa, o valor remanescente nessa rubrica se refere ao grupamento de ações realizado no ano de 2018, no montante de R\$ 680. Este valor aguarda a manifestação dos acionistas que detêm o direito de receber tais valores para que o pagamento seja realizado.

18. FORNECEDORES

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de Operação	86.572	49.519
Fornecedores de Expansão	20.271	9.271
Total	106.843	58.790
Circulante	106.843	58.790

19. TRIBUTOS INDIRETOS

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust	261	333
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funtell	131	166
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	90	830
Programa de Integração Social - PIS	19	154
Tributos Federais	501	1.483
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	4.895	9.099
Tributos Estaduais	4.895	9.099
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	302	89
Tributos Municipais	302	89
Total	5.698	10.671
Circulante	5.698	10.671

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e outros assuntos. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue.

20.1. Provisão para riscos prováveis

20.1.1. Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
	(A)	(B)	(A-B)	(A)	(B)	(A-B)
Cível	49.020	1.726	47.294	47.840	2.993	44.847
Trabalhista	14.047	1.176	12.871	13.769	1.342	12.427
Tributária	783	479	304	123	119	4
Total	63.850	3.381	60.469	61.732	4.454	57.278
Circulante	12.565	1.635	10.930	14.284	3.216	11.068
Não Circulante	51.285	1.746	49.539	47.448	1.238	46.210

20.1.2. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos prováveis de acordo com a natureza das ações são como segue, sendo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para esses processos:

Natureza/Objeto das Ações	31/12/2022			31/12/2021
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões Líquidas	Provisão Líquida dos Depósitos Judiciais
	(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Cíveis				
Illegidade na Venda de Ações (fraude)	406	79	327	2.058
Dividendos sobre o Capital da TELEBRÁS	34.028	0	34.028	30.082
Diferença de Ações (inclusive Conversão de Debêntures)	4.392	167	4.225	3.794
Outros Processos	10.194	1.480	8.714	8.913
Total	49.020	1.726	47.294	44.847
Trabalhistas				
Ganhos de Produtividade	3.705	39	3.666	3.395
Responsabilidade Subsidiária	2.376	586	1.790	1.306
Outros Processos	7.966	551	7.415	7.726
Total	14.047	1.176	12.871	12.427
Tributárias				
Cobrança de Tributos - Receita Federal (RFB)	6	3	3	1
Execução Fiscal	777	476	301	3
Total	783	479	304	4
TOTAL GERAL	63.850	3.381	60.469	57.278
Circulante	12.565	1.635	10.930	11.068
Não Circulante	51.285	1.746	49.539	46.210

20.1.3. Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.732
Constituição de Provisão	5.189
Reversão de Provisões	(8.550)
Juros Incorridos	4.756
Atualização Monetária	2.786
Baixas	(2.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.850

A Administração, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários dessas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a posição financeira.

20.2. Provisão para riscos possíveis (Passivos contingentes)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2022, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

Natureza:	31/12/2022	31/12/2021
Cível	95.555	87.493
Tributária	24.003	23.010
Trabalhista	562	1.445
Total	120.120	111.948

20.2.1. Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes), de acordo com a natureza das ações, são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



Natureza/Objeto das Ações:	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis		
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	10.630	10.142
Ilegalidade na Venda de Ações	4.735	4.687
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	34.812	30.186
Outros Processos (ii)	45.378	42.478
Total	95.555	87.493
Trabalhistas		
Responsabilidade Subsidiária	140	224
Progressão Salarial	0	62
Anistia	0	0
Outros Processos	422	1.159
Total	562	1.445
Tributárias		
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	22.432	21.856
Cobrança de Tributos Receita Federal (RFB)	49	49
Diversas Origens	1.522	1.105
Total	24.003	23.010
Total Geral	120.120	111.948

20.2.2. Situação dos principais processos:

(i) Processo de cisão Sistema Telebras

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. Naquele processo, os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos da Telebras foram destinados à Telesp (atual Telefônica) na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras, devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Essa controvérsia é objeto de debate em três processos distintos.

A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Telebras obteve decisão favorável em duas instâncias, incluindo sentenças de primeiro grau proferidas por juízos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019.

Ainda, no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. A matéria estava sob apreciação do Superior Tribunal de Justiça, em sede de agravo interno, que teve provimento negado pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo irá retornar para o juízo de origem para produção de prova pericial e proferimento de nova sentença.

Quanto aos processos originários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os andamentos são diversos.

Para um deles, o Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição, a fim de que reaprecie o termo inicial da prescrição, mantendo a incidência do prazo trienal. Haverá novo julgamento apenas para apreciação do termo inicial da contagem.

Para o outro litígio, a Telebras interpôs recurso especial pendente de admissibilidade contra o acórdão que reformou a sentença e determinou a aplicação do prazo prescricional decenal.

(ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária da Telebras, de 27 de abril de 1995, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes no cálculo apresentado pela Previ. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial da metodologia de cálculo por ela utilizada. A perícia não foi concluída; logo, ainda não há decisão judicial a respeito do valor controverso.

(iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPqD) de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que a Fundação CPqD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPqD bens que foram importados com isenção de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da holding Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção.

21. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

A Companhia possui passivos com credores que ingressaram com ações na justiça e obtiveram êxito em suas reclamações. Como efeito, a Companhia firmou acordos com estes credores para quitação dessas dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, os valores devidos em função dos acordos firmados eram os seguintes:

Credores:	31/12/2022	31/12/2021
Acordo Judicial – PREVI	91.860	108.632
Acordo Judicial – FUNCEF	62.563	63.176
Total	154.423	171.808
Circulante	17.170	17.564
Não Circulante	137.253	154.244

21.1. Movimentação da dívida no período

Saldo em 31 de dezembro de 2021	171.808
Juros e Variação Monetária	18.483
Amortização de Principal	(16.199)
Pagamento de Juros	(19.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	154.423

21.2. Cronograma de pagamento da dívida de longo prazo (Não Circulante)

Anos:	PREVI	FUNCEF	Total
2024	11.482	5.688	17.170
2025	11.482	5.688	17.170
2026	11.482	5.688	17.170
2027	11.482	5.688	17.170
2028 em diante	34.449	34.124	68.573
Total	80.377	56.876	137.253

21.3. Descrição resumida dos termos acordados

21.3.1. Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI)

Em 28 de outubro de 2013, a Telebras firmou Transação Parcial com a PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo do principal reconhecido em novembro de 2013, no montante de R\$ 141.416 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil), com carência de 24 (vinte e quatro) meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral.

O objeto da ação movida pela PREVI era: a revisão da forma de apuração dos dividendos das ações

preferenciais, seus reflexos nas demonstrações contábeis e a anulação da deliberação havida na Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 1995, bem como a condenação da Telebras de efetuar a distribuição dos dividendos com base no saldo credor da conta de correção monetária do capital social, corrigidos monetariamente até o efetivo pagamento.

21.3.2. Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF)

Em 2 de maio de 2016, a Telebras finalizou acordo e protocolou, perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF, petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre a Telebras e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a Telebras a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos, devidos à Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, relativo ao exercício de 1994.

O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação era de R\$ 72.688 (setenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil), atualizado até 29 de fevereiro de 2016, e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 (sessenta e seis milhões e oitenta mil) de principal e R\$ 6.608 (seis mil e seiscentos e oito) de honorários sucumbenciais, que foi pago em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo previa entrada de 10% (dez por cento) em 90 dias após o protocolo da petição, sendo que o saldo remanescente será diluído em 30 (trinta) parcelas semestrais e sucessivas, observado o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de referência (29 de fevereiro de 2016), com pagamento apenas dos juros. A dívida é atualizada pela variação do INPC, mais juros de 5,76842907% a.a.

O acordo ainda prevê que em caso de atraso das parcelas semestrais incidirão juros por atraso de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die* incorridos no período e de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso. Havendo atraso no pagamento de uma prestação por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, reputar-se-á descumprido o presente acordo, hipótese em que ocorrerá o vencimento antecipado de toda a dívida, podendo a FUNCEF exigir o integral cumprimento da obrigação, acrescidos dos 10% (dez por cento) previstos no artigo 523 do CPC-Código do Processo Civil e demais despesas que se façam necessárias à cobrança da dívida remanescente, inclusive honorários advocatícios.

22. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.389.201 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.580.479 em 31 de dezembro de 2021), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, tem como origem os valores aportados pela União na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e será utilizado em futuro aumento de capital da Telebras em favor da União, conforme sua orientação.

22.1. Composição do valor

O quadro a seguir apresenta os valores aportados pelo acionista controlador (a União), bem como os valores recebidos dos acionistas não controladores relativos ao exercício de preferência nos processos de capitalização dos AFAC realizados pela Companhia. Estes valores serão objeto de futuras capitalizações assim que aprovados pelos Órgãos controladores.

Data do Aporte / Evento	Valor Aportado	Atualização Monetária (i)	Valor Aportado Atualizado
28/12/2018	62.769	17.481	80.250
21/03/2019	24.667	6.438	31.105
21/03/2019	142.000	37.061	179.061
11/11/2019	4.553	973	5.526
28/11/2019	10.000	2.110	12.110
05/12/2019	710.000	148.975	858.975
05/12/2019	108.780	22.825	131.605
29/07/2022	85.518	4.768	90.286
09/09/2022	268	11	279
22/09/2022	4	-	4
Total	1.148.559	240.642	1.389.201

(i) Atualização monetária acumulada a partir do dia seguinte ao valor aportado até a data das demonstrações contábeis em referência.

(ii) Valor relativo à subscrição dos acionistas não controladores no processo de aumento de capital.

22.2. Movimentação no período

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no exercício de 2022, de acordo com a sua destinação:

Eventos:	Satélite - Projeto SGDC	Programa Nacional de Banda Larga - PNBL	Copa e Grandes Eventos	Aporte de Capital na Cabos Brasil Europa S. A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	537.912	1.042.474	24	69	1.580.479
Variação Monetária	52.092	123.510	2	5	175.609
Subscrição de Acionistas não Controladores	-	272	-	-	272
Transferência para o Patrimônio Líquido	(264.192)	(102.879)	(23)	(65)	(367.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	325.812	1.063.377	3	9	1.389.201

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

23.1. Empréstimos e financiamentos – FINEP

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Principal	123.956	182.581
Atualização Monetária	12.709	10.459
Juros	145	662
Total – Bruto	136.810	193.702
Circulante	47.175	48.933
Não Circulante	89.635	144.769

A movimentação dos empréstimos e financiamentos, líquido dos custos, no exercício de 2022 é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	193.702
Juros Incorridos no Período	6.708
Juros Pagos	(4.878)
Amortização de Principal	(50.400)
Amortização da Compensação Financeira	(8.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	136.810

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo (Não Circulante) em 31 de dezembro de 2022 é apresentado a seguir:

Vencimentos:	
2024	47.029
2025	42.606
Total	89.635

23.1.1. Contrato original

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC).



TELEBRAS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras, conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão nº 46/2014 de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incide Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente centralizadora mantida junto ao Interviente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., que mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 meses de serviço da dívida.

23.1.2. Aditivos contratuais

Em dezembro de 2017, a Telebras iniciou conversação com a FINEP, no sentido de postergar o início da amortização do valor principal contratado. Como consequência, as partes acordaram suspender a amortização das parcelas do principal por 6 meses, sem a interrupção do pagamento dos juros compensatórios.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia e a FINEP assinaram o segundo aditivo ao contrato, o qual estabeleceu novos prazos para o início da amortização do principal e dos juros ora interrompidos, além de novas garantias. As modificações estão definidas conforme citado abaixo:

(i) Suspensão do pagamento das parcelas de amortização do principal e dos juros no período de 15 de junho de 2018 a 15 de novembro de 2018.

(ii) Os juros apurados no período de suspensão serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor de acordo com a metodologia de juros compostos.

(iii) A Telebras deverá constituir novas garantias idôneas e suficientes para cobrir débito, cujas características serão examinadas pela FINEP em 15 de setembro de 2018. Na hipótese de constituição até a data prevista, a FINEP poderá, a seu exclusivo critério, retomar a cobrança das parcelas de amortização do débito e dos juros sobrestados.

(iv) A Telebras deverá pagar à FINEP o valor de R\$ 5.471 a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, o qual será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato.

(v) O valor do principal acrescido dos juros capitalizados e do valor da compensação financeira serão pagos a partir de 15 de dezembro de 2018 em 73 parcelas.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia e a FINEP acordaram um terceiro aditivo ao contrato, o qual estabeleceu a suspensão do pagamento das parcelas de amortização do débito e dos juros compensatórios por tempo determinado, bem como a constituição de novas garantias. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes:

(i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020.

(ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019.

(iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos.

(iv) Prorrogação do vencimento do contrato em 12 meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025.

(v) A Telebras pagará à FINEP o valor de R\$ 21.397, a título de compensação financeira, pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

23.1.3. Covenants

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houver: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantias estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento, pela Financiada, das obrigações assumidas.

23.1.4. Garantias

A Telebras estabeleceu, como garantia do financiamento, bens do ativo imobilizado, cujo valor de liquidação totaliza R\$ 64.246, conforme laudo de avaliação e direitos creditícios do contrato firmado entre a Telebras e a empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (DATAPREV).

23.2. Arrendamento mercantil financeiro

A Telebras mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relativos à locação de imóveis (sede da Companhia), terrenos onde estão instalados equipamentos para prestação de serviços (Estações) e equipamentos de informática. Os prazos desses contratos variam entre 5 (cinco) e 15 (quinze) anos e têm vencimentos entre os anos de 2021 e 2027. A taxa de desconto utilizada para esses contratos é de 6% a.a.

Os valores do imobilizado registrados na rubrica de Direito de Uso de Ativo, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses ativos estão demonstrados a seguir.

23.2.1. Direito de uso de ativo (valor contábil)

Bens/Direitos:	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	8.691	10.322
Terrenos (Estações)	7.194	4.414
Equipamentos de Informática	47	66
Total	15.932	14.802

23.2.2. Financiamentos (valor presente)

Bens/Direitos:	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	9.105	10.540
Terrenos (Estações)	7.495	4.733
Equipamentos de Informática	57	79
Total	16.657	15.352
Circulante	4.788	4.246
Não Circulante	11.869	11.106

Os desembolsos futuros (contraprestações) de longo prazo, assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

Vencimentos:	principal	Juros a Incurrer	Total
2024	5.384	(565)	4.819
2025	4.954	(280)	4.674
2026	1.557	(95)	1.462
2027	750	(30)	720
2028 em diante	215	(21)	194
Totais	12.860	(991)	11.869

A movimentação dos financiamentos (arrendamento mercantil financeiro) no exercício de 2022 está apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.352
Ingressos - Novos/Renovação de contratos	6.137
Pagamento de Principal	(4.832)
Apropriação de Juros no Período	939
Pagamento de Juros	(939)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.657

24.RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha registrado o montante de R\$ 456.623 (R\$ 535.914 em 31 de dezembro de 2021), composto pelos valores adiantados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC) e pelo Ministério das Comunicações (MCOM) para atender ao Programa GESAC.

A partir do 3º (terceiro) trimestre de 2018, a Companhia passou a reconhecer no seu resultado a receita realizada, referente ao serviço de locação de capacidade Satelital por serviços prestados ao Ministério de Defesa (Banda X). Esta receita será reconhecida no período de 15 (quinze) anos, conforme contrato firmado entre as partes, e o valor mensal a ser reconhecido como receita no resultado da Telebras é de R\$ 3.040 (três milhões e quarenta mil).

A movimentação/composição das receitas diferidas no exercício de 2022 é apresentada no quadro a seguir:

Movimentação:	Ministério da Defesa	MCOM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	419.527	116.387	535.914
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Banda X	(36.481)	-	(36.481)
Baixa de Receita por Serviços Prestados - Gesac	-	(69.979)	(69.979)
Adiantamento - Programa Gesac	-	27.169	27.169
Saldo em 31 de dezembro de 2022	383.046	73.577	456.623
Circulante	36.480	73.577	110.057
Não Circulante	346.566	-	346.566

25.OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Retenções Passivas Tributárias	2.757	2.657
Retenções Passivas não Tributárias	168	108
Outras Obrigações	229	229
Total	3.154	2.994
Circulante	3.154	2.994

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.474.498 (R\$ 3.107.339 em 31 de dezembro de 2021), representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

26.1.1. Composição acionária

A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	63.711.580	93,73%	União Federal	16.396.712	89,08%	União Federal	80.108.292	92,74%
FINEP	3.231.600	4,75%	FINEP	0	-	FINEP	3.231.600	3,74%
Outros Acionistas	1.032.226	1,52%	Outros Acionistas	2.010.779	10,92%	Outros	3.043.005	3,52%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
Total	67.975.599	100,00%	Total	18.407.491	100,00%	Total	86.383.090	100,00%

26.1.2. Valor patrimonial da ação

Componentes do Cálculo:	31/12/2022	31/12/2021
Capital total em ações		
Ordinárias	67.975.599	49.457.271
Preferenciais	18.407.491	18.407.491
Total (A)	86.383.090	67.864.762
Ações em tesouraria		
Ordinárias	193	193
Total (B)	193	193
Ações em circulação		
Ordinárias	67.975.406	49.457.078
Preferenciais	18.407.491	18.407.491
Total (A-B)	86.382.897	67.864.569
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.663.398	1.553.239
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	19,2561	22,8873

26.2. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o artigo 88, §1º do estatuto social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e da existência de prejuízos acumulados, não foram efetuados o cálculo, a distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial, que incluem ganhos e perdas de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, representados por investimentos em ações de empresas de telecomunicações e no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam, bem como por variações cambiais decorrentes de investimento líquido em coligadas no exterior, cuja origem é o reconhecimento de forma reflexa das variações cambiais registradas na coligada Visiona, na qual a participação societária da Telebras é de 49%.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial no exercício de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

Movimentação:	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	141	33.237	33.378
Perda com Instrumentos Patrimoniais Mensurados a VJORA	(350)	-	(350)
Equivalência Patrimonial Reflexa sobre AAP Coligada	-	(6.457)	(6.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(209)	26.780	26.571

26.4. Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria (193 – cento e noventa e três, ações ordinárias) corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da Telebras, ocorrida em 22 de maio de 1998.

26.5. Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Dessa forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

Itens:	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Líquido do Período	(127.712)	(126.819)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação:		
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(100.498)	(92.423)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(27.214)	(34.396)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	67.976	49.458
Ações preferenciais – básicas e diluídas	18.407	18.407
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,4784)	(1,8687)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,4784)	(1,8687)

27.RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição:	31/12/2021	31/12/2021
Serviço de Comunicação e Multimídia	322.614	283.497
Locação de Capacidade Satelital	36.481	36.481
Aluguéis e Locações	22.056	16.246
Compartilhamento de Receita	15.463	7.099
Outras Receitas	6.888	899
Receita Operacional Bruta	403.502	344.222
Tributos sobre Receita	(55.280)	(58.161)
Descontos Concedidos	-	(360)
Cancelamentos/Devoluções	(382)	(48)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(55.662)	(58.569)
Receita Operacional Líquida	347.840	285.653

O comportamento da Receita Operacional Líquida na comparação entre o exercício de 2022 e o mesmo período do ano anterior apresentou crescimento de 21,8%. O aumento é explicado pelos seguintes eventos: i) aumento da receita de SCM, devido ao aumento dos circuitos/pontos vinculados a geração de serviços e pelo aumento no faturamento da banda larga faturada; ii) reconhecimento em maior volume da receita de compartilhamento de receitas vinculadas ao contrato de parceria com a Viasat; iii) reconhecimento da receita de instalação e manutenção do programa Wi Fi Brasil no montante de R\$ 6,888; e iv) pelo reconhecimento do reajuste retroativo do contrato de prestação de serviços entre a Telebras e a DATAPREV, cujo montante foi de R\$ 19.741.

No final dos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia possuía clientes (Entidades Governamentais representativas do Governo Federal), que contribuíram com mais de 10% (dez por cento) da receita operacional bruta.

Todos os valores que compõem a receita operacional líquida integram a base para o cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

28.CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

Os custos e as despesas operacionais por natureza nos exercícios findos em 30 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentados a seguir:

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação e Amortização	(233.158)	(246.121)
Meios de Conexão e Transmissão	(127.646)	(116.669)
Serviços de Terceiros	(94.513)	(73.875)
Aluguéis, Locações e Seguros	(48.065)	(48.015)
Pessoal	(20.635)	(17.763)
Tributos	(4.647)	(5.654)
Material	(1.895)	(3.876)
Compartilhamento de Instalações	(4.345)	(3.538)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(408)	(65)
Total	(535.312)	(515.576)

Despesas Comerciais	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(19.482)	(17.221)
Serviços de Terceiros	(2.014)	(1.734)
Depreciação e Amortização	(436)	(445)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(204)	(51)
Material	-	(50)
Aluguéis, Locações e Seguros	(118)	(20)
Tributos	(4)	(3)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.042	515
Total	(21.216)	(19.009)

Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(57.012)	(50.745)
Serviços de Terceiros	(12.719)	(8.479)
Depreciação e Amortização	(8.493)	(7.769)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(749)	(528)
Aluguéis, Locações e Seguros	(280)	(151)
Tributos	(140)	(148)
Material	(123)	23
Total	(79.516)	(67.797)

Aglutinado	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação e Amortização (i)	(242.087)	(254.336)
Meios de Conexão e Transmissão (ii)	(127.646)	(116.669)
Pessoal (iii)	(97.129)	(85.729)
Serviços de Terceiros (iv)	(109.246)	(84.088)
Aluguéis, Locações e Seguros	(48.463)	(48.186)
Tributos	(4.791)	(5.804)
Material	(2.018)	(3.903)
Compartilhamento de Instalações	(4.345)	(3.538)
Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(1.361)	(644)
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.042	1.053
Total	(636.044)	(601.844)

i) Depreciação e Amortização: a redução de 4,8% entre os períodos comparados é explicada pelas baixas de bens realizadas no primeiro trimestre de 2022, como resultado do processo de inventário. O valor baixado foi de R\$ 16.643 (Valor Contábil).

ii) Meios de Conexão e Transmissão: apresentou aumento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi impactado pelo reconhecimento do reajuste retroativo do contrato de cessão de fibras ópticas e infraestrutura firmado entre a Telebras e a Petrobras. Os principais serviços que compõem essa rubrica é a Linha dedicada Industrial (EILD), que apresentou redução no período de 4,9%, e o Backbone, que aumentou 22,4%.

iii) Pessoal: A rubrica apresentou acréscimo de 13,3% explicado pelos seguintes eventos: i) pela concessão do aumento de 10,56% em função do dissídio coletivo julgado a favor dos colaboradores da Telebras. O reajuste foi retroativo ao mês de novembro de 2021 e pago em agosto de 2022; e ii) pelo aumento do quadro de pessoal em função da convocação do pessoal aprovado no último concurso.

iv) Serviços de Terceiros: aumento de 29,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse comportamento é justificado basicamente pelo incremento dos custos com energia elétrica (4,1%) e dos custos dos serviços de manutenção da planta (34,4%), e também pelo efeito do estorno da provisão de custos com manutenção dos equipamentos da Viasat realizado no primeiro semestre de 2021, que foram revisados e considerados como custos de locação de equipamentos. O montante desta reclassificação de manutenção para locação foi de R\$ 7.200.

29.OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Outras Receitas Operacionais		
Subvenções Orçamentárias Recebidas (i)	272.115	250.357
Reversão de Prov. para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	8.550	360
Recuperação de Tributos (ii)	3.041	9.087
Multas sobre Contas a Receber	713	56
Ganho sobre Passivo (iii)	474	15.501
Recuperação de Despesas (Reembolso de Seguro)	254	451
Recuperação de Baixa de Ativos (Contas a Receber)	125	78
Dividendos Recebidos	63	119
Reversão de provisão de Tributos Municipais	-	584
Recuperação de Depósitos Judiciais	-	19
Outras Receitas Operacionais	714	312
Tributos sobre Outras Receitas Operacionais	(4)	(58)
Total	286.045	276.866
Outras Despesas Operacionais		
Baixa do ativo Imobilizado (iv)	(16.643)	-
Tributos (v)	(5.397)	(15.533)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(5.189)	(1.801)
Pessoal	(971)	(349)
Multas sobre Tributos	(439)	(668)
Patrocínios	(249)	(50)
Multas sobre Passivos	(160)	(1.999)
Perda na Baixa de Cauções	(9)	(336)
Baixa de Ativo por Perda - Depósitos Judiciais	-	(1)
Outras Despesas Operacionais	(5)	(55)
Total	(29.062)	(20.792)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquida	256.983	256.074

i) Subvenções Orçamentárias Recebidas: a partir de 1º de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente; dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios. Esses recursos estão sendo reconhecidos com base no CPC 07 – Subvenções e assistência Governamentais. Os montantes reconhecidos nos exercícios de 2022 e 2021 foram destinados conforme o quadro a seguir:

Destinação:	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	107.288	107.103
Outros Custeios	134.385	98.201
Investimentos	30.442	45.053
Total	272.115	250.357

ii) Recuperação de Tributos: a diminuição é justificada pelo reconhecimento dos valores relativos aos créditos de PIS e Cofins sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições no primeiro semestre de 2021. O valor reconhecido foi de R\$ 6.083.

iii) Ganhos sobre Passivos: a redução é explicada pela baixa relativa à prescrição dos valores objeto do processo de grupamento de ações realizado no exercício de 2011, devido à prescrição do direito de os acionistas não controladores exercerem o direito de reclamar tais valores. O valor baixado foi de R\$ 13.085.

iv) Baixa do Ativo Imobilizado: Refere-se ao montante do Valor Contábil relativo à baixa de bens do ativo imobilizado, como resultado do processo de inventário dos bens da Telebras.

v) Tributos: a diminuição é justificada pelo registro da baixa no exercício de 2021 de créditos tributários relativos ao ICMS CIAP e ICMS sobre transferências de ativos, devido à impossibilidade de recuperação/ compensação perante os fiscos Estaduais. O montante baixado foi de R\$ 13.488.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



30.RESULTADO FINANCEIRO

Composição:	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Juros sobre Disponibilidades (i)	100.644	22.651
Juros/Varição Monetária sobre Tributos	8.743	6.460
Juros sobre Aplicações Financeiras – Garantias	7.704	2.226
Juros sobre Superávit de Previdência Privada (ii)	4.132	17.374
Juros sobre Depósitos Judiciais	3.467	2.616
Juros sobre Contas a Receber	345	709
Outras Receitas Financeiras	4	11
Tributos sobre Receitas Financeiras	(5.667)	(2.580)
Subtotal	119.372	49.467
Despesas Financeiras		
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iii)	(175.610)	(66.953)
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (iv)	(18.483)	(25.904)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos – Finep	(6.707)	(6.538)
Juros s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.757)	(5.426)
V. M. sobre Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.787)	(3.421)
Juros sobre Operações de Arrendamento Mercantil	(939)	(755)
Juros sobre Tributos	(77)	(345)
Outras Despesas Financeiras	(3)	(16)
Subtotal	(209.363)	(109.358)
Resultado Financeiro Líquido	(89.991)	(59.891)

- (i) Juros sobre Disponibilidades: o crescimento é explicado pelo aumento da rentabilidade dos fundos entre os períodos comparados.
- (ii) Juros sobre Superávit de Previdência Privada: a diminuição é explicada pela redução do saldo a receber, devido ao recebimento das parcelas mensais durante o exercício. No exercício de 2022, ocorreu o recebimento da totalidade do superávit destinado à Telebras.
- (iii) Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: o acréscimo é justificado pelo aumento da taxa Selic, que é o indexador utilizado para atualizar o saldo de AFAC.
- iv) Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais: a redução é explicada pela queda dos índices inflacionários (INPC) e pela amortização do principal entre os períodos.

31.BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

31.1. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A Telebras e outras empresas do antigo Sistema Telebras patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL). Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema Telebras.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “Plano PBS-A” e “Planos de Patrocinadoras”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º de fevereiro de 2000.

31.2. Planos de Benefícios Telebras

31.2.1. Plano Benefícios PBS - A

O plano de Benefícios PBS-A (CNPB nº 19.910.010-29) é estruturado na modalidade de benefício definido, sendo patrocinado, dentre outras empresas, pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao mencionado plano. O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria e pensão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e abono anual conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS-A oferece aos seus participantes:

- i) Aposentadoria por invalidez
- ii) Aposentadoria idade
- iii) Aposentadoria por tempo de serviço
- iv) Aposentadoria especial
- v) Auxílio-doença
- vi) Auxílio-reclusão
- vii) Abono anual
- viii) Pensão por morte
- ix) Pecúlio por morte

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do PBS-A, estando vigente desde 2009, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 3.188, de 23 de novembro de 2009.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i) Contribuição mensal de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com 10% sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- iv) Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- v) Dotações das patrocinadoras; e
- vi) Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS-A contava, em 31 de dezembro de 2022, com 428 assistidos, conforme apresentado abaixo.

Assistidos	31/12/2022
Quantidade	428
Idade média (anos)	77,27
Benefício médio (R\$)	R\$ 9.702,77

31.2.2. Plano de Benefícios PBS - Telebras

O plano de Benefícios PBS Telebrás (CNPB nº 20.000.019-47) é estruturado na modalidade de benefício definido, sendo patrocinado pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao mencionado plano. O plano oferece rendas vitalícias de aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-reclusão, bem como pagamentos únicos de pecúlios por morte, conforme discriminados no regulamento do plano de benefícios. Em resumo, o PBS Telebrás oferece aos seus participantes:

- i) Aposentadoria por idade
- ii) Aposentadoria por tempo de serviço

- iii) Aposentadoria por invalidez
- iv) Aposentadoria especial
- v) Auxílio-doença
- vi) Auxílio-reclusão
- vii) Abono anual
- viii) Pensão por morte
- ix) Pecúlio por morte

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios PBS-Telebrás, estando vigente desde 2008, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 2.537, de 25 de setembro de 2008.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- i) Contribuições mensais, de participantes ativos sobre o salário-de-participação;
- ii) Contribuição mensal de participantes assistidos que recebem abono de aposentadoria (mais de 30 anos de vinculação ao INSS), contribuem com percentual a ser fixado anualmente no plano de custeio, incidente sobre o benefício global pago pela SISTEL, limitado ao valor do abono;
- iii) Contribuição mensal das patrocinadoras com percentual sobre a folha mensal de salário de todos os participantes definidos anualmente;
- iv) Contribuições extraordinárias destinadas ao custeio de déficits, serviço passado e outras finalidades não incluídas nas contribuições normais;
- v) Jóia de participantes ativos, determinada atuarialmente;
- vi) Dotação da patrocinadora; e
- vii) Receitas de aplicação do patrimônio.

O plano de benefícios PBS Telebrás contava, em 31 de dezembro de 2022 com 6 participantes ativos e 110 assistidos, conforme apresentado abaixo.

Participantes ativos	31/12/2022
Quantidade	6
Idade média (anos)	66,5
Tempo de serviço médio (anos)	44,17
Salário médio (R\$)	13.231,61

Assistidos	31/12/2022
Quantidade	110
Idade média (anos)	72
Benefício médio (R\$)	10.657,50

31.2.3. Plano de Benefícios Telebras PREV

O plano de Benefícios Telebrás PREV é estruturado na modalidade de contribuição variável, sendo patrocinado pela Telebrás, nos termos dos convênios de adesão, regulamentos e estatuto relativos ao mencionado plano.

O plano oferece benefícios classificados nas categorias de benefícios de risco, que são custeados na modalidade de benefício definido, e benefícios programados, que são custeados pelo regime de contribuição definida.

Os benefícios de risco se referem a:

- i) Auxílio-doença
- ii) Aposentadoria por Invalidez, reversível em pensão
- iii) Pensão por morte de participante

Os benefícios programados se referem a:

- i) Aposentadoria ordinária, reversível em pensão
- ii) Aposentadoria antecipada, reversível em pensão

As regras de elegibilidade e de cálculo dos benefícios estão expressas no respectivo regulamento, cuja versão que deu suporte a este trabalho é denominada de Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciais Telebrás PREV, estando vigente desde 2007, cuja aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar se deu através da Portaria nº 1.722, de 22 de outubro de 2007.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes:

- iii) Contribuições de Participante:
 - a) Ordinária: mensal e obrigatória aos participantes vinculados, autopatrocinados e em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez equivalente a 2%SP + 3% (SP-PP)
 - b) Adicional: de caráter facultativo ao participante Vinculado, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, em percentual múltiplo de 0,5% do Salário de Participação, e por prazo não inferior a 12 meses.
 - c) Eventual: de caráter facultativo ao participante Vinculado, optante pelo Benefício Proporcional Diferido, Autopatrocinado e em gozo de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, no valor mínimo de 5% do teto do Salário de Participação.
 - d) Contribuições para os benefícios de risco.
- iv) Contribuições de Patrocinador: mensalmente, contribuições no valor equivalente ao total das contribuições do participante Vinculado, limitadas a 8% do SP, sendo deduzido destes montantes os valores necessários à cobertura dos benefícios de risco e das despesas administrativas. A dedução relativa ao custeio dos benefícios de risco somente será praticada após a extinção dos recursos recolhidos, na data de vigência do Telebrás PREV, para a cobertura desses benefícios.

O plano de benefícios Telebrás PREV contava, em 31 de dezembro de 2022, com 268 participantes ativos e 293 assistidos.

Participantes ativos	31/12/2022
Quantidade	268
Idade média (anos)	48,25
Tempo de serviço médio (anos)	17,84
Salário médio (R\$)	11.604,17

Assistidos	31/12/2022
Quantidade	293
Idade média (anos)	68,54
Benefício médio (R\$)	6.979,65

31.3. Método de Avaliação Atuarial

Conforme determinação do item 67 do pronunciamento CPC 33(R1), foi aplicado o Método do Crédito Unitário Projetado - PUC para a obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial. Este método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício e mensura cada unidade separadamente para se quantificar a obrigação final.

31.4. Premissas Atuariais

Todas as premissas utilizadas neste estudo atuarial foram discutidas com a Telebrás e definidas em conjunto com este, de forma a cumprir as determinações do pronunciamento CPC 33(R1) e obter um cálculo de passivo atuarial que expresse a real obrigação do patrocinador em relação à sua entidade de previdência complementar.



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

31.4.1. Plano de Benefícios PBS - A

- i) Premissas Biométricas:
- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Basic segregada por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 agravada em 10% segregada por sexo;
- Tábua de serviço – não aplicável, pois o plano só tem assistidos.
- ii) Premissas Econômicas:
- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,05%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2022 com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano e para o custo dos juros em 2022: 15,27% composta pela inflação de longo prazo (9,25%) mais juros reais de 5,51% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2021, como expectativa para 2022 e foi usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;
- Taxa de Rotatividade: 0,00%;
- Taxa real de crescimento salarial: 0,00%;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%;
- Fator de Capacidade para salários: 98%;
- Fator de Capacidade para benefícios: 98%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 3,25%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2022, e representa a expectativa de inflação para 2023.
- iii) Outras Premissas:
- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada;
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: família real.

31.4.2 Plano de Benefícios PBS - Telebras

- i) Premissas Biométricas:
- Tábua de mortalidade geral: AT-2012 Basic M;
- Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 F;
- Tábua de serviço - não aplicado.
- ii) Premissas Econômicas:
- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,05%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2022 com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano e para o custo dos juros em 2022: 15,27% composta pela inflação de longo prazo (9,25%) mais juros reais de 5,51% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2021, como expectativa para 2022, e foi usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;
- Taxa de Rotatividade: 0,00%;
- Taxa real de crescimento salarial: não aplicado;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%;
- Fator de Capacidade para salários: 98%;
- Fator de Capacidade para benefícios: 98%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 3,25%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2022 e representa a expectativa de inflação para 2023.
- iii) Outras Premissas:
- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada;
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: família real.

31.4.3. Plano de Benefícios Telebras PREV

- i) Premissas Biométricas:
- Tábua de mortalidade geral: AT-2012 Basic M;
- Tábua de entrada em invalidez: Grupo Americana;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 F;
- Tábua de serviço - Combinação das tábuas de mortalidade geral, de entrada em invalidez e de mortalidade de inválidos, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.
- ii) Premissas Econômicas:
- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 6,05%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2022 com vencimento em 2035, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano e para o custo dos juros em 2022: 15,27% composta pela inflação de longo prazo (9,25%) mais juros reais de 5,51% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2021, como expectativa para 2022, e foi usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;
- Taxa de Rotatividade: 4,41% a.a.;
- Taxa real de crescimento salarial: 1,00% a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%;
- Fator de Capacidade para salários: 98%;
- Fator de Capacidade para benefícios: 98%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 3,25%, obtida em pesquisa no site do BACEN em 31 de dezembro de 2022 e representa a expectativa de inflação para 2023.
- iii) Outras Premissas:
- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada;
- Hipótese sobre a Composição da Família de Ativos: 76,90% dos participantes têm dependentes, as esposas são 5 anos mais jovens e o dependente temporário mais novo perde essa condição quando o participante atinge 66 anos de idade;
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: família real.

31.5. Resultados dos Planos

As especificações das informações e os resultados encontram-se detalhados nos quadros seguintes, com base nos dados extraídos dos balancetes da SISTEL de 31 de dezembro de 2022 e nos dados dos cadastros de participantes e dependentes daquela entidade posicionados em dezembro de 2022.

31.5.1. Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro 2022

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Valor dos ativos a mercado (i)	12.742.715	435.017	1.077.486
2. Exigível operacional (ii)	107.966	330	692
3. Exigível contingencial (ii)	849.373	11.249	2.866
4. Fundos (ii)	2.359.501	155.834	648.252
5. Valor justo dos ativos do plano	9.425.875	267.604	425.676
6. Proporção dos ativos vinculados à Telebrás	6,88%	100,00%	100,00%
7. Valor justo dos ativos do plano total	648.500	267.604	425.676
8. Parcela de contribuição definida	-	-	81.358
9. Valor justo dos ativos do plano – parte BD	648.500	267.604	344.317

- (i) Valor informado pela Telebrás, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebrás no plano PBS-A é de 6,88%.
- (ii) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

31.5.2. Composição do Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31 de dezembro 2022

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Renda Fixa	96,23%	98,76%	99,21%
2. Renda Variável	0,02%	0,00%	0,00%
3. Investimentos Estruturados	0,00%	1,03%	0,58%
4. Investimentos em imóveis	3,14%	0,00%	0,00%
5. Empréstimos a participantes	0,61%	0,21%	0,21%

31.5.3. Dados de Entrada

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Taxa de desconto no início do exercício (custo dos juros)	5,51%	5,51%	5,51%
2. Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano no início do exercício	15,27%	15,27%	15,27%
3. Custo do serviço corrente	-	-	608
4. Benefícios pagos	53.986	16.129	29.447
5. Contribuições recebidas pelo fundo	-	-	4.921
6. Valor presente da obrigação em 31/12/2021	611.515	213.803	254.349
7. Valor presente da obrigação em 31/12/2022	567.438	204.361	344.264
8. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021	977.883	266.963	346.190
9. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	648.500	267.504	344.317

31.5.4. Conciliação da Obrigação Atuarial

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2021	611.515	213.803	254.349
2. Custo dos juros	56.329	11.781	23.429
3. Custo do serviço corrente	-	-	70
4. Benefícios pagos pelo fundo	(53.986)	(16.129)	(29.447)
5. Despesas administrativas pagas pelo fundo	-	-	-
6. (Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(46.420)	(5.093)	95.864
7. Valor presente da obrigação em 31/12/2022	567.438	204.362	344.265

31.5.5. Conciliação dos Ativos dos Planos

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021	977.883	266.963	346.190
2. Rendimento esperado dos ativos do plano	53.880	14.710	19.075
3. Contribuições recebidas pelo fundo	-	-	4.921
4. Benefícios pagos pelo fundo	(53.986)	(16.129)	(29.447)
5. Ganhos/(Perdas) atuariais sobre os ativos do plano	(329.277)	2.060	3.578
6. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	648.500	267.604	344.317

31.5.6. Ganhos e Perdas Atuariais

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Valor Líquido acumulado dos ganhos e (perdas) atuariais e do serviço passado em 31/12/2021	-	-	-
2. Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos em 31/12/2021	-	-	-
3. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre a obrigação	46.420	5.093	(95.864)
4. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre os ativos do plano	(329.277)	2.060	3.578
5. Ganhos/(Perdas) atuariais do exercício	(282.857)	7.153	(92.286)
6. Ganhos/(perdas) atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31/12/2022	-	-	-

31.5.7. Cálculo da Obrigação Atuarial Descoberta

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Valor presente da obrigação em 31/12/2022	567.438	204.361	344.264
2. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2022	(648.500)	(267.604)	(344.317)
3. Valor presente da obrigação descoberta	-	-	-

31.5.8. Cálculo da Despesa do Exercício

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Custo do serviço corrente	-	-	70
2. Custo dos juros	56.329	11.781	23.429
3. Rendimento esperado dos ativos do plano	(53.880)	(14.710)	(19.075)
4. Despesa reconhecida na demonstração do resultado	2.449	(2.929)	4.424

31.5.9. Movimentação do Passivo Líquido

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Passivo/(ativo) líquido reconhecido em 31/12/2021	(366.368)	(53.161)	(91.841)
2. Despesa do ano	2.448	(2.929)	4.424
3. Pagamento de contribuições	-	-	(4.921)
4. Perdas/(ganhos) atuariais do exercício	282.857	(7.153)	92.285
5. Passivo/(ativo) líquido em 31/12/2022	(81.063)	(63.243)	(53)
5. Ajuste do teto de ativo	81.063	63.243	53
6. Passivo/ativo líquido	-	-	-



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

31.5.10. Despesa Projetada para 2023

Composição:	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Juros sobre obrigações atuariais	53.887	19.407	31.712
2. Rendimento esperado dos ativos	(61.585)	(25.413)	(31.717)
3. Custo do serviço corrente	-	-	536
4. Total da despesa	(7.698)	(6.006)	531

31.5.11. Comentários sobre os Resultados dos Planos

31.5.11.1. Plano de Benefício PBS -A

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 567.438 e ativo líquido de R\$ 648.500 tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 81.063, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor. Como se trata de plano de benefícios patrocinado por diversas empresas, os números aqui registrados se referem unicamente à Telebrás e foram calculados considerando-se a proporção das reservas matemáticas dessa patrocinadora no montante total das provisões matemáticas.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora TELEBRÁS, dentro do que preconiza o Pronunciamento CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

31.5.11.2. Plano de Benefício PBS - Telebras

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 204.361 e ativo líquido de R\$ 267.604, tendo como resultado o superávit atuarial de R\$ 63.243, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora TELEBRÁS, dentro do que preconiza o Pronunciamento CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

31.5.11.3. Plano de Benefício Telebras PREV

As obrigações atuariais em relação a este plano encontram-se plenamente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais de R\$ 344.264 e ativo líquido de R\$ 344.317, tendo como resultado o excedente atuarial de R\$ 53, o qual não será reconhecido como ativo pela patrocinadora em função das limitações decorrentes da legislação em vigor.

A propósito do resultado superavitário, importa consignar que o reconhecimento de ativo por parte de patrocinadora TELEBRÁS, dentro do que preconiza o Pronunciamento CPC 33(R1), somente pode ser realizado quando existem fortes evidências de que mencionado resultado pode ser transformado em benefício econômico para a mencionada patrocinadora. Por outro lado, a distribuição de superávit atuarial de planos de benefícios segue regra própria da legislação de previdência complementar, disciplinada pela Resolução CNPC nº 30/2018, vigente da data da avaliação atuarial.

31.6. Pano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA)

A Telebrás é patrocinadora de um plano médico-hospitalar denominado Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA), plano de benefícios de caráter assistencial, cujo objetivo é proporcionar aos participantes atendimento médico e hospitalar, com custos compartilhados e de modo semelhante ao proporcionado aos empregados das patrocinadoras, quando em atividade, conforme reza os artigos 1º e 9º do regulamento.

O plano PAMA contava, em 31 de dezembro de 2022, com aproximadamente 25.654 beneficiários, sendo que apenas 6 destes ainda detinham vínculo com a Telebras. Desse modo, para o exercício de 2023, a estimativa de gasto da Telebras com esse plano é de R\$12 (doze mil reais).

Em 31 de dezembro de 2022, o plano apresentava um superávit, que foi apurado conforme laudo atuarial elaborado por atuário contratado pela Companhia. O valor do superávit é apresentado no quadro a seguir.

Composição:	2022
Obrigação atuarial	4.810.870
Valor justo dos ativos do plano	5.147.592
Superávit	336.722

32.PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União, que detém 90,74% das ações ordinárias da Companhia. (Nota Explicativa 26)

As transações da Companhia com sua controladora e suas coligadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que consideram as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas empresas e entidades também são apresentadas.

32.1. Pessoal chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

Remunerações/Benefícios	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações	2.924	2.925
Benefícios de Curto Prazo	759	729
Total	3.683	3.654

A Companhia concede benefícios pós-emprego aos dirigentes estatutários, mas não concede aos conselheiros.

32.2. Transações com partes relacionadas

Balanco Patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
Ativo	90.196	92.409
a) Contas a Receber de Serviços	68.646	86.616
Entidades Governamentais:	40.059	44.195
Ministérios	33.412	41.320
Demais Entidades (i)	6.647	2.875
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	9	2
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	11	125
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	28.567	42.294
b) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(22.437)
Ministérios e Demais Entidades (i)	-	(22.437)
c) Cauções	3.640	2.079
Ministérios e Demais Entidades (i)	3.640	2.079
d) Dividendos a Receber	5.456	5.456
Visiona Tecnologia Espacial S.A	5.456	5.456
e) Despesas Pagas Antecipadamente	12.453	20.695
Visiona Internacional BV	12.453	20.695
Passivo	1.982.634	2.325.722
f) Fornecedores	-	15.628
Petróleo Brasileiro S.A	-	4.574
Banco do Brasil S.A	-	54
Visiona Internacional BV	-	11.000
g) Empréstimos	136.810	193.701
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	136.810	193.701
h) Receitas Diferidas	456.623	535.914
Ministérios	456.623	535.914
i) Recursos Capitalizáveis - AFAC	1.389.201	1.580.479
União Federal	1.389.201	1.580.479

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	31/12/2022	31/12/2021
Despesas	(215.042)	(95.305)
j) Compartilhamento de Instalações	(1.065)	-
Petróleo Brasileiro S. A	(1.065)	-
k) Meios de conexão e Transmissão	(18.074)	(13.621)
Petróleo Brasileiro S. A	(18.074)	(13.621)
l) Garantia Estendida	(13.586)	(8.193)
Visiona Internacional BV	(13.586)	(8.193)
m) Despesas financeiras	(182.317)	(73.491)
União Federal - AFAC	(175.610)	(66.953)
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	(6.707)	(6.538)
Receitas	328.299	276.947
n) Receitas de Serviços - SCM	281.875	234.430
Entidades Governamentais:	190.007	189.673
Ministérios	168.155	155.484
Demais Entidades (i)	21.852	34.189
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	91.724	43.739
Petróleo Brasileiro S. A	-	53
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	13	27
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	131	938
o) Aluguéis e Locações	39.536	41.618
Entidades Governamentais:	29.659	36.552
Ministérios	29.645	36.530
Demais Entidades (i)	14	22
Empresas de Tecnologia da Informação da Prev. Social - Dataprev	9.876	5.062
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás	1	4
p) Outras Receitas	6.888	899
Ministérios	6.888	899

(i) Demais Entidades Governamentais incluem: Universidades, Institutos Federais de Educação, Entidades Militares ligadas às Forças Armadas, Secretarias vinculadas à União Federal e outros; e

(ii) As informações relativas ao exercício de 2021 estão sendo reapresentadas devido a exclusão das empresas que pertenciam ao grupo econômico da Eletrobras, em função de a mesma ter sido objeto de privatização.

a) Representa os valores a receber pela prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Internet) e pelos Aluguéis e Locações de equipamentos a ministérios, entidades governamentais e empresas das quais a União é o controlador. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

b) Refere-se a estimava de perdas com créditos de liquidação duvidosa sobre o Contas a Receber pelo fornecimento de Serviços de Comunicações e Multimídia (SCM), bem como Aluguéis e Locações de Equipamentos. O montante estimado de R\$ 22.437 refere-se ao contrato nº 10/2013-MC, celebrado entre a Telebras Copa S.A (incorporada pela Telebras) e o Ministério das Comunicações, cujo objeto era a prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia. No segundo trimestre de 2022, a Companhia realizou a baixa efetiva desse contas a receber e ingressou com processo judicial, devido ao insucesso nas tratativas para recebimento do valor na esfera administrativa.

c) Trata-se de cauções realizadas junto a órgãos públicos para prestação de serviços, conforme contratos firmados.

d) Refere-se de dividendos a receber referente à participação societária na coligada VISIONA.

e) Refere-se à contratação de garantia estendida dos equipamentos vinculados ao projeto SGDC. O prazo contratual é de dois anos com vigência de 08 de dezembro de 2021 a 08 de dezembro de 2023. O valor contratado pelo serviço foi de R\$ 27.171.

f) Representa valores a pagar a fornecedores de bens e serviços.

g) Refere-se à captação de financiamento realizado junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor original de R\$ 240.380 (R\$ 193.702 em 31 de dezembro de 2021). O objetivo do financiamento foi de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). (Nota Explicativa 23.1)

Sobre o principal da dívida incide a Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos contratuais serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O financiamento possui três aditivos, cujo teor se referiu ao alongamento do prazo para início da amortização do principal e suspensão do pagamento de juros, alteração do vencimento do contrato e estabelecimento de compensação financeira em função da prorrogação. (Nota Explicativa 23.1)

h) Representa receitas recebidas antecipadamente de órgãos governamentais (Ministério da Defesa e Ministério das Comunicações) por serviços a serem prestados pela Telebras, conforme acordos contratuais.

i) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Companhia. Estes recursos foram aplicados na expansão e melhorias da Rede Terrestre, Construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e Projeto de Cabos Submarinos.

j) Representa os custos com compartilhamento de instalações. Estes custos incluem: Cessão de Fibras, Postes e Espaços Físicos, que se encontram vinculados a prestações dos serviços.

k) Trata-se de custos com Meios de Conexão e Transmissão necessários à prestação dos serviços. Estes custos incluem: Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), Locação de Postes, Locação de Dutos e Condutos e Backbone.



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



l) Representa a apropriação mensal dos custos incorridos com a contratação da garantia estendida para cobertura dos equipamentos do projeto SGDC, conforme item “e”.

m) Refere-se a despesas financeiras sobre as parcelas dos recursos repassados pela União Federal sob a forma de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Companhia e sobre os empréstimos e financiamentos captados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para aplicação no projeto SGDC. Sobre o financiamento FINEP incidem encargos financeiros com base na Taxa Referencial pro rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread de 5% (cinco por cento) ao ano e com possibilidade de redução em 2% (dois por cento) ao ano, em caso de não haver inadimplência. Os recursos de AFAC têm como indexador a SELIC.

n) Representa a receita obtida com a prestação dos Serviços de Comunicação Multimídia (Internet). Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

o) Refere-se à receita obtida com a prestação dos Serviços de Aluguéis e Locações de Equipamento e Capacidade Satelital. Os preços cobrados pelos serviços são equivalentes aos praticados no mercado.

p) Trata-se da receita dos serviços prestado ao Ministério das Comunicações relativas ao programa Wi Fi Brasil. Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados segue os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela Telebras, em rigorosa observância ao que determina a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

A remuneração paga aos Colaboradores, Dirigentes e Conselheiros em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

Remuneração:	31/12/2022	31/12/2021
Colaboradores - Maior Remuneração	31.941,34	27.448,82
Colaboradores - Menor Remuneração	3.763,90	3.404,40
Colaboradores - Remuneração Média	12.868,46	12.027,19
Dirigentes - Maior Remuneração	38.748,78	38.748,78
Dirigentes - Menor Remuneração	35.226,16	35.226,16
Dirigentes - Remuneração Média	36.106,82	35.930,68
Conselheiro de Administração - Maior Remuneração	3.892,49	3.892,49
Conselheiro de Administração - Menor Remuneração	3.892,49	3.892,49
Conselheiro de Administração - Remuneração Média	3.892,49	3.892,49
Conselheiro de Fiscal - Maior Remuneração	3.892,49	3.892,49
Conselheiro de Fiscal - Menor Remuneração	3.892,49	3.892,49
Conselheiro de Fiscal - Remuneração Média	3.892,49	3.892,49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselho de Administração e Acionistas da
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telecomunicações Brasileiras S.A – TELEBRÁS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards* – IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria – PAA

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo Imobilizado e Análise de Recuperabilidade (*Impairment*).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado no imobilizado o montante de R\$ 2.253.712 mil, conforme nota explicativa no 13. A administração avalia periodicamente ou quando há indícios acerca do risco de impairment de seus ativos mediante a avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e definição prevista para a Unidade Geradora de Caixa. O processo incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômico-financeiras, como o fluxo de caixa descontado. Devido à relevância do ativo imobilizado, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos adotados pela Companhia, através de teste documental, análise do Plano de Negócios, considerando a receita projetada e a confirmação da taxa de desconto utilizada, a qual está de acordo com a determinada pela Anatel para o setor de telecomunicações e o cálculo do fluxo de caixa descontado.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios adotados para a análise da receita projetada, a validação da taxa de desconto utilizada e o cálculo do fluxo de caixa descontado contido no Plano de Negócios adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras.

Ênfase

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa no 12, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A com 49%. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no Passivo Circulante e Não Circulante em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 1.747 mil e de R\$ 23.909 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo

Devido à caracterização como estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Telebras aplica a seus empregados e dirigentes o teto remuneratório constitucional previsto no art. 37, inciso XI e § 9º, da Constituição Federal.

33.TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações:	31/12/2022	31/12/2021
Pagamento de Tributos Federais/Estaduais através de Compensação de Créditos	31.815	42.735
Permutas não monetárias entre a Telebras e Empresas Parceiras	21.483	21.853

34.EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. DECISÃO DO STF – Eficácia da Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Com relação ao tema, a Companhia não é parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado, portanto, a Companhia não terá nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no último dia 08 de fevereiro de 2023.

Brasília DF, 08 de março de 2023

JARBAS JOSÉ VALENTE

Presidente

LUIS FERNANDO DE FREITAS ASSUMPÇÃO

Diretoria Técnico-Operacional

MARCOS BAFUTTO

Diretoria Comercial

JOSÉ MARIA JUNQUEIRA SAMPAIO MEIRELLES

Diretoria de Governança e Relações com Investidores e

Diretoria Administrativo-Financeira (Interino)

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA

Contador CRC/DF 008412/0-9

dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.389.201 mil em 31 de dezembro de 2022. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa Selic e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

Inclusão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

Conforme nota explicativa nº 1.2 a Companhia foi declarada dependente do orçamento fiscal e da Seguridade Social, conforme sanção da Lei nº13.978 de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentaria Anual - LOA).

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor:

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



TELEBRAS

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 08 de março de 2023.

Paulo Sergio da Silva

Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-DF

Irineu Homan

Contador CRCPR Nº 043.061/O-0 S-DF

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/PR No 2906/O-5

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE

O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE DO
QUARTO TRIMESTRE DE 2022.

Em atendimento ao disposto no art. 27, § 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras, inscrita no CNPJ nº 00.336.701/0001-04, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, CONSULT - Auditores Independentes, em relação às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 da Telebras, e;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 da Telebras, na Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada em 08 de março de 2023.

Brasília, 08 de março de 2023

Jarbas José Valente

Presidente

Luis Fernando de Freitas Assumpção

Diretor Técnico-operacional e Diretor Comercial Substituto

José Maria Junqueira Sampaio Meirelles

Diretor de Governança e Relações com Investidores e
Diretor Administrativo-Financeiro Interino

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - TELEBRAS, REFERENTE ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

O Comitê de Auditoria da **Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras** é órgão assessor estatutário do Conselho de Administração em cumprimento à Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Estatuto Social e seu Regimento Interno.

Considerando a execução do Plano de Trabalho Anual para o exercício de 2022, os debates realizados no transcorrer das reuniões e os trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados com a administração, a auditoria interna, a auditoria independente e os gestores das diversas áreas técnicas, tudo consubstanciado nos documentos e nas respectivas atas produzidas em poder da Companhia, resumidos no Relatório Anual de Atividades;

Considerando o exercício de suas atividades de supervisão e monitoramento das demonstrações financeiras e dos controles internos, tendo presente as limitações inerentes ao escopo de sua atuação;

Considerando as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Relatório de Administração, suportadas pelo Relatório da CONSULT

- Auditores Independentes, emitido com parágrafo de ênfase e sem ressalvas, em 08 de março de 2023; e

Considerando a Resolução da CVM nº 81/2022,

o Comitê de Auditoria conclui que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração para aprovação.

Brasília, 17 de março de 2023.

Hélio Marcos Machado Graciosa

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Lourivana Rodrigues de Lima

Membra Comitê de Auditoria Estatutário

Glauben Teixeira de Carvalho

Membra Comitê de Auditoria Estatutário

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUD - 2022 Nº TLB-REL-2023/00007

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Telebras, foi instituído pela 435ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 28/06/2018, em observância ao artigo 72 do Estatuto Social da Companhia e artigo 24 da Lei 13.303/2016.

FINALIDADE DO COMITÊ DE AUDITORIA

Assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre:

(i) - a qualidade das demonstrações contábeis; (ii) - a efetividade do sistema de controles internos; e (iii) - a efetividade das auditorias interna e independente.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), é composto pelos seguintes membros: Hélio Marcos Machado Graciosa (Conselheiro de Administração Independente), Lourivana Rodrigues de Lima (Especialista em Contabilidade Societária e Auditoria) e Glauben Teixeira de Carvalho.

ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Durante o ano de 2022, o Comitê reuniu-se em 61 (sessenta e uma) ocasiões. Em suas reuniões, o COAUD, após análise e debate com as áreas operacionais, emite opiniões, sugestões, solicitações e recomendações para o aperfeiçoamento de processos conforme extratos constantes das atas de reuniões, a seguir.

Recomendações e Resultados:

Período: janeiro - dezembro 2022				
Demanda	Total	Implementada	Não Implementada	Em andamento
Recomendações	16	13	2	1
	100%	81%	13%	6%
Sugestões	22	15	2	5
	100%	68%	9%	23%

DESTAQUES

Dentre os assuntos e trabalhos realizados entre janeiro de 2022 e dezembro de 2022 pelo COAUD destacam-se os seguintes:

Das Demonstrações Financeiras

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras e notas explicativas relativas ao exercício findo em 31/12/2022 e procedeu à apreciação do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas durante as reuniões realizadas com os gestores responsáveis pela elaboração dos referidos documentos e com os auditores independentes.

O Comitê verificou que as práticas contábeis adotadas durante a elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas às normas contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação aplicada pelos órgãos de controle.

Da Auditoria Independente

O Comitê reuniu-se com os auditores independentes para conhecimento do planejamento dos trabalhos a serem realizados durante o exercício em exame.

O COAUD considera satisfatório o resultado dos trabalhos de Auditoria, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Autoavaliação

O Comitê procedeu com sua autoavaliação.

Partes Relacionadas

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, avaliando e monitorando, em conjunto com a Administração, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Telebras e sua divulgação.

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, avaliou o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT-2023) e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT-2021), recebeu, discutiu e acompanhou relatórios regulares da Auditoria Interna sobre os resultados de suas atividades, incluindo as respostas da Diretoria às recomendações feitas sobre controles e inconformidades.

Gestão de Riscos, Controles e Conformidade

O Comitê acompanhou e monitorou a qualidade dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, recomendando ações para reduzir os riscos da Companhia e aumentar os controles internos.

Ouidoria e Canal de Denúncia

Respeitando as legislações vigentes e o Regimento Interno, o **COAUD acompanhou seu canal de denúncia e os trabalhos da Ouvidoria.**

CONCLUSÃO

O Comitê exerceu suas atribuições sem interferências da Administração, apresentando recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas pelas Auditorias interna e independente.

Brasília, 16 de março de 2023.

LOURIVANA RODRIGUES DE LIMA

Membra

Comitê de Auditoria Estatutário

GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO

Membra

Comitê de Auditoria Estatutário

HELIO MARCOS MACHADO GRACIOSA

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Conselho de Administração



TELEBRAS
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRAS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.3.0000223-1

MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2022.

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras, em cumprimento ao disposto no art. 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 73, incisos II, do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2022, compostas pelos documentos: Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas; O Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Telebras (COAUD); Balanços patrimoniais; Demonstrações dos resultados; Demonstrações dos resultados abrangentes; Demonstrações das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstrações do Valor Adicionado, e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Após análise e esclarecimentos apresentados pela Diretoria da Telebras e pelo representante da Auditoria Independente, e considerando, que: a) O relatório dos auditores independentes - CONSULT - Auditores Independentes opinando, sem ressalvas, que as referidas Demonstrações Financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022; b) O Parecer do COAUD suportando o relatório da CONSULT – Auditores Independentes e observando a ausência de ocorrências que pudessem comprometer a qualidade e integridade das informações das Demonstrações Financeiras do Exercício Social

de 2022; e c) A Proposta para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2022 atende as previsões legais e estatutárias. O Conselho Fiscal manifesta-se, por unanimidade, favorável a submissão à Assembleia Geral dos Acionistas do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2022 e da Proposta de Destinação do Resultado. Brasília-DF, 17 de março de 2023.

Priscila de Souza Cavalcante de Castro
Presidente Representante do Tesouro Nacional

Mateus Colombo Mendes
Conselheiro Representante do Ministério das Comunicações

Letícia Pedercini Issa Maia
Conselheira Representante dos Acionistas Minoritário Preferencialistas

Leonardo Peixoto Estevão
Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários Ordinaristas

Mirian de Fátima Fiuza Oliveira Freitas
Conselheira Suplente Representante do Ministério das Comunicações

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 13/04/2023

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do **Jornal de
Brasília** ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

